

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

BEATRIZ CRISTINA DE ALMEIDA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA MORADIA ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO
2015

BEATRIZ CRISTINA DE ALMEIDA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA MORADIA ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Darci Roldão Carvalho e Sousa.

GOIÂNIA-GO

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A447t Almeida, Beatriz Cristina de.

O trabalho de assistentes sociais na moradia estudantil universitária da Universidade Federal de Goiás. [manuscrito] / Beatriz Cristina de Almeida. – Goiânia, 2015.
179 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Darci Roldão Carvalho e Sousa.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social, Goiânia, 2015.

1 Assistentes sociais. 2 Educação Superior. 3 Moradia Estudantil. 4 Assistência Social - Política. I. Sousa, Darci Roldão Carvalho e. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 364.046:378 (043.3)

Catalogação na Fonte: Lana Keren de Mendonça – CRB1/2486

Dedico esta dissertação às pessoas que mais amo: meus pais, Zilza e Manoel; minhas irmãs Kelcy, Keila e Fernanda e meu irmão Kaio; meu companheiro Rubens; meus filhos Vini e Lucas; minha tão linda Luna; minhas sobrinhas Paula, Zana e Kaylla Christie; minha afilhada Chaida; meu sobrinho Pedro; meus cunhados queridos Vanessa e Paulo Chadud; e à pequenina Lea Zöe, sobrinha-neta, luzinha mais nova de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a meus amados pais, a minhas irmãs e a meu irmão, que em um momento tão difícil das nossas vidas compreenderam minha ausência e me apoiaram em tudo.

A meus filhos Vinícius, pela presença amorosa e pelo apoio tantas vezes; e a Luna e Lucas, pelo carinho, pela paciência e pelo mapa. Foram lindos!

A Érika e Mara, pelo apoio e carinho que sempre me dedicaram.

Às minhas irmãs de coração, tão queridas e tão importantes para mim.

A todos os meus amigos e amigas, que, mesmo distantes, estiveram presentes como parte importante que me constitui. (Eles sabem disso.)

A você, meu querido Rubens, pelo incentivo, pela paciência e por esse amor tão desafiador. Sem você, o que teria havido?

Às professoras do Mestrado em Serviço Social da PUC-Goiás Sandra de Faria, Maria Conceição Padial Sarmento, Maria José Pereira Rocha, Eleusa Bilemjiam Ribeiro, Denise Andrade Neves e Liliana Patrícia Pereira, pela importante contribuição.

Às Professoras Dras. Máisa Miralva da Silva (PUC-Goiás), Glaucia Lelis (UFRJ) e Darci Roldão (PUC-Goiás), pela valiosa contribuição na Banca de Qualificação e, mais uma vez, nesta banca de defesa.

À Professora Dra. Sandra de Faria, que se dispôs, no momento final, a presidir a Banca de Defesa, na impossibilidade de minha orientadora o fazer. E ainda pelas duas excelentes disciplinas ministradas, de fundamental importância à apropriação do objeto da pesquisa.

À Professora Dra. Maria José Viana, que já não está entre nós, pela dedicação ao nosso Curso de Mestrado, pelas aulas tão ricas em conhecimento. Reafirmo-lhe minha grande admiração.

À Professora Dra. Darci Roldão de Carvalho Sousa, uma estudiosa admirável, pela orientação na produção desta dissertação, pois mesmo em período de licença

médica assegurou que o processo não fosse interrompido, sempre cuidadosa, atenta e extremamente respeitosa.

Às/Aos colegas do Mestrado, pelo carinho, pela amizade e pelas trocas que nos foram possíveis nesse período tão rápido em que estivemos juntos.

À Amanda Peres, secretária do MSS, pela postura atenciosa e pela prontidão nos atendimentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, pelo subsídio quase integral, imprescindível para a realização desta dissertação.

Às/Aos colegas de trabalho da Coordenação de Serviço Social da Procom/UFG, Amadeus, Cristina Gusmão, Darci, Déborah, Domingos, Eulina, Guida, Jandira, Maísa, Omari, Simone, Zezé, pela amizade e pelo companheirismo desde minha chegada ao setor há 16 anos. Às assistentes sociais concursadas mais recentemente, Andressa e Elizangela, que contribuíram com seu trabalho em período de grande sobrecarga, também pela minha ausência.

À Cristina e Omari, meu especial agradecimento pelo companheirismo e cumplicidade nos desafios no Projeto de Moradia Estudantil. Ainda temos tanto o que fazer!

À assistente social Eulina Coelho, uma grande amiga e companheira de trabalho, que me acompanhou em horas boas e ruins do período inicial de aprendizado na UFG, e que na vida muito contribuiu para a minha formação pessoal e profissional, uma referência importante de competência, dedicação e seriedade no trabalho na área de saúde mental e de respeito nas relações humanas. Amizades verdadeiras estão na base das nossas conquistas mais importantes.

Ao Amadeus, colega que, à frente da CSS/Procom por 15 anos, teve postura de total apoio e respaldo nos momentos mais difíceis à Moradia Estudantil, e que indiretamente contribuiu para minha dissertação.

Aos estagiários e às estagiárias que passaram pela CSS/Procom – tantos e tão especiais –, pelo compromisso, pelo trabalho e pelo aprendizado compartilhado, especialmente à Carolina Cássia Oliveira, pelas trocas que contribuíram para a elaboração do Capítulo II.

À Universidade Federal de Goiás, pela licença assegurada, como importante condição para meu mestrado.

Agradecimentos especiais

À Omari Ludovico Martins, co-orientadora desta dissertação, minha mais profunda gratidão pelas inumeráveis horas de dedicação intelectual, pelo incentivo, pela amizade, pelo companheirismo, pela paciência e, sobretudo, por compartilhar tanto conhecimento.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto analisar o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da Universidade Federal de Goiás, no período de 1990 a 2014. As perspectivas que o orientam são a da trajetória do capitalismo monopolista contemporâneo, do desenvolvimento do Estado moderno e das formas que assumiu em cada momento histórico para atender às exigências de mudanças do grande capital na produção e no trabalho, espraiando-se para outros mercados. No mundo capitalista da periferia e no âmbito do Estado brasileiro, particularmente, no Brasil e em Goiás, o trabalho profissional de assistentes sociais, como uma construção social e histórica, é assalariado e resultante das relações sociais em uma sociedade de classes. Expõe-se, então, como ele se concretiza, sua direção social e política, com ênfase ao processo educativo de participação coletiva de estudantes moradores de Casas de Estudantes Universitários (CEUs) na efetivação da política de assistência social e na interface com a educação superior pública. Ao mesmo tempo, analisa-o como parte integrante do Movimento Estudantil/Movimento de Casas de Estudantes, com instâncias de organização e participação política em âmbitos nacional, regional e local. O percurso teórico-metodológico aqui trilhado ancora-se na tradição marxista gramsciana, dando ênfase às pesquisas bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: trabalho; assistentes sociais; educação superior; Moradia Estudantil, participação política.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the work of social workers in the Student House of the Federal University of Goiás, from 1990 to 2014. The prospects are that guide the trajectory of contemporary monopoly capitalism, the development of the modern state and of the ways took in each historical moment to meet the requirements of large capital changes in production and work, scatters throughout to other markets. In the capitalist world the periphery and in the Brazilian state, particularly in Brazil and Goiás, professional work of social workers, as a social and historical construction, is employed and the resulting social relations in a class society. Is exposed, then, how it is implemented, social direction and policy, emphasizing the educational process of collective participation of students living in University Students Homes (CEUs) in the execution of social welfare policy and the interface with higher education public. At the same time, analyzes it as part of the Student Movement / Student Homes Movement, organized bodies and political participation at the national, regional and local levels. The theoretical and methodological approach here trodden anchor yourself in the Gramscian Marxist tradition, emphasizing the bibliographical and documentary research.

Keywords: Keywords: work; social workers; college education; Student housing, political participation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMCEU III – Associação de Moradores da Casa de Estudantes Universitários III

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CEU I – Casa de Estudantes Universitários I

CEU II – Casa de Estudantes Universitários II

CEU IV – Casa de Estudantes Universitários IV

CEU V – Casa de Estudantes Universitários V

Consuni – Conselho Universitário

CSS – Coordenação de Serviço Social

DAC – Departamento de Assuntos Comunitários

DAE – Departamento de Assuntos Estudantis

EGOMCEU – Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes

Ence – Encontro Nacional de Casas de Estudantes

Fonaprace – Fórum Nacional de Pró-reitores Estudantis e Comunitários

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado.

PMM/UFG – Programa de Melhoria de Moradia dos Funcionários da UFG

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

Procom – Pró-reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária.

R.U. – Restaurante universitário

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Sence – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes

UEE-GO – União Estadual de Estudantes de Goiás.

UNE – União Nacional de Estudantes

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÃO

- Tabela 1:** Locus de atuação de assistentes sociais nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas representadas no CBAS 2013 – São Paulo75
- Tabela 2:** Locus de atuação de assistentes sociais /atendimento em Moradia Estudantil Pró-reitoria específica ou outras pró-reitorias.....76
- Tabela 3:** Atendimento Moradia Estudantil/Auxílio Moradia / por Instituições.....78
- Tabela 4:** Temas das análises nos textos estudados /IES (Universidade ou Instituto)80
- Figura 1:** Mapa do Brasil com a distribuição das IES, conforme produções apresentadas no CBAS 2013 / Locus de atuação de assistentes sociais.....76

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Mudança do organograma 1 para o 2 - o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) passa a Departamento de Atividades Comunitárias (DAC).....	153
Anexo 2 - Organogramas p.19, 20 e 21 – inversão da lógica do atendimento no tocante a atender toda a comunidade universitária, ou somente estudantes;	155
Anexo 3 - Organograma 4 - A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis passa a ser Pro-reitoria de Assuntos Comunitários	156
Anexo 4 - Centro Midia Independente Brasil – episódio de tentativa de devolução da CEU I para a entidade estudantil UEE-Go.....	157
Anexo 5 - Periódico Une em Revista MEMOREX.....	158
Anexo 6 - Carta Proposta OUSAR O FUTURO	160
Anexo 7 - Fundação da CEU IV - 1995.....	162
Anexo 8 - I Seminário Moradia Estudantil e Cidadania (Folder/Programação)	163
Anexo 9 - Resolução Consuni 07/2007.....	165
Anexo 10 - Resolução Consuni 18/2009	169
Anexo 11 - Jornal O POPULAR 06/08/1993 (recorte)	171
Anexo 12 - Diário da Manhã 09/04/1995 (recorte) e O POPULAR 09/04/1995 (recorte)	172
Anexo 13 - II EGOMCEU - Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários - nov/ 2003 (Projeto).....	173
Anexo 14 - III EGOMCEU – Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários – set/2004 (folder/Programação).....	174
Anexo 15 - IV EGOMCEU – Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários – set /2005. (convite)	175
Anexo 16 - Aniversário 13 anos da CEU II – Comemoração – maio/1991 (Folder/Programação)	176
Anexo 17 - Termo de fundação da CEU IV (1995).....	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS, O CAPITALISMO MONOPOLISTA E O ESTADO MODERNO	18
1.1 Origens do Capitalismo e Constituição do Estado Moderno.....	18
1.1.1 Perspectiva materialista da história e Estado	20
1.1.2 Da interlocução com Hegel e Feuerbach à concepção de Estado em Marx.....	24
1.2 Capitalismo Monopolista e Crise do Capital	28
1.3 O Estado na Tradição Marxista – Uma Abordagem Teórica.....	40
1.4 Estado Brasileiro, Neoliberalismo e Políticas Sociais	44
CAPÍTULO II - A POLÍTICA SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.....	56
2.1 Política de Assistência Social na Educação Superior: A Interface de duas Políticas	57
2.2 O Trabalho de Assistentes Sociais: Um Compromisso com a Classe Trabalhadora	66
2.3 O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil	71
CAPÍTULO III - O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PROCOM/UFMG E O MOVIMENTO ESTUDANTIL/MOVIMENTO DE CASAS DE ESTUDANTES	90
3.1 O Movimento Estudantil e a Organização de Casas de Estudantes.....	91
3.2 A Moradia Estudantil na Universidade Federal de Goiás e o Trabalho de Assistentes Sociais	100
3.3 A Coordenação de Serviço Social e o Trabalho de Assistentes Sociais na Construção da Moradia Estudantil Na UFG.....	104
3.4 O Trabalho de Assistentes Sociais na Construção da Moradia Estudantil na UFG	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, fundamentada na tradição marxista, tem como objeto o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da Universidade Federal de Goiás (UFG), no período de 1990 a 2014. O objetivo é explicitar as condições objetivas e subjetivas que possibilitam uma atuação profissional na perspectiva crítica, comprometida com uma formação humana durante a permanência de estudantes na Universidade, e com o fortalecimento da organização do Movimento de Casas de Estudantes. Em face das mudanças postas pelas determinações histórico-sociais no estágio do capitalismo monopolista contemporâneo, torna-se imprescindível reconstruir o objeto na perspectiva da assistência social, considerando a trajetória da educação superior pública em suas relações com a história da sociedade e do Estado brasileiro.

Ressalta-se que a realidade das universidades brasileiras, dentre elas a UFG, evidencia um conservadorismo reatualizado, ou seja, com uma roupagem nova, e em busca de legitimação. Esse conservadorismo está expresso na fragmentação da política de assistência social, no assistencialismo, no clientelismo e no corporativismo, estratégias de dominação da racionalidade burguesa.

Trilhar esse caminho proposto exige entender como as mudanças vêm ocorrendo desde a crise do pós-guerra até os anos 1970, sobretudo, com a reestruturação produtiva do capital. Surgidas como resposta à crise, embora assinaladas desde anos anteriores, essas mudanças originaram-se nas sociedades do centro e se espalharam para a periferia capitalista, alcançando o Brasil, e, particularmente, Goiás. Essa processualidade atingiu diretamente o conjunto da vida social e alterou as demandas postas pelo trabalho, ao redimensionar as ocupações existentes e/ou gerar outras.

O recorte temporal deste estudo, 1990 a 2014, tem sua razão de ser no fato de os primeiros anos da década de 1990 marcarem o início do trabalho de assistentes sociais da Coordenação de Serviço Social, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Procom) da UFG, com os estudantes inseridos no Projeto de Moradia -da instituição. Trata-se de um período em que a UFG elegeu um professor de posicionamentos políticos claros, cujo pensamento se alinhava com o da esquerda brasileira, foi escolhido reitor da UFG. No decorrer do período estudado, a UFG constrói duas

casas de estudantes e firma comodato com o Estado de Goiás, e ampliou de uma capacidade instalada de 105 para 315 vagas, destinadas a estudantes, filhos de famílias de baixa renda, ou seja, pertencentes à classe trabalhadora. Em 2007, a UFG regulamenta a Moradia Estudantil, por meio de Resolução Consuni nº 7, e oficializa sua vinculação à Coordenação de Serviço Social.

A opção por essa temática explica-se pela característica do cotidiano do trabalho da pesquisadora, que, como componente da equipe de assistentes sociais, desenvolve o referido trabalho e vive os desafios postos pelo Projeto de Moradia Estudantil, criado no início de 1990. Mas esse trabalho nem sempre encontra seu devido reconhecimento no interior da Universidade. A administração superior da UFG, na atualidade, permanece com sua concepção de Casa de Estudantes como alojamento e de que seu papel se resume tão somente à manutenção física do prédio, entendimentos que comprometem o desenvolvimento de um trabalho educativo naquele espaço. Assim, a escolha do objeto desta pesquisa é, antes de tudo, uma tomada de posição de uma assistente social que busca desenvolver o trabalho na perspectiva crítica, em uma opção pelas práxis. Se, como dizem Marx e Engels (2006, p. 86), "não basta conhecer o mundo, é preciso transformá-lo", essa transformação passa necessariamente pela produção do conhecimento.

O trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG é focado na confluência de três processos conjunturais e históricos: a construção das Casas de Estudantes no Brasil; a consolidação do serviço social no país; e as particularidades da criação do Serviço Social na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG. Sob o ponto de vista histórico, a construção das Casas de Estudantes no Brasil ocorreu no período pós-1964, em plena ditadura militar, e as instituições estiveram sujeitas ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, ocorrido a partir de 1985, até chegar à década de 1990, quando o neoliberalismo foi introduzido no Brasil e teve início o trabalho profissional de assistentes sociais na Moradia Estudantil na UFG. No que diz respeito ao Serviço Social, sua história foi permeada por tensões no interior da categoria, entre segmentos profissionais conservadores e os que buscavam romper com o conservadorismo na profissão no âmbito latino-americano. No caso do Brasil, o marco de referência da profissão foi o ano de 1971, em que se iniciou o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, culminando com a instituição do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos anos 1990. Relacionado a esses dois processos, o

trabalho de assistentes sociais deve ser entendido como resultante histórico das mudanças em âmbito local, particularmente do serviço social desenvolvido na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG, em um contexto de redemocratização da sociedade brasileira e da própria universidade pública, iniciado na década de 1980.

O processo histórico da construção de Casas de Estudantes Universitários no Brasil inicia-se no período do pré-1964 e compõe o desenvolvimento da assistência social, que, segundo Martins (1997), ocorreu em três momentos: o primeiro, quando a assistência social aos estudantes é assumida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e, nos estados, pela União Estadual de Estudantes (UEE), que constroem os equipamentos sociais, tais como restaurantes universitários, Casas de Estudantes e outros serviços, com recursos públicos. O segundo momento é caracterizado pelo fechamento das entidades representativas do segmento estudantil, UNE e UEEs e o confisco, pela ditadura militar, do patrimônio físico dessas entidades e sua transferência às universidades públicas brasileiras. O terceiro momento é tecido no processo de redemocratização do país, com a reorganização das forças políticas progressistas e populares da sociedade civil. E, em meados de 1970, os estudantes desencadearam a luta pelo resgate de seu patrimônio político, com a busca da reconstrução de suas entidades. Nesse período, os estudantes moradores de Casas também buscaram organizar-se, criando a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence) em 1976, entidade representativa, em âmbito nacional, das Casas de Estudantes brasileiras, com fóruns deliberativos realizados no Encontro Nacional de Casas de Estudantes – ENCE e em eventos similares regionais. É nesse momento que a Universidade Federal de Goiás assume a construção de moradias estudantis, com a primeira Casa de Estudantes construída no início da década de 1990.

Assim, o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG, ancorado nos fundamentos teórico-metodológicos da tradição marxista, teve início com a construção da primeira Casa de Estudantes da UFG, inaugurada e ocupada no ano de 1993. Articulado com o Movimento de Casas de Estudantes e na perspectiva de seu reconhecimento, o trabalho desses profissionais tem, também, seus determinantes em âmbito local, ou seja, fatores internos à própria história do Serviço Social da Procom/ UFG desde seu início, na década de 1970, e de sua reestruturação em 1986 até os dias de hoje.

De 1970 a meados de 1980, a Coordenação de Serviço Social da Pró-reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) da UFG, à época vinculada ao

Departamento de Assuntos Comunitários (DAC), não tinha assistentes sociais em seu quadro efetivo. A estratégia institucional, portanto, foi requisitá-las no Hospital das Clínicas (HC) e na Faculdade de Medicina, para a realização das atividades específicas do Serviço Social, tais como o estudo da realidade social de estudantes para as isenções de taxas acadêmicas, de alimentação no Restaurante Universitário (RU) e inserção na bolsa trabalho.

A partir daí, ocorrem mudanças na Coordenação de Serviço Social da Procom/UFG, com o conseqüente redirecionamento do trabalho, que remonta ao contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. De acordo com Santos (2007), esse movimento do serviço social foi desenvolvido no período de 1965 a 1975 no âmbito da América Latina. No caso brasileiro, Netto (1991) chamou de processo de *renovação* do Serviço Social.

Os fundamentos teóricos e metodológicos desta pesquisa constituíram-se de revisão de literatura, sobretudo, de artigos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2014; e consultas a obras de Hegel (1977, 2010), Marx (1977; 1988; 2005; 2008), Engels (1979, 1980), Mandel (1977, 1982), Fernandes (1987, 2005), Mészáros (2002, 2009), Gramsci (1991), Netto (1991, 2001, 2002, 2012), Oliveira (1998, 2003), Pereira (2003, 2013) e Mota (2007), dentre outros. A coleta de dados empíricos foi feita em fontes documentais, tais como relatórios anuais de atividades e atas de reuniões da CSS/Procom, publicações da UFG e jornais de Goiânia. Recorreu-se, ainda, a entrevista com uma assistente social que participou do processo de construção do trabalho de profissionais da área no setor de assistência social da UFG desde a década de 1970.

Esta dissertação está organizada em três capítulos: no Capítulo I discutem-se as origens e a constituição do Estado Moderno, com base no estudo de Engels (1980) que reconstitui a passagem de uma sociabilidade marcada pelo poder patriarcal, na qual se fundavam as *gens*, para o poder patriarcal, com a destruição das organizações gentílicas e o advento da monogamia, favorável à constituição da propriedade privada. Destaca-se, assim, o processo pelo qual

a sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais — uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias. (ENGELS, 1980, p. 2)

O capítulo expõe os fundamentos da concepção materialista da história e as primeiras formulações de Karl Marx (1818-1883) sobre o Estado, expressa nas obras *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* (1843) e *A ideologia alemã* (1845-1846), esta em coautoria com Engels, que trazem por sua vez o diálogo com Friedrich Hegel (1770-1831) e Ludwig Feuerbach (1804-1872), respectivamente. explicitando a forma como Marx e Engels, demonstram a anterioridade histórica da Sociedade em relação ao Estado. Após a apresentação das formulações de autores do século XVIII, trabalha-se a concepção de Estado ampliado de Antônio Gramsci (1891-1937), que o vê como um espaço contraditório, no qual estão presentes projetos antagônicos de sociedade (GRAMSCI, 1991).

Autores contemporâneos integrantes da chamada tradição marxista também contribuíram para esta pesquisa: Coutinho (1979), Mandel (1982), Simionatto (1999), Harvey (2005), dentre outros. Os autores como Netto (1991, 2002, 2015), Fernandes (2005), Oliveira (1998), Boschetti (2003), Behring e Boschetti (2011) e Mota (2007) subsidiam uma discussão sobre a feição assumida pelo Estado brasileiro nas raias do capitalismo mundial, após a longa onda expansionista, seguida da crise do início dos anos de 1970, e como ele (o Estado) se presta às necessidades de reestruturação do capitalismo, incorporando – também por necessidade do capital – as demandas dos trabalhadores. Estes, uma vez organizados, tencionam a máquina estatal, assegurando a correlação de forças políticas sociais.

O Capítulo II traz elementos acerca da política de assistência social em sua interface com a política para a educação superior. Nesse tópico, a assistência social é concebida como política pública de seguridade social não contributiva e como um dos espaços nos quais se materializa o trabalho de assistentes sociais das instituições de ensino superior brasileiras, que, por ter a existência do equipamento social como mediação, constituem-se como espaços de educação não formal. Trata-se, ainda, nesse capítulo, das concepções e expressões reais do trabalho de assistentes sociais em universidades e institutos federais de outros estados. E, finalmente, no Capítulo III, busca-se reconstituir a trajetória do trabalho de assistentes sociais na UFG no atendimento às necessidades sociais dos estudantes moradores de Casa de Estudantes de Goiás.

Nas Considerações Finais, é feita a contextualização histórica do início do trabalho de assistentes sociais na UFG, com destaque para a relação estabelecida entre Reitoria, Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária e o setor que

desenvolve a política de assistência social, hoje denominada Coordenação de Serviço Social (CSS). Essa relação de confiança e reconhecimento profissional da equipe de assistentes sociais que atuaram naquele setor entre 1990 e 1994 foi de fundamental importância para a estruturação do trabalho desses profissionais. Além disso, a assistente social Omari Ludovico Martins, que atuava simultaneamente como coordenadora no setor na UFG e como docente do curso de graduação em Serviço Social na então Universidade Católica de Goiás (hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás), imprimiu a marca da vertente *intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão*, o que explicita a frutífera relação entre o exercício da docência e o trabalho (em campo) de assistente social, em que aquele contribui e qualifica significativamente o fazer profissional.

Outra síntese refere-se à identificação da gênese do que veio a se constituir como Projeto de Moradia Estudantil da Universidade Federal de Goiás, ou seja, as iniciativas e movimentações estudantis desde os primórdios da década de 1940, quando as faculdades isoladas do estado de Goiás eram ainda o embrião do que se hoje constitui a Universidade Federal de Goiás. A busca pelo direito à moradia parte dos próprios estudantes, e culmina com a construção da primeira Casa de Estudantes de Goiânia (1960). Inicia-se então um processo histórico que tem seu ápice na década de 1990, com o projeto de Moradia Estudantil da UFG, objeto da presente investigação. Em levantamento exploratório, ainda parcial, identifica-se que esse é um dado presente em outros estados brasileiros.

A historicidade do trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG põe em evidência as divergências conceituais acerca da concepção da política de assistência social, que, tal como concebido no contexto investigado, não pode ser tomada em sua aparência fenomênica de assistência estudantil, pois trata-se de uma política social como as demais: educação, saúde habitação, dentre outras. Ao tomar como referência o segmento ao qual atende (crianças, adolescentes, idosos, estudantes), para então nomeá-lo assistência estudantil, reproduz-se a fragmentação da política, reduzindo-lhe a importância em face das demais, atribuindo às suas ações o status de assistencialismo. Assim, fragmenta-se, uma vez mais, a política que se pretende fortalecer, o público que se pretende atender e, o mais importante, a identidade (de classe) que não se deve perder.

CAPÍTULO I

NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS, O CAPITALISMO MONOPOLISTA E O ESTADO MODERNO

Este capítulo traça a trajetória do capitalismo, sobretudo, em sua fase monopolista, o processo de surgimento do Estado e as formas que assume, em cada momento histórico, para atender às exigências do grande capital. Esta é a base necessária para explicar o trabalho de assistentes sociais no âmbito da política social do Estado brasileiro, e aqui compreendido como trabalho assalariado e construção social e histórica resultantes das relações sociais em uma sociedade de classes de um país capitalista de periferia.

Analisa as condições atuais em que se desenvolvem as políticas sociais públicas no Brasil, particularmente aquelas no âmbito das instituições de ensino superior, onde se materializa o trabalho de assistentes sociais. A perspectiva é apanhar, em sua historicidade, as determinações de ordem econômica, social, cultural e política a que estão sujeitas essas políticas e, para tanto, faz o percurso do capitalismo e das crises enfrentadas pelo capital, sobretudo, em sua fase monopolista.

Toma-se trabalho como categoria ontológica do ser social e na sua relação com o capital, que tem na sua essência o ser social burguês. Já o Estado é analisado na concepção de Gramsci (1991), ou seja, como espaço ampliado, espaço contraditório perpassado pelos interesses de classes. De um lado, o capital exige que as ações do Estado atendam às necessidades de sua acumulação, e por outro, a sociedade civil, organizada no segmento da classe trabalhadora, reclama seus direitos e luta para assegurar suas condições de vida. Nesse sentido, a sociedade política, por meio do poder governamental, tem na política social a sua estratégia para assegurar a hegemonia da burguesia, detentora do poder de Estado.

1.1 Origens do Capitalismo e Constituição do Estado Moderno

Existe uma dificuldade em pensar Estado de forma sistemática, em encontrar sua expressão mais geral e a partir da qual se possa identificar e relacionar sua

forma imediata, em uma relação lógica e histórica. Quando se indaga sobre o que vem a ser Estado, de que Estado está-se falando? Quando se toma o Estado Moderno, na sociedade capitalista, restam as formas que assumiu em épocas anteriores, ou seja, o Estado Antigo ou o Estado Medieval. Da mesma forma, quando se fala de Estado Absolutista, já se tem em vista outro critério, as formas pelas quais os povos administraram a vida em sociedade, se por um representante ou se por muitos. Restariam ainda o Estado socialista, o Estado religioso e o Estado laico, e assim por diante. Qual é o ponto de partida para se chegar à correta exposição sobre o Estado?

As condições adequadas para o estudo sobre determinado objeto, no caso, o Estado, na perspectiva do materialismo dialético, no movimento do lógico e histórico, são aquelas asseguradas pelo próprio método, a saber, partir-se (no caso da investigação) das formas reais existentes e das contradições mais imediatamente presentes, seguindo-se com reconstituições históricas demandadas pelas aproximações progressivas do próprio objeto investigado. Duriguetto e Montaño (2011), destacam a posição de Luckács (1974), segundo a qual o fundamento da ortodoxia marxista está no método, e afirmam: “Efetivamente o método dialético de conhecimento só é possível quando se parte do real, do concreto, atingindo como resultado o conhecimento teórico como uma fiel intelectiva do movimento do real” (p. 34).

Segundo Marx (1988, p. 26),

sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição, segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. **Se isso é realizado com sucesso e a vida da matéria aparece refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*.** (Grifos nossos)

Pelo exposto, reafirma-se a fidelidade desta pesquisa ao materialismo histórico e dialético, expresso na contextualização histórica do objeto de estudo, qual seja o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG, segundo a trajetória do capitalismo monopolista contemporâneo. A presente exposição caminha do passado para o presente, mas não de um passado qualquer e indeterminado, e sim o passado requisitado pelo próprio objeto, na sua forma presente, imediata, aparentemente concreta, do início da investigação.

1.1.1 Perspectiva materialista da história e Estado

Marx não sistematizou um estudo específico sobre o Estado, mas Engels¹ (1980), em sua exposição sobre esse tema, refere-se aos seus estudos com Marx e situa a gênese do Estado no processo histórico da origem da família monogâmica e da propriedade privada. Para tanto, fundamenta-se na pesquisa de Morgan² sobre o processo de dissolução das comunidades primitivas, fundadas em laços sanguíneos e graus de parentesco, e sua substituição por uma forma de organização social diferenciada, que dá origem ao Estado. O autor acrescenta os escritos de Marx e enfoca as condições econômicas gerais que, na fase superior da barbárie, já minavam a organização gentílica da sociedade, levando ao seu desaparecimento, com a entrada em cena da "civilização".

A pesquisa de Morgan, segundo Engels (1980), identificou uma similaridade essencial entre grupos consanguíneos no interior de uma tribo indígena americana, os iroqueses, e os povos antigos (as *genea* dos gregos e as *gentes* dos romanos). Para Engels, Morgan demonstrou com sua pesquisa que a organização gentílica norte-americana é a forma original, da qual teriam derivado as formas grega e romana. Por sua vez, a organização social desses últimos (na antiguidade) em *gens*, *fratria* e tribo encontra seu fiel paralelo na organização dos indígenas americanos. A *gens*, conclui Engels (1980, p. 92),

é uma instituição comum a todos os bárbaros até sua passagem à civilização e mesmo depois dela; essa demonstração esclareceu, de repente, as partes mais difíceis da antiga história grega e romana e, ao mesmo tempo, revelou-nos os traços fundamentais do regime social da época primitiva, anterior à criação do Estado.

Uma tribo se dividia em *gens* e, à medida que aumentava a população, esta se subdividia em *gens* menores, passando a primeira a se relacionar com estas

¹ Engels, na Introdução de sua obra *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado* (1980, p. 1) afirma: "A páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance".

² Engels (1980) fundamenta o texto nos estudos do historiador Lewis H. Morgan, citando em nota o nome da sua obra *Ancient Society, or Researches in the lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization* (Londres: Mac Millan and Co., 1877). Para Engels, o grande mérito de Morgan é ter descoberto e restabelecido em seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da história escrita e de ter encontrado, nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos, a chave para decifrar importantíssimos enigmas, ainda não resolvidos da história antiga da Grécia, Itália e Alemanha.

como *fratria*. Uma tribo também se dividia em várias outras menores, e todas elas, somadas, formavam uma confederação. Sobre essa estrutura simples, Engels (1980, p. 178) afirma:

Não é mais do que um agrupamento espontâneo, capaz de dirimir todos os conflitos que possam nascer no seio da sociedade a que corresponde. Os conflitos exteriores são resolvidos pela guerra, que pode resultar no aniquilamento da tribo, mas nunca em sua escravização. A grandeza do regime da gens – e também a sua limitação – é que nele não cabiam a dominação e a servidão.

Quanto à divisão do território, a população mantinha-se dispersa, adensando-se apenas na proximidade da tribo, em torno da qual circundava uma área vasta para a caça e, mais além, uma área de bosque que separava uma tribo da outra. Inicialmente, a divisão do trabalho foi absolutamente espontânea, demarcando as atividades a serem desempenhadas entre os homens e mulheres. A cada um cabia o comando do seu domínio: os homens, nas florestas, e as mulheres em casa, ambos donos dos seus respectivos instrumentos.

Assim, afirma Engels (1980, p. 179),

a economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto (...) feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar “a propriedade fruto do trabalho pessoal”.

As populações cresciam em número, e desenvolviam-se as formas de sobrevivência. Algumas tribos ocupavam-se intensivamente com a criação de animais e destacaram-se em relação à massa de bárbaros, fato que, para Engels, foi a primeira grande divisão social do trabalho. Essas tribos diferenciavam-se pela produção em maior quantidade e variedade de víveres, leites, carnes, peles, couros, lãs, tecidos, tornando possível o intercâmbio de produtos. Inicialmente a troca dava-se internamente, mediadas pelos chefes gentílicos, e mais tarde, quando os rebanhos passaram a ser propriedade privada, a troca passou a ocorrer também fora das tribos e entre indivíduos, forma que acaba prevalecendo. Desse modo é que o gado, de acordo com Engels (1980), passa a ser a primeira forma de moeda, a mercadoria a partir da qual todas as demais passam a ter um valor estabelecido. Afirma o autor: “O gado desempenhou o papel do dinheiro, e serviu como tal, já naquela época” (p. 180). Nesse período da fase inferior da barbárie, ainda não se conhecia a horticultura, que só veio a ser utilizada na fase média, constituindo-se na

gênese da agricultura. A terra até então era propriedade coletiva. A indústria que existia nessa fase era a têxtil (teares), a fundição de minerais e o trabalho com metais fundidos.

O desenvolvimento levou o homem a produzir além do necessário para sua manutenção, assim como passa a ter sentido o aumento do tempo de trabalho e a utilização crescente de força de trabalho extra, a escravidão. Assim, afirma Engels (1980, p. 181), “da *primeira grande divisão social do trabalho* nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (Grifos do autor).

O trabalho, crescentemente diversificado, passa a exigir um conjunto de indivíduos para ser executado, o que dá origem à segunda grande divisão do trabalho, entre a agricultura e o artesanato. O aumento da produção leva ao aumento do valor da força de trabalho humano, e, nesse estágio, o escravo, de mero auxiliar da produção, passa a representar uma vantagem ainda maior para o seu proprietário, convertendo-se em “elemento básico da vida social (ENGELS, 1980, p. 183).

O nível de riqueza vai diferenciando-se entre as famílias, e começam a desaparecer as antigas comunidades domésticas comunistas. Sobre a propriedade da terra, Engels (1980) descreve:

A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, a princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade. (p. 184)

Engels (1980) aborda também o desenvolvimento das navegações: “O comércio marítimo no Mar Egeu passava cada vez mais dos fenícios aos áticos, acrescentando-se à agricultura, uma diversidade de atividades como os trabalhos manuais, comércio e até a navegação” (p. 121). Cresce, com isso, a mobilidade de pessoas entre as *fratrias* e as tribos, confundindo-se os membros de uns e de outros, de forma que aqueles que eram recém-chegados em um território não podiam tomar parte das discussões de problemas locais. Abriram-se, assim, a pouco e pouco, brechas importantes na constituição desses povos até o estágio em que os órgãos das constituições gentílicas na época heroica (século V a.C.), a assembleia do Povo, o Conselho e Basileu, tornaram-se insuficientes para a complexidade das novas relações sociais que se estabeleciam.

Com o progresso do comércio e da indústria, vieram o acúmulo e a concentração de riquezas em poucas mãos, e, com isso, o empobrecimento da massa dos cidadãos livres, aos quais só restava o recurso de escolher entre competir com o trabalho dos escravos, dedicando-se ao trabalho manual (o que era considerado desonroso, baixo, além de pouco proveitoso), ou tornarem-se mendigos. E como fosse um contingente numeroso, constituído pela maior parte dos cidadãos, não se pode dissociar esse processo de precarização do trabalho à ruína do Estado ateniense.

Engels (1980) destaca o papel do dinheiro na sedimentação do poder da nobreza e na dissolução de laços gentílicos. Na organização que desponta, afirma, a nobreza tem assegurado o privilégio de exercício dos cargos públicos. Essas famílias, poderosas por suas riquezas, começaram a formar fora de suas *gens* uma classe privilegiada especial. E, segundo Engels (1980, p. 123), “o Estado nascente sancionou essa usurpação”.

O surgimento da propriedade é acompanhado por uma forma imediata de alienação. Até então, o caráter comunal da propriedade funcionava como uma proteção da comunidade, ao lado da propriedade privada e da diferenciação entre possuidores e não possuidores de riquezas, assim como dos meios de obtê-la. Surge entre esses povos, a figura das hipotecas. Eis o momento em que a propriedade privada passa a ser incluída na constituição: “Os direitos e deveres dos cidadãos do Estado eram determinados de acordo com o total de terras que possuíam e, na medida em que ia aumentando a influência das classes abastadas, iam sendo abandonadas as antigas corporações consanguíneas” (ENGELS, 1980, p. 128/129).

Marx (1979, p. 11) considera que

o dinheiro converte-se em capital, o capital em fonte de mais-valia, e a mais-valia transforma-se em capital adicional. A acumulação capitalista supõe a existência de mais valia, e esta, a da produção capitalista que, por sua vez, não pode se realizar enquanto não se encontram acumuladas, nas mãos dos produtores vendedores, massas consideráveis de capitais de forças operárias. Todos esses movimentos parecem estar encerrados em um círculo vicioso do qual não se pode sair sem admitir uma acumulação primitiva (“previous accumulation”, diz Adam Smith) anterior à acumulação capitalista, em lugar de ser por ela originada.

Ao longo da história dos homens, houve diferentes modos de produção da vida, que se expressavam, segundo Marx e Engels (2006), em diferentes formas de propriedade: desde a propriedade tribal (quando as tribos produziam somente o

suficiente para suprir as necessidades do grupo, o que Marx denomina “produto necessário”), passando pela comunal ou estatal dos povos antigos, chegando à feudal, até a sua superação pela forma de propriedade privada do capital em seus diferentes estágios.

Nos termos desses pensadores,

a primeira forma de propriedade é a *Stammeigentum* [propriedade tribal]. Ela corresponde a um estágio não desenvolvido da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de animais ou, no máximo, da agricultura. No último caso, a propriedade tribal pressupõe grandes extensões de terras não cultivadas. A estrutura social limita-se, portanto a uma extensão da família: os chefes patriarcais das tribos, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. (...) A segunda forma de propriedade é a comunal e estatal da antiguidade (...) a terceira é a propriedade feudal ou estamental – não são mais os escravos, mas os pequenos camponeses servos que constituem a classe diretamente produtora. (MARX; ENGELS, 2006, p. 46-48)

Merece destaque a posição teórico-metodológica dos autores em expor esses desenvolvimentos de forma não linear:

Ao lado da propriedade comunal, desenvolve-se já a propriedade privada mobiliária e depois a imobiliária, mas como uma forma anormal subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos possuem o poder sobre seus escravos trabalhadores, mas apenas coletivamente; e estão, por isso, ligados à forma de propriedade comunal. Essa forma é a propriedade privada coletiva dos cidadãos ativos que, por causa dos escravos, são obrigados a manter esse modo de associação que surgiu naturalmente. (MARX; ENGELS, 2006, p. 47)

Sobre a dissociação entre o povo e aquele que viria agir em seu nome, Engels (1980, p. 131) assevera: “Vimos que um dos traços característicos essenciais do Estado é a existência de uma força pública separada da massa do povo”.

1.1.2 Da interlocução com Hegel e Feuerbach à concepção de Estado em Marx

A perspectiva materialista da história proposta por Marx ocorreu a partir da sua participação no jornal *Gazeta Renana*, período em que se viu compelido a se envolver em questões econômicas, como ele próprio afirma:

Em 1842-43, sendo redator da *Gazeta Renana* encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do Landtag [parlamento alemão] renano sobre os delitos florestais [furto de madeira das florestas] e o parcelamento da propriedade fundiária, (...) as discussões sobre o livre comércio e o protecionismo, forneceram os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar pelas questões econômicas. (MARX, 2008, p. 46)

No transcurso de tempo entre seu afastamento do jornal (meados de 1843) e sua ida para Paris (1844), Marx recolheu-se em Kreuznach. Nessa cidade, passa a dedicar-se a uma revisão cuidadosa de suas fontes, no que se refere ao Estado e à sua constituição, dentre elas, Hegel e sua teoria do Estado, operando-se a partir daí seu afastamento do idealismo alemão. Suas primeiras formulações acerca do Estado nascem aí.

De acordo com Netto (2002), Marx redige sua primeira crítica a Hegel em 1843, com o “Manuscrito de Kreuznach”, de 157 páginas. Em 1844, em Paris, Marx tem contato com pensadores importantes, tais como Hess (1812-1875), Proudhon (1809-1865) e Bakunin (1814-1876) e é apresentado às sociedades secretas socialistas e comunistas e às associações operárias alemãs, além de ter conhecido Engels. Netto (2015) cita que foi em Paris que ocorreram “os três encontros decisivos de Marx”, entre outubro de 1843 e até fevereiro de 1845, período em que há um giro na sua trajetória intelectual. O primeiro desses encontros foi com a classe operária, pois, apesar de Paris não ter o mesmo desenvolvimento urbano industrial que a Bélgica e a Inglaterra, havia ali uma efervescência política, a memória da revolução estava viva. Marx descobre o movimento operário e impressiona-se com o internacionalismo do segmento vanguardista da classe operário francesa. O segundo encontro de Karl Marx foi com a economia política, e o terceiro, com Friedrich Engels (1820-1895).

Para Netto (2002), no momento anterior à sua ida a Paris, Marx fazia em seus estudos a mesma pergunta de Hegel: qual é a relação entre o Estado e a sociedade civil? O que haveria de universal ou de universalizador nas experiências humanas? Para Hegel (2010), a sociedade civil era o reino do privatismo e das vontades individuais irreconciliáveis, e o Estado, a esfera dotada de racionalidade, capaz de conciliar as vontades conflitantes, na forma da unidade da vontade. Marx, desde o debate acerca do furto da lenha e todas os estudos feitos em Kreuznach, recusa a solução da questão proposta por Hegel, considerando que havia uma diferença entre as filosofias sobre o Estado e o Estado real. Este, segundo Marx (*apud* Netto, 2002), diferentemente das ideias produzidas a seu respeito, não era um juiz neutro e independente de grupos ou classes, capaz de dirimir conflitos e promover a justiça entre os homens, e sim um Estado alienado, que não expressava qualquer razão universalizadora.

Quando escreve os “Manuscritos de Kreuznach” em 1843, Marx afirma que o Estado era, isso sim, a expressão da sociedade civil, com todos os seus conflitos e disputas por interesses privados e, quando muito, os interesses de grupos ou 'corporações'. Um tal reino do privatismo não poderia engendrar uma universalidade real, verdadeira. Não se tratava de partir do Estado para se conhecer a sociedade, mas, ao contrário, partir da sociedade civil de que ele [Estado], é mera expressão – eis a nova programática, ou a solução diferente [de Marx] para o problema comum que tinha com Hegel (NETTO, 2002). Em janeiro de 1844, Marx conclui o texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*.

Marx e Engels (2006), ao estabelecerem as bases de sua concepção materialista, tecem a seguinte consideração:

A sociedade civil abrange toda a troca material de indivíduos dentro de uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas. Abrange todo o comércio e a indústria de uma determinada fase, por isso, é mais ampla que o Estado e a nação (...). A sociedade civil, como tal, só pôde se desenvolver com a burguesia. (p. 3)

Com o intuito de demonstrar a anterioridade histórica da sociedade em relação ao Estado, acrescentam os autores: “A organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que fora em todos os tempos a base do Estado e do resto da superestrutura idealista tem sido indicada por esse mesmo nome”, isto é, sociedade civil (MARX; ENGELS, 2006, p. 64).

Essas formulações ocorrem no debate de Marx com Hegel, para quem a contradição entre sociedade civil e o Estado tem caráter fenomênico, o momento de contradição, que tende para sua superação pela síntese que se tem no Estado como instância universalizadora. As relações jurídicas e as formas do Estado eram resultantes da evolução geral do espírito humano. Havia na formulação hegeliana uma espécie de crença no sentido progressivo da vida humana. Segundo Hegel (2010), as ações válidas e legítimas são aquelas que ocorrem no âmbito do Estado, ente dotado de racionalidade, capaz de promover e assegurar o bem social.

O conflito presente no mundo real, a condição material de vida dos indivíduos seriam resolvidas na esfera estatal, nas leis, de forma que a mudança de algo que não está conforme ao bem comum deveria passar, também, pela esfera elaborada da lei e das normas institucionais. O que está no nível da particularidade não é o que se afirma, não é legítimo e, para ser legitimado, deve se conformar em uma

universalidade. O dado imediato é parcial, e, portanto, falso. O meio pelo qual as questões da vida (particularidade) são formalizadas, e, portanto, passam a ser reconhecidas como válidas, é o sistema de lei do direito positivo. Só é válido aquilo que adquire uma legalidade, e, para Hegel, essa legalidade se efetiva no Estado.

Marx (2005) considera que as profundas desigualdades presentes na realidade/sociedade civil não cederiam aos arranjos no âmbito do Estado. Para o autor, o hiato entre a vida real precária e miserável do proletariado e a instância pensada por Hegel (o Estado) é a própria alienação que torna impotente o proletariado.

Feuerbach desenvolveu uma teoria da alienação que se constituiu como uma crítica à teoria hegeliana. Se Hegel via no particular, no finito, um momento alienado do ser, e no universal autodeterminado, sua efetivação absoluta, para Feuerbach, ao contrário, o universal era o ser abstrato, indeterminado, o ser particular, finito. A existência empírica constituía a única realidade existente, em que se deveria fundar uma ideia verdadeira (*apud* FREDERICO; SAMPAIO, 1986).

Sob a influência de Feuerbach, toda a crítica de Marx a Hegel ocorre no sentido de valorizar a particularidade, a ação de homens e as formas imediatas na produção da vida. O primeiro momento de sua crítica, ou a primeira elaboração acerca da alienação, trata da separação entre Estado e sociedade civil, em que Marx defende a autodeterminação desta, ainda no manuscrito “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”. Mas no período em que escreve nos *Anais Franco-Alemães*, ou seja, como fruto do seu ‘giro’ intelectual já mencionado, Marx supera essa posição, como afirma Enderle (2005 *apud* MARX [1843] 2005, p. 26), em Nota à edição: “A gênese da alienação política será detectada no seio da sociedade civil, nas relações materiais fundadas na propriedade privada”.

A experiência da Revolução Francesa no plano da história não foi suficiente para que Hegel atestasse a falibilidade do Estado (e da própria razão) e visse, neste, um meio de alienação. Ele considera que “a consciência de si ainda não alcançou essa felicidade de ser substância ética, o espírito de um povo” (HEGEL, 2008, p. 253). A astúcia da razão, subjacente aos desenvolvimentos da história, levaria a essa progressão da consciência.

Para Marx, ao contrário, a Revolução Francesa e a traição da burguesia são o momento da desmistificação do Estado, a crise moderna em que o Estado político recém-criado usurpa, definitivamente, a vontade geral dos membros da sociedade civil.

É a Revolução Francesa que concluiu a transformação dos Estados políticos em classes sociais e transformou as diferenças de estados da sociedade civil em simples diferenças sociais decorrentes da vida privada, sem importância na vida política. A separação entre a vida política e a vida civil foi desse modo concluída. (MARX, 2005, p. 36)

E Marx faz sua crítica à Feuerbach, argumentando que esse filósofo acreditava que, trazida à consciência, a alienação religiosa seria superada. Ratificando a crítica de Marx, Frederico e Sampaio (1986, p. 91) trazem o exemplo da situação hipotética clássica em que se pergunta: se todos os homens deixassem de acreditar, Deus deixaria de existir? De todo modo, para os autores, o Estado não parecia ser um ente que desapareceria a partir da tomada de consciência nem que dependesse das consciências para existir. Ao problematizar dessa forma a tese sobre alienação de Feuerbach, o jovem Marx teria se comprometido com a teoria hegeliana, especificamente no que tange ao terceiro momento dialético em que a ideia tem existência objetiva. Frederico e Sampaio (1986) afirmam que ficava assim subentendida, na tese do jovem Marx, a suspeita da possibilidade paradoxal de um universal abstrato dotado de vida.

Marx sem querer deslocava-se para um plano ontológico, aproximando-se da posição de Hegel. De fato, se Hegel admitia a existência independente de uma ideia, Marx aqui admitia que um ente independente, de fisionomia sensível e origem histórica, era uma ideia. (FREDERICO; SAMPAIO, 1986, p. 91)

Entre os escritos de 1843 e 1844, período em que ocorre o giro intelectual de Marx, conforme citado, a concepção de Estado não fica ilesa a essa virada. Assim, entre os escritos de Kreuznach e os manuscritos de Paris detecta-se uma maturação no processo pelo qual Marx se distancia de Hegel e esboça as *Teses contra Feuerbach*.

1.2 Capitalismo Monopolista e Crise do Capital

A passagem da sociedade feudal para o modo de produção capitalista, a chamada acumulação primitiva (MARX, 1977), é lenta e se estende desde a Alta Idade Média, entre os séculos XI e XV, até os séculos XVI e XVII. Durante esse período, mesmo na Inglaterra, quatro quintos da população era de camponeses *livres* marcados pela revolução burguesa e a industrial (MARX, 1977).

O roubo das propriedades da Igreja, a alienação [*Veräusserung*] fraudulenta dos domínios do Estado, o roubo da propriedade comunal, a transformação, usurpatória e executada com um terrorismo sem cerimónia, da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação original. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, anexaram a terra ao capital e criaram para a indústria citadina o necessário aprovisionamento de proletariado fora-da-lei. (MARX, 1977, p. 3)

Depois do surgimento do modo de produção capitalista, no século XVI, tem-se um longo período de acumulação primitiva, e em suas primeiras formas predomina o capital comercial, enquanto as manufaturas vão se desenvolvendo até a constituição do capital industrial. Daí em diante, o capitalismo já está consolidado e tem-se a acumulação capitalista propriamente dita.

Viana (2015) aponta a importância da historicidade, categoria essencial do materialismo histórico e dialético, para a apreensão dos regimes de acumulação:

Os regimes de acumulação possuem uma essência. É isto que permite conceituá-los. E também possuem uma existência concreta que revelam suas mudanças no interior dessa permanência. A essência dos regimes de acumulação é uma determinada forma cristalizada das lutas de classes, no qual o processo de valorização, a forma estatal e a exploração internacional estão relativamente estabilizadas. A sucessão de regimes de acumulação é a sucessão de mudanças no processo de valorização (produção de mais-valor, essência do capitalismo que muda apenas de forma): extensividade, taylorismo, fordismo, toyotismo. Da mesma forma é a sucessão de formas estatais: liberal, liberal-democrático, integracionista (“bem-estar social”), neoliberal. É, ainda, uma sucessão de formas de exploração internacional: neocolonialismo, imperialismo financeiro, imperialismo transnacional, hiper imperialismo³. A forma cristalizada da luta de classes que constituem um regime de acumulação não é estática, pois a luta de classes mesmo estando estabilizada (como, por exemplo, na contemporaneidade, quando o capital consegue impor o neoliberalismo, o toyotismo e o hiper-imperialismo, mas nem por isso deixa de haver resistência e processos de adequação devido à luta operária), permanece sendo luta, e isso gera mudanças no interior do regime de acumulação. (p. 3)

Trata-se de uma teoria dos regimes de acumulação e seu processo histórico, que, com algumas distinções conceituais e em linhas gerais, contempla as fases expostas por Harvey (2005). Para Viana (2015), há que se distinguir modo de produção (capitalista) e regimes de acumulação, sendo estes as formas assumidas

³ Conforme nota do autor, “esses processos não significam que há a imediata abolição da forma anterior e nem que elas deixam de existir totalmente. O que essas formas manifestam é uma predominância, pois em certos setores da sociedade ainda podem existir formas de organização do trabalho (processos de valorização) e de exploração internacional que foram predominantes anteriormente. Da mesma forma, é preciso entender que o desenvolvimento capitalista é assíncrono e isso não ocorre no mesmo período em todos os países, nem da mesma forma (bastaria citar que, derivado da exploração internacional e da divisão internacional do trabalho, existem blocos diferenciados de países)” (VIANA, 2015, p. 2).

pelo primeiro para a acumulação de capital. O elemento principal de um regime de acumulação é o processo de valorização, ou seja, a forma de extração de mais-valor. De acordo com os ciclos estabelecidos por Viana (2015), o primeiro regime de acumulação do modo de produção capitalista é o extensivo, que corresponde à época, já citada, da Revolução Industrial (o termo extensividade refere-se a longas jornadas de trabalho), em que o modo de valorização ocorreu pela extração de mais-valor absoluto. O segundo, é o intensivo, que vai de meados do século XIX até o segundo pós-guerra, em que se tem o taylorismo e o Estado assume (predominantemente) as feições do liberalismo democrático. O terceiro ciclo foi o do regime de acumulação conjugado, no período de 1945 a 1980, e que tem o fordismo como forma de organização do trabalho. Tanto o taylorismo quanto o fordismo caracteriza-se pela extração de mais-valor relativo. Nesse terceiro ciclo, o *Estado de bem-estar*, ou *Estado providência*, ocorre ao lado do imperialismo financeiro. O quarto ciclo é o regime de acumulação, que busca tanto a extração de absoluto como o relativo, e que por isso é denominado integral (de 1980 até a atualidade). Viana (2015) propôs o termo regime de acumulação integral em contraposição ao de 'acumulação flexível' (Harvey), porque este, segundo o autor, produz um eufemismo que ofusca a realidade, abrandando o grau de exploração e reforçando a ideologia da flexibilização.

A primeira fase da expansão capitalista, a que Viana (2015) chama *extensiva*, corresponde ao estágio da livre concorrência ou capitalismo concorrencial, em que, segundo Hobsbawm (2000), o liberalismo econômico adquire quase a força de uma lei natural. Para esse autor, o liberalismo era sinônimo de crescimento e apenas o mercado regulava as relações de compra e venda da força de trabalho. Hobsbawm (2000) refere-se à era do capital, destacando as extraordinárias transformação e expansão econômicas entre 1848 e 1870, que, para ele, “foi o período no qual o mundo se tornou capitalista e a minoria significativa de países desenvolvidos se transformou em economias industriais” (p. 54).

Se inicialmente, na primeira fase da industrialização, a tecnologia não se mostrou tão importante, em meados do século XIX alterações significativas ocorrem, e o laboratório de pesquisa torna-se parte integrante do desenvolvimento industrial. São exemplos o desenvolvimento do telégrafo, a indústria de corantes artificiais (que teria nascido de um laboratório dentro de uma fábrica), o explosivo e a fotografia, dentre outros. Com essa transposição da ciência para o âmbito da indústria, o

sistema educacional adquire importância para o desenvolvimento industrial, como afirma Hobsbawm (2000, p. 71):

Daquele momento em diante era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições adequadas para uma educação avançada viesse a se tornar uma economia moderna e vice-versa, países pobres e retrógrados que contavam com um bom sistema educacional, como a Suécia, encontrou facilidade para iniciar o desenvolvimento.

O capitalismo teria se constituído, em todo caso, na grande economia mundial. A história, doravante, passava a ser a história mundial. No entanto, para Mandel (1977, p. 82), “há uma maldição que pesa sobre o capitalismo e da qual não pode nunca se libertar: os seus grandes sucessos econômicos voltam-se contra ele”. À grande expansão, segue-se a grande depressão. O objetivo do capital é o aumento do lucro e, para tanto, lança uma ofensiva sobre o operariado, pois o aumento do lucro gera a acumulação do capital, que, com o tempo, reforça a classe operária.

Na fase da livre concorrência, afirma Mandel (1985, p. 86), “o burguês individual, o industrial, o banqueiro, eram muito fortes como indivíduos. Eram muito independentes, muito livres, dentro dos limites da liberdade burguesa, podiam arriscar o seu capital no mercado, da maneira que desejassem”. O capitalismo concorrencial ocorre no período de predomínio do parlamentarismo clássico, e, para o autor, essa forma de governo tem importante papel nessa fase, e, por mais democrático que um governo aparentasse ser, ele estava atado ao capital pela dívida pública e por outros elementos que faziam do Estado um instrumento da burguesia. Sobre o aparato estatal, Mandel (1977) pontua que os cargos só eram ocupados por pessoas letradas e que, “ainda que o sistema de exame para cargos públicos seja democrático superficialmente, não deixa de ser um instrumento selecionador; a estrutura hierárquica dos serviços públicos só reforça essa superficial igualdade de condições” (p. 26). O autor pontua: “Pela própria natureza, o Estado está em contradição, ou antes, inadaptado às necessidades da coletividade” (MANDEL, 1977, p. 26).

A nova era econômica seria marcada pelo fim da competição sem barreiras das empresas privadas e da abstenção dos governos em relação às possíveis interferências nas relações econômicas, o fim da perspectiva da autorregulação do mercado. O crescimento demográfico nos países desenvolvidos e a crescente renda

das massas acompanham a formação da economia de mercado de consumo doméstico iniciada nos Estados Unidos e mais modestamente na Europa. É o fim do monopólio industrial inglês e o surgimento da grande competição internacional entre economias industriais de nações rivais. Além da Inglaterra, compõem o cenário a Alemanha e os Estados Unidos. Essa competição levava à crescente concentração e centralização do capital industrial dos mercados capitalistas e ao acirramento da concorrência capitalista no plano internacional. Os Estados Unidos tornam-se o núcleo da expansão desse sistema, e tem-se a partir de então o início do capitalismo monopolista.

Destaca-se nesse período o desenvolvimento do fordismo, descrito por Gramsci (1991, p. 377) como “uma forma moderníssima de produção e de modo de produzir como a oferecida pelo tipo mais aperfeiçoado, a indústria de Henry Ford”. Para esse filósofo marxista, o fordismo representou a busca das indústrias para superar a lei tendencial de queda da taxa de lucro (GRAMSCI, 1991, p. 376).

Na mesma direção, Mandel (1985, p. 43) afirma em sua análise:

O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preço de monopólio, em lugar de matérias-primas que haviam se tornando excessivamente baratas. Assim, a reprodução da divisão do trabalho criada no século XIX está entrando em colapso vagarosamente, mas firmemente, face à súbita expansão da produção de matérias-primas e a uma alteração nas taxas diferenciais de lucro proveniente da produção de matérias-primas e da produção de bens acabados. Esse processo foi reforçado, nesse ínterim, por uma alteração na estrutura do capital monopolista nos países imperialistas.

Destaca-se, no entanto, que a partir da década de 1880 o livre comércio no mundo pós-liberal esteve sob pressões sociais ou de “demandas vindas de baixo” por proteção contra os capitalistas, por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e por um salário mínimo para os trabalhadores que se tornaram audíveis e politicamente eficazes. Dessa vez, a burguesia não podia mais falar em nome do povo ou confiar em seu apoio traído. Surgia aí um novo Estado, forte e intervencionista. Somadas a essas demandas sociais ainda negligenciadas, agitação social e descontentamento brotaram por toda parte. Hobsbawm (2000) identifica três tendências na ebulição social e política a partir desse período: emergem partidos e movimentos da classe operária, do qual um bom exemplo é o Partido Social Democrata Alemão; surge uma extrema direita, com partidos

demagógicos antiliberais e antissocialistas, que, segundo o autor, “tornaram ancestrais do hitlerismo”; e ocorre “a emancipação dos partidos e movimentos nacionalistas de massa de sua antiga identificação ideológica com o radicalismo liberal” (p. 422).

Lutas por autonomia nacional ou por independência aproximam os trabalhadores do socialismo, embora o aspecto do nacionalismo nesses grupos se sobrepusesse aos do socialismo. Hobsbawm (2000, p. 422) refere-se, ainda, a uma tendência ao constitucionalismo democrático, “um tipo de política de massa não liberal” que assustava os governos a tal ponto que tendiam a cair em pânico e apelar para a coerção das massas. Mas salienta o autor que nem do ponto de vista econômico nem do político, a estrutura do mundo capitalista de meados do século XIX entrou em colapso. Era apenas uma nova fase, e, diferentemente do que ocorria no mundo subdesenvolvido, ali o início da “grande depressão” iria abrir uma era de revolução iminente.

O fim da era liberal, longe de ser um ponto culminante ou um momento de ápice, pode ser situada no curso de uma “depressão prolongada”, como assinala Hobsbawm (2000, p. 417): “Um tempo qualquer entre 1871 e 1879. Se precisarmos definir uma data, escolher uma que simbolize ‘a metade da década de 1870’, (...) digamos, 1875”. A reorganização do capital, após a desestabilização, não poderia desconsiderar as alterações no plano político. Os ares emanados da Revolução Russa (1917) forçava o capital a rever sua programática e ceder nos níveis até então ilimitados de exploração do trabalho, e pouco mais de uma década depois o mundo assistiu em 1929 a maior crise econômica do capitalismo, que se iniciou no sistema financeiro norte-americano, com a queda na bolsa de Nova York, e alastrou-se por todo do mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. No entanto, a longa onda expansiva verificada entre 1940 e 1960, ocorrida por meio de intensiva aceleração do crescimento econômico, ocorreu pela superexploração da classe operária, assegurada pelos governos fascistas e pela Segunda Guerra.

Os Estados Unidos ganham com a guerra, no sentido de que seu território não foi alvo de destruição como a Europa, e em decorrência de seu investimento na indústria bélica, tornam-se a grande potência mundial e passam a construir o que Gramsci chamou “o americanismo”. Segundo Mandel (1990), o aumento da mais-valia relativa permitiu a expansão do capital em condições ideais: taxa de lucro em alta e expansão do mercado, por via do consumo ascendente da classe

trabalhadora, que se beneficiava das concessões do capital que, forçado pelo acirramento das tensões das classes no pós-guerra, se vê obrigado a fazer concessões, em uma tentativa de se reestruturar. Mas também essa alavancada tende ao movimento cíclico do capital, como descreve o autor:

O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (sobretudo dos sindicatos) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sua competitividade. Daí as dificuldades crescentes do capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos de 1960. (MANDEL, 1990, p. 27)

Esse processo vai culminar no ciclo recessivo em que ocorre a perda de hegemonia norte-americana conquistada no pós-guerra, marcada pela retomada ocorrida, sobretudo, na década de 1970, período das exportações da Alemanha Ocidental e do Japão (MANDEL, 1990).

Mandel (1982) também aponta a imbricação entre o sistema econômico e o político, de forma que a crise orgânica do capital tem seu correspondente na crise das formas estatais capitalistas pelas quais o Estado vai assumindo diferentes feições. O Estado liberal, transmutado em Estado providência, passou a intervir na economia, configurando o *Estado de bem-estar social*. De acordo com Behring e Boschetti (2011), após a crise, os Estados Unidos, que registravam elevados índices de pauperismo e desemprego, buscaram a retomada do crescimento econômico por meio de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então. Para as autoras, se de um lado a grande concorrência em proporções planetárias produz a barbaridade das duas guerras mundiais, por outro lado, as elites econômicas começaram a perceber os limites do livre mercado, ou seja, abalara-se definitivamente a crença, quase absoluta, no ideário liberal, ou, nos termos das autoras, houve “uma inflexão na atitude da burguesia, quanto à confiança cega nos automatismos do mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 70).

Em síntese, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista se desenvolve em ciclos, que vão desde o capitalismo concorrencial do século XIX, passando pelo imperialismo clássico, que vai dos fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, até a atualidade, com o capitalismo maduro ou tardio, como denomina Mandel (1982).

O capitalismo desenvolve também, conforme Viana (2015), formas de exploração internacional⁴, que se expressam no modo como as nações capitalistas hegemônicas exercem seu jugo sobre os países periféricos. Tais relações estão postas no plano da história mundial desde o início da modernidade, no século XVI, em que se consolidam o capitalismo e, com ele, os Estados nacionais. Naquele contexto, as forças produtivas desenvolvem-se com grandes descobertas científicas, evoluções da indústria naval. Tem-se o início do colonialismo, da expansão marítima e do domínio de outros territórios.

É nos marcos do início da era moderna que o Brasil passa a compor a história do mundo sob a égide do capital. Neste país, o processo de industrialização teve início após a revolução burguesa de 1930, com a política de substituição das importações e incentivo à produção interna. Segundo Oliveira (2003), é o momento da economia brasileira, em que a indústria passa a ser o setor-chave para a dinâmica de consolidação do capitalismo. Conforme o autor, “a revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro: o fim da hegemonia agrário exportadora, e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA 2003, p. 29)

Fernandes (2005), ao analisar o processo histórico do capitalismo no Brasil, na sua fase monopolista, considera que sua primeira irrupção ocorreu em 1930, e a consolidação, na década de 1960, em um desenvolvimento desigual e combinado, tornando-se irreversível. Segundo o autor, para assegurar as mudanças exigidas pelo capitalismo monopolista, o Estado brasileiro reorganizou sua infraestrutura e criou um complexo institucional com condições de atender à ordem econômica em curso, segundo os padrões dessa fase do capitalismo. Assim, as condições objetivas para essa construção são expressas pela continuidade de um vigoroso parque industrial criado nesse período, destacando-se como suporte econômico e financeiro, segundo Ianni (1978), a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobras) em 1953 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959.

Oliveira (2003) destaca ainda que a participação da indústria na renda interna do país superou a da agricultura somente em 1956. Para o autor, o mais importante desse episódio foram a nova correlação de forças postas no cenário político e

⁴ Para Viana (2015), a sucessão das formas de exploração internacional (neocolonialismo, imperialismo financeiro, imperialismo transnacional, hiper-imperialismo) caracteriza também o ciclo dos regimes de acumulação que conformam a perpetuação do modo de produção capitalista.

econômico brasileiro, a reformulação do aparelho estatal e a adoção de medidas econômicas em favor do novo modelo de acumulação – o monopolista. Medidas como o confisco dos lucros parciais do café ou o aumento do custo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando a diminuição de juros para investimento nas indústrias) representaram,

de um lado, a destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário exportadoras e, de outro, a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. (OLIVEIRA, 2003, p. 36)

No governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), houve um período de forte intervencionismo estatal, verificáveis, segundo Oliveira (2003), na forma como o Estado amplia suas funções:

Regulando o preço do trabalho, investindo em infraestrutura, impondo confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos e classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela, o centro do sistema. (OLIVEIRA, 2003, p. 36)

A realidade brasileira é tomada por Fernandes (2005) como parte das relações internacionais de dominação determinadas pelo poder econômico dos países centrais, e, portanto, a par dos desenvolvimentos do grande capital. Assim, o autor considera que o capitalismo, na sua fase monopolista, teve seu primeiro impulso de irrupção em conexão com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, período de muitas tensões sociais, econômicas e políticas, tanto pelo momento econômico, em que mesmo as grandes economias buscavam se refazer da fase depressiva do fim do liberalismo econômico ou sua fase concorrencial, como pelo cenário político da influência do 'socialismo em um só país', uma vez que, a partir de 1917, com o advento do socialismo na União Soviética, o mundo tinha no universo de possibilidades um padrão de civilização alternativo.

Em sua análise, Fernandes (2005) afirma que no processo de expansão capitalista, quando houve a inclusão dos países periféricos no capitalismo global, a transferência do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista – por meio de processos normais de conquista econômica, com o

simples desdobramento de fronteiras – pressupõe indicadores de desenvolvimento, tais como concentração demográfica, de renda *per capita*, de padrão de vida e de diferenciação, integração em escala nacional e densidade econômica de mercado financeiro, de estabilidade política e controle efetivo do poder do Estado, dentre outros. Na ausência desses indicadores na maioria dos países periféricos, estes foram incorporados por meio da penetração segmentada de grandes corporações, que ocupavam seu território, se instalavam e se expandiam assumindo o controle parcial, porém intenso de suas economias, sem precisar investir ou interferir nas estruturas dos países hospedeiros, resultando em um processo de incorporação devastadora das periferias.

Em um segundo momento, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o quadro muda um pouco, pois as colônias passam a representar um mercado promissor e a ser um elemento de equilíbrio para a economia dos países centrais. O Brasil, em especial, passa a ser um polo do capitalismo monopolista, a partir de seu processo de industrialização e, sobretudo, após o golpe militar de 1964. E, além disso, estava em curso a disputa pela hegemonia econômica no capitalismo, como afirma Fernandes (2005, p. 297):

Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo.

Assim, passa a ser interesse das grandes economias o fortalecimento dos grupos dominantes nos países periféricos, e novas estratégias políticas serão adotadas. As grandes corporações internacionais, os grandes países hegemônicos e seus governos criam, de modo articulado, novas formas de controle da população.

Para Fernandes (2005), a segunda fase de irrupção do capitalismo monopolista caracteriza-se “pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista)” (p. 224). Para o autor, a passagem do capitalismo da fase concorrencial para a monopolista não foi fácil nas economias centrais, dadas as fortes tensões das competições internacionais entre os países de capitalismo avançados. Assim,

as nações hegemônicas, que alcançaram desenvolvimento prévio mais intenso sob o capitalismo competitivo, enfrentaram maiores dificuldades na transição. Os estudos de Hobsbawm sobre a economia inglesa demonstraram, por exemplo, que uma revolução industrial precoce pode tornar-se uma desvantagem relativa. Além disso, o capitalismo monopolista começa a alcançar sua primeira fase de clímax em conexão com a Primeira Grande Guerra. (FERNANDES, 1987, p. 251)

Nesse sentido, no primeiro momento da irrupção do capitalismo monopolista na Europa, no período da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se manteve no padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo dependente, sem constituir fonte de monopólios real. Segundo Fernandes (2005), na segunda irrupção do capitalismo monopolista no Brasil, a partir da década de 1950, o país incorpora-se a essa fase de forma atípica, mantendo-se não apenas na condição de alimentador das grandes economias, mas também como um dos polos dinâmicos do capitalismo monopolista na periferia. Isso ocorreu, sobretudo, pelo investimento externo no Brasil, em clara aposta em um mercado promissor, e, também, por uma decisão interna das elites nacionais de levar a cabo a modernização do país.

Para Cardoso (1995), a relação de subordinação às economias hegemônicas e de *sobre-exploração* e opressão política com as camadas populares é o que define as economias periféricas. A autora pontua que,

no esquema teórico com o qual Florestan trabalha, o conflito é essencial até mesmo para a constituição das classes dominantes enquanto verdadeiras classes, capazes de reconstruir e de moldar o mundo como seu, no exercício pleno do seu papel enquanto dominantes e detentores da riqueza produzida pelos trabalhadores na sociedade capitalista. (CARDOSO, 1995, p. 6)

A absorção dos países periféricos pela dinâmica do grande capital pela organização monopólica tinha o objetivo primário de acréscimo de lucros mediante o controle dos mercados. Tal organização, de acordo com Netto (2001), comporta níveis variáveis de operações, que vão desde o acordo de cavalheiros à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste. O sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico financeiro redimensionado. Um leque de fenômenos é desencadeado a partir de então, com tendência de alta dos preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios e das taxas de lucro, que, consoantes o objetivo dessa estratégia de produção, tendem a ser mais altas nos setores monopolizados. A taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e ao subconsumo. É também registrada a

tendência de economizar trabalho vivo, com a introdução de inovações tecnológicas, e de concentração dos investimentos nos setores de maior concorrência. Ao final, essa concentração sobre o curso de venda faz cair os custos adicionais dos monopólios e aumentar o contingente de consumidores improdutivos, consumando-se a tendência do subconsumo.

A análise de Netto (2001) aponta para uma especificidade do capitalismo monopolista, em relação ao período antecedente:

No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da forma de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada, excedente, é uma função estatal de primeira ordem (...) O Estado burguês, ao operar para assegurar condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista, o faz em um plano de medidas econômicas mas também no plano da legitimação política, por meio da produção de consensos, que assegurem seu próprio desempenho por meio da “generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais”. (p. 26)

Para esse autor, a era dos monopólios produz transformações no papel e na funcionalidade do Estado burguês, cuja função social e política “operam ao mesmo tempo que o Estado omite sua essência de classe” (NETTO, 2001, p. 30).

Na fase dos monopólios, o modelo de acumulação keynesiano fordista, que dá origem ao Estado de bem-estar social, caracterizava-se pelo fordismo na produção, segundo grandes plantas industriais, controle rigorosos dos processos de trabalho e dos preços, da produção e de grandes estoques. Caracterizava-se também pela inclusão crescente de indivíduos no mercado de trabalho, orientado pela ideia do pleno emprego; e pelos monopólios e oligopólios que, embora fossem transnacionais, regulavam-se pelos Estados nacionais. A intervenção estatal concorreu para essa engrenagem econômica como regulador e como parceiro, por meio da apropriação do fundo público.

No contexto de passagem do estágio dos monopólios, ocorreu, aponta Netto (2001, p. 26), “um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores – é inclusive em quase todas as latitudes, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas”. E, a esse respeito, acrescenta:

Onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas

políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista comportam matizes que vão do *welfare state* ao fascismo. (NETTO, 2001, p. 27)

No entanto, Mészáros (2009, p. 32) adverte:

O capitalismo experimenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários. Nem se deve imaginar que o capital dos Estados Unidos seja menos afetado que os da Grã-Bretanha e da Europa.

Para o autor, a situação da realidade global

é muito mais séria do que a não-materialização dos prometidos benefícios paralelos aos gastos militares poderia, por si só, sugerir. Há quase duas décadas eu defendia que o resultado necessário das intervenções estatais a serviço da expansão do capital – não importa o grau de sua generosidade – estava destinado a ser (...) não apenas o crescimento cancerígeno de setores improdutivos da indústria no interior da estrutura global de produção do capital, mas – igualmente importante – a grave distorção da estrutura capitalista de custos sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa ideológica de que eram “vitais para o interesse nacional”. E uma vez que o capitalismo atual constitui um sistema fortemente independente, as consequências devastadoras dessa distorção estrutural emergem em numerosos setores e ramos da indústria, e não apenas naqueles diretamente envolvidos na execução dos contratos militares. (MÉSZÁROS 2009, p. 32-33)

Assim, o Estado, capturado pela burguesia no capitalismo monopolista, como afirma Netto (2001), e na condição de guardião dos interesses da burguesia, assume a articulação orgânica de interesses das organizações privadas dos monopólios e as instituições estatais.

No caso brasileiro, o neoliberalismo foi introduzido no início da década de 1990, no governo Collor de Mello (1990-1992), interrompido no governo Itamar Franco (1993-1994), retomado no governo Fernando Henrique Cardoso e mantido nos governos Lula (2003-2010) e no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). Essa temática será mais bem desenvolvida em seguida, na discussão sobre o Estado moderno na contemporaneidade.

1.3 O Estado na Tradição Marxista – Uma Abordagem Teórica

A discussão sobre Estado, no campo da tradição marxista, é travada por Simionatto (1999, p. 63) segundo a concepção de Estado ampliado e fundamentada em Gramsci. Alerta a autora que, para Gramsci, se o “Estado aparece no

pensamento de Marx a partir de uma abordagem mais restrita, isso não minimiza a importância de sua teorização, uma vez que residem nesta as raízes que fundamenta o debate sobre a compreensão do Estado” (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 1999, p. 63). A autora adverte que a abordagem de Marx está ancorada no processo de desenvolvimento do modo de produção da época em que viveu, sobretudo, no que se refere ao desenvolvimento da formação econômica.

No pensamento de Marx, a questão do Estado é explicitada a partir de uma análise do Estado moderno, ou seja, da configuração que ganharam as relações políticas no período da Revolução Francesa, que se caracterizou pelas reduzidas possibilidades de participação política do proletariado nascente. As ações que essa classe exercia eram, sobretudo, através das ‘vanguardas combativas, mas pouco numerosas, atuando (quase sempre) na clandestinidade’. (SIMIONATTO, 1999, p. 63)

A autora recorre a Coutinho, para explicar o contexto histórico de então: “O Estado moderno ainda não explicitara plenamente suas múltiplas determinações e, desse modo, a teoria ‘restrita’ do Estado correspondia à existência real de um Estado ‘restrito’ (e, mais geralmente, de uma esfera política “restrita’)” (COUTINHO, *apud* SIMIONATTO, 1999, p. 64-65).

Simionatto (1999) atribui a diferença entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci ao contexto histórico em que viveram os dois filósofos: “Se, para o primeiro [Marx], o Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação, para o segundo [Gramsci] o Estado não é algo impermeável às lutas de classes, mas é atravessado por elas” (p. 64). Para a autora, Marx, Engels e Lenin viveram em épocas e situações históricas de crises do Estado liberal e fortalecimento do capitalismo como sistema hegemônico, aos quais dirigiam seus questionamentos. Já Gramsci, diz Simionatto (1999), percebe que em seu tempo, “na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder complexificaram-se na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a ‘sociedade civil” (p. 64).

No contexto histórico de Gramsci, “a esfera política ‘restrita’ (...) cede progressivamente lugar a uma nova esfera ‘pública ampliada’, caracterizada pelo protagonismo político de ampla e crescentes organizações de massa” (COUTINHO *apud* SIMIONATTO, p. 64-65). Assim, de acordo com Simionatto (1999), Gramsci traz, do ponto de vista da teoria política, “uma reflexão ampla e inovadora a respeito do conceito marxista de Estado” (p. 65).

Na mesma direção, Mandel (1977), em um exercício de síntese da teoria marxista de Estado, afirma:

Até certa altura do desenvolvimento da sociedade, antes de ser dividida em classes sociais, certas funções, tais como a das armas ou a administração da justiça, eram exercidas coletivamente – por todos os membros adultos da comunidade. Só quando esta sociedade se desenvolve mais, no momento em que aparecem classes sociais é que estas funções são retiradas à coletividade e reservadas a uma minoria que passa a exercê-las de modo especial. (p. 11)

Assim, o Estado é um órgão que surge em certo momento de desenvolvimento histórico da humanidade e tende ao desaparecimento nesse processo, como se lê nas palavras de Mandel (1977, p. 15): “[O Estado] nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer”.

O caráter de classe do Estado encontra-se expresso nos estudos de Marx (1977) desde sua análise sobre as origens do capitalismo, por ele denominado período da acumulação primitiva, quando refere-se

à criação violenta de um proletariado sem pão nem lar, a disciplina sanguinária que o transforma em classe assalariada, a vergonhosa intervenção do Estado, favorecendo a exploração do trabalho e, por conseguinte, a acumulação do capital. (p. 75)

A “disciplina sanguinária” a que se refere Marx corresponde a uma descrição pormenorizada das funções legislativas exercidas pelo Estado na proteção da burguesia nascente e a um registro da vinculação radical entre o Estado com o capital.

Para Mandel (1977), o Estado é fruto do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas,

onde todos travam uma luta árdua com os restantes para obter o suficiente para viver, tirado de um rendimento nacional demasiado baixo para ser distribuído, torna-se necessária uma forte engrenagem de fiscalização. (...) Em suma, todas as funções governativas reduzem-se a isto: vigilância e controle da vida da sociedade, no interesse da classe dominante.

Em seu tratado, Mandel (1977) valoriza o Estado como espaço de luta a ser ocupado pelas classes populares e alega que, ainda que o Estado burguês se encontre atrelado às classes dominantes, não se pode ser indiferente às possibilidades de organização política dos trabalhadores: “Quanto mais liberdade

tiverem os operários (...) tanto mais desenvolver-se-ão dentro da sociedade capitalista as sementes da futura democracia socialista e tanto mais facilmente terá, historicamente, o advento do socialismo”.

de uma revolução proletária, o autor afirma:

Se a classe operária tiver que tomar o poder num país em que exista ainda escassez de bens, embora parcial, ou exista certa pobreza, durante algum tempo, esta sociedade não pode ainda funcionar sem um Estado. Continuarão a existir conflitos sociais. (MANDEL, 1977, p. 32)

Mészáros (2002) segue na mesma direção em sua discussão sobre o Estado moderno:

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material, paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincidia com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal, democrática até os Estados capitalistas de extremos autoritarismos (...), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético. (...). Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social, antagonicamente estruturado. Tomando lugar do princípio que regia o sistema reprodutivo feudal, passa a existir um novo microcosmo sócio-econômico, caracterizado por grande mobilidade de dinamismo. (...). O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle antagonicamente estruturado. (p.106)

Nesse quadro atual em que se desenha o Estado, Mészáros (2002) aponta o seu vínculo com a burguesia no sistema capitalista. Para o autor esse vínculo é histórico e visa a um fim: a dominância da produção material. Dessa relação de ordem recíproca entre Estado e Capital, Mészáros (2002) afirma que a ruína de um é a ruína do outro, e que isso ocorre independentemente da forma que o Estado assuma. O autor refere-se a um *defeito estrutural* no controle do sistema do capital, profundamente enraizado na falta de unidade de todo o sistema, ou seja, na ausência de unidade entre produção e controle, produção e consumo e entre produção e circulação. Afirma ele que a produção e seu controle encontram-se não apenas isolados entre si, mas diametralmente opostos.

No que diz respeito à separação da produção e do consumo, para Mészáros (2002) ela se expressa na concentração extrema deste em poucos locais e na

impossibilidade de consumo de milhares de pessoas, que não têm atendidas suas necessidades mais essenciais. Para o autor, a contradição entre circulação e produção refere-se à carência de penetração do capital social no domínio da circulação e de um empreendimento global de circulação, em que se coordenem os novos microcosmos do sistema do capital a partir da penetração desse capital social e que articule produção e circulação. A ausência dessa articulação, afirma ele, tornam necessários os processos de dominação e subordinação, ou seja, a subordinação da força de trabalho total da humanidade, sua sujeição ao sistema alienante do sistema do capital global.

Mészáros (2002) atribui a estrutural carência de unidade ao fato de a fragmentação assumir a forma de antagonismos sociais, ou seja, ela reflete o conflito de interesses, em que as forças em jogo são propriamente o trabalho e o capital. Os antagonismos não cessam porque o *defeito* é estrutural ou consiste em limites sócio-metabólicos do capital. Diante de um *defeito* dessa natureza, pontua Mészáros (2002, p. 107) que

o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sócio metabólico. Sua função é reificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sócio metabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos.

O Estado ampliado, na sua relação entre sociedade política e sociedade civil, será tratado no capítulo seguinte, em discussão sobre a política na particularidade da política social.

1.4 Estado Brasileiro, Neoliberalismo e Políticas Sociais

De acordo com Behring (2004), a fase expansionista do capitalismo teve início no segundo pós-guerra, mas, segundo Mandel (1985), só começa a dar os primeiros sinais de esgotamento nos anos 1960. Todavia, seu desencadeamento de fato ocorreu mais adiante, em 1971, “com a ruptura unilateral dos EUA dos acordos Breton Woods, que equacionaram duradouramente o sistema financeiro mundial durante os Anos de Ouro; e em 1973/1974 com a crise do petróleo” (BEHRING, 2004, p. 165).

Chauí (2001), por sua vez, situa o surgimento do neoliberalismo na década de 1970, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, quando o capitalismo é atingido por baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. Uma série de medidas foram tomadas com vistas à reestruturação do modo de produção

capitalista, tendo como meta central a estabilidade monetária, que ocorreria por meio da contenção de gastos sociais e da reforma fiscal.

A reforma fiscal, conforme Chauí (2001), visava incentivar os investimentos privados, reduzindo os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio. Para tanto, o Estado, sem mudar sua essência, ganhava novo desenho: abstinha-se de qualquer intervenção, deixando que a racionalidade própria do mercado (sua mão invisível) operasse para o equilíbrio econômico e a correspondente estabilidade social (CHAUÍ, 2001, p. 18). Assim, a reforma fiscal, naquele contexto, era realizada mediante a abolição dos investimentos estatais na produção e do controle estatal sobre o fluxo financeiro, a drástica legislação antigreve e o vasto programa de privatização. Essas medidas introduziram o que se denomina o modo de acumulação flexível⁵ (HARVEY, 2005).

No Brasil, a década de 1990 é marcada pela reforma do Estado promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério de Administração e Reforma do Estado (Mare). Pereira e Pacheco (2005, p.9) assim a define:

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado; (2) as atividades exclusivas do Estado; (3) os serviços não-exclusivos ou competitivos; e (4) a produção e bens e serviços para o mercado. No núcleo estratégico são definidas as leis e políticas públicas. No nível federal o núcleo é integrado pelo presidente da República, pelos ministros de Estado e a cúpula dos ministérios, responsáveis pela definição das políticas públicas, pelos tribunais federais encabeçados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público. Nos níveis estadual e municipal existem correspondentes núcleos estratégicos. Os serviços não-exclusivos ou competitivos do Estado são aqueles que, embora não envolvendo o poder do Estado, são realizados e/ou subsidiados pelo Estado porque os considera de alta relevância para os direitos humanos.

No caso, instituições públicas não estatais são consideradas organizações sociais, que devem operar como prestadoras de serviços⁶ ao Estado, por meio de contratos de gestão.

⁵ Conforme mostrado no item anterior, Viana (2015) contrapõe ao conceito de acumulação flexível o de *acumulação integral*, dado que a ideologia da flexibilidade escamoteia a natureza da acumulação em graus crescentes de exploração. O que se flexibiliza, em última análise, são os deveres do capital diante do trabalhador, configurando-se nesse estágio significativa perda dos direitos sociais historicamente conquistados no plano do trabalho.

⁶ As universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa estão nesse grupo. A universidade é, assim, uma organização social que presta serviços ao Estado por meio de contratos de gestão (Chauí, p. 176).

A reforma pautou-se pela teoria da desregulação econômica, prevendo a saída do Estado do ramo da produção econômica, mas também a retirada dos investimentos no setor dos serviços públicos. De acordo com Chauí (2011), isso se dava por força de uma identificação imediata entre intervenção estatal reguladora da economia e direitos sociais. A autora observa, ainda, que houve a substituição do conceito de direito pelo de 'serviços', como é o caso da educação, da saúde e da cultura, serviços ao encargo do Estado e que, segundo Chauí, estão "destinados a se tornar não-estatais" (2001, p. 177).

Toda a lógica da reforma demandada pelo ciclo imanente do sistema do capital é legitimada pelo discurso da falência do Estado de bem-estar social ou da crise fiscal do Estado, que seria sanada com a ação racionalizadora da economia política neoliberal. O objetivo da reestruturação do Estado seria a diminuição da taxa de inflação e a retomada do crescimento econômico. No entanto, o que se observa na história é que somente a primeira logrou efetivar-se, pois, segundo Chauí (2011, p. 178), "o modelo incentivou a especulação financeira em vez de investimento na produção, o monetarismo superou a indústria. Onde falar-se em 'capitalismo pós-industrial'".

Behring (2004, p. 163) adverte que essas reformas sociais civilizatórias que se concretizavam com as políticas sociais foram impulsionadas pela presença de um movimento operário forte, em um cenário mundial em que,

após duas guerras e a revolução socialista no encalço, o mundo do capital precisava mostrar sua 'face humana', 'dotada de alma' (...). O *welfare state* europeu foi resultado da reconstrução de um continente dilacerado pela guerra e tensionado pela luta de classes, e de um processo de busca de legitimação do capital no contexto da chamada guerra fria.

Oliveira (1998, p. 19) referencia o Estado de bem-estar europeu como o padrão de financiamento da economia capitalista em que o fundo público atua tanto no financiamento do capital como na reprodução da força de trabalho, assim configurado. O financiamento público da reprodução da força de trabalho é uma tendência histórica no capitalismo, mediante a transformação do "custo interno da produção" em custos socializados, e, para o autor, foi parte do percurso necessário para a constituição do trabalho abstrato. O crescimento do salário indireto libera o salário direito para o consumo de massa, enquanto o crescimento do mercado de bens e consumo duráveis, que alavancou a economia americana no período entre guerras, teve a participação significativa do salário indireto.

O padrão do financiamento público do Estado providência⁷ é o responsável pelo continuado déficit público nos grandes países industrializados. Oliveira (1998, p. 23) afirma que “o termo ‘Estado providência’ é mais associado à produção de bens sociais públicos e menos à presença dos fundos públicos na estruturação da reprodução do capital, revelando, pois, um indisfarçável acento ideológico na crítica à crise”. Segundo sua análise, há uma disputa na destinação desses fundos públicos, nos termos acima descritos, de forma que, destaca o sociólogo, “é esse padrão que está em crise” (OLIVEIRA, 1998, p. 24).

A esse respeito, Behring (2004) aborda criticamente a literatura que identificou a crise contemporânea como uma crise do Estado, e não como crise global do capital. Conforme o autor, essa crise global do capital tem fortes repercussões sobre o Estado e a sociedade civil, e promove um processo de satanização do Estado como locus da corrupção e irracionalidade, ao mesmo tempo que idealiza a sociedade civil como território de virtudes e solidariedade, e não como um espaço tensionado por conflitos e interesses classistas. É interessante observar esta inversão: estaríamos diante da antítese da tese de Hegel, sintetizada na ideia de Netto (2002) de Estado como realização da liberdade humana. (NETTO, 2002).

Chauí (2001) destaca o processo em que a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista dissolveu a circularidade nacional dos processos de retroalimentação daqueles componentes da renda e do produto, gerando uma crescente incompatibilidade entre o padrão de financiamento público e a internacionalização produtiva. Ou, como explica a autora, “os oligopólios multinacionais não enviam a seus países os ganhos obtidos fora de suas fronteiras” (p. 179). Esse, sim, é o descompasso, nada explícito, que melhor caracteriza o que se denomina crise fiscal do Estado.

Oliveira (1998, p. 27) desenvolve a seguinte argumentação:

A circularidade anterior [períodos anteriores à mundialização plena do capital] pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. Daí que, nos limites nacionais de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal ou “o que ganha e o que perde” emergiu na deterioração das receitas fiscais e parafiscais (previdência social, por exemplo), levando ao déficit

⁷ Ressaltamos que a expressão padrão de financiamento público do Estado providência não significa investimento sociais.

público. (...). Nasceu exatamente dos países em que essa performance das multinacionais é mais acabada, Estados Unidos e Inglaterra, a reação conservadora contra o Estado-providencia, pondo o acento nos gastos estatais para a produção de bens e serviços públicos.

Nessa mesma percepção de Oliveira (1998), Behring (2004) aponta que o crescimento do fundo público é a comprovação de que o capitalismo perdeu sua capacidade autorregulatória, conforme apostavam os liberais no passado e os neoliberais dos tempos hodiernos. De acordo com a autora, o fundo público passa a compor o capitalismo estruturalmente, para “alimentar o circuito do valor, por um lado, e do (...) anti-valor, por outro, que se refere às políticas sociais, voltadas para os trabalhadores” (p. 165). Completa a autora:

A produção e a realização do valor vão requisitar que o Estado se aproprie de parcela bastante significativa da mais-valia socialmente produzida, para assegurar as condições gerais de produção e reprodução. Dentro desse processo aparecem as políticas sociais como lugar relevante de alocação do fundo público, a depender, claro, da correlação de forças políticas e de elementos culturais em cada formação nacional. (BEHRING, 2004, p. 164)

Boschetti (2010), por seu turno, explicita, inicialmente, que

o fundo público se forma a partir da punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho das múltiplas funções. O fundo público atua na reprodução do capital, retornando para seus segmentos [do capital], especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação de políticas sociais. (p. 20)

Pensar sobre essa punção que ocorre via tributos na atualidade é insuficiente, alerta a autora, pois depois do estágio do capitalismo monopolista, “parte cada vez maior do fundo público é sustentada no e pelos salários” (BOSCHETTI, 2010, p. 20). Para explicitar a funcionalidade do fundo público, a autora sugere que se observe a repartição da mais-valia, a partir da reflexão de Pochmann (2008) sugere que se observe:

Essa política macroeconômica impacta diretamente no orçamento social e nos investimentos públicos, e derrui a possibilidade de ampliação e efetivação dos direitos, como mostram os dados oficiais. Enquanto as despesas reais e per capita com encargos da dívida pública cresceram 7,96% em 2005, o gasto social direto real do governo federal cresceu apenas com pagamento dos encargos da dívida pública tiveram um crescimento anual 7,4 vezes maior que a expansão do gasto social. (POCHMANN, 2008 p. 70)

Com o acirramento das contradições o processo de financeirização da economia, reestruturação produtiva e crescentes expressões de pauperização e exclusão do acesso à riqueza social produzida por tantos capítulos da história, à classe capitalista não foi tão difícil aprender o lugar estrutural dessas políticas.

O Estado de bem-estar foi, portanto, uma entre as feições assumidas pelo Estado capitalista que, longe de representarem alguma ruptura na sua natureza de classe, não passam de conformações para a produção capitalista e a reprodução de sua ordem social, que, em todo caso, não chega a se efetivar no Brasil. Neste, como ocorre em uma economia periférica, as forças produtivas se desenvolvem, mas em um processo lento, conforme as necessidades das economias centrais, verificando-se sempre um atraso e um condicionamento externo. Nesse sentido, Oliveira (1998) refere-se a uma acumulação primitiva, que se repõe em épocas mais recentes, simultânea e como condição para o desenvolvimento das sociedades capitalistas mais avançadas do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas.

Se se pensar por exemplo, no período da acumulação flexível (HARVEY, 2005) ou no regime de acumulação integral (VIANA, 2015), tem-se no Brasil o período desenvolvimentista, a política de substituição de importações e incentivo à indústria nacional, que resultou no chamado “milagre econômico”. Mas, para Salvador (2010, p. 139), “a estratégia de industrialização não obteve êxito na inserção do país no círculo virtuoso do fordismo”, situação, lembra o autor, que levava Lipietz a desenvolver o conceito de “fordismo periférico”. Esse conceito referia-se à não vigência das características básicas do modelo, tais como a criação de um mercado de consumo de massas e o compromisso do meio sindical na defesa da elevação do padrão de vida dos trabalhadores; os padrões apontavam, ao contrário, o baixo nível de qualificação da mão de obra, a baixa escolarização da força de trabalho, o alto índice de rotatividade e o baixo valor real dos salários. (SALVADOR, 2010). Foi um período, lembra o autor, importante na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, no setor industrial, em termos de geração de postos de trabalho e redução dos vínculos de trabalhos precários, no âmbito do trabalho informal. Todavia, Salvador (2010) ressalta que o país não alcançou o mesmo nível de assalariamento dos países desenvolvidos, e as medidas de proteção social nascem no Brasil com mais de trinta anos de atraso em relação àqueles.

Salvador (2010) afirma ainda que uma característica comum a todas as crises dos últimos trinta anos tem sido o recurso ao fundo público como estratégia de

socorro a instituições financeiras falidas entre as crises bancárias. Sobre esse processo de financeirização da riqueza, destaca o autor:

Quando a crise se instala, todo o discurso e a defesa de eficiência do mercado, da privatização, desregulamentação, se “desmancham no ar”, chamem o Estado, ou melhor, o fundo público para socializar os prejuízos. Rapidamente o discurso da eficiência do mercado parece ter sido esquecido. (SALVADOR, 2010, p. 614)

Uma série de tendências vem surgindo no Brasil desde o início do processo de liberalização financeira dos anos 1980 e 1990, no tocante ao financiamento e implementação de sistema de seguridade social. Existe em curso um processo crescente de transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado e de privatização dos benefícios da seguridade social e, com isso, os benefícios assistenciais transformam-se em um produto financeiro. Ocorre um incentivo ao ciclo de especulação financeira, e, à medida que esses benefícios sociais passam a ser despesas/gastos, geram o aumento das finanças do orçamento estatal, ou seja, cresce o endividamento e, conseqüentemente, aumenta a transferência de recursos públicos da dívida pública (amortização da dívida). Juros e amortização da dívida estatal compõem a despesa “serviço da dívida” do orçamento fiscal. Outra forma de financeirização que rebate na seguridade social são os generosos incentivos fiscais e a isenção de tributos para o mercado financeiro, custeados pelo fundo público, já que existe mesmo uma disputa, em que o que toca para uma parte é extraído da outra.

Salvador (2010) propõe, a título de exemplo, a observância do orçamento estatal constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, que, como a forma mais visível do fundo público, pode dar uma boa ideia dos valores em questão. De acordo com a LOA/2010, dos R\$ 1.860.428.516.577,00 da receita da União para aquele ano, R\$ 1,270 trilhões compunham o orçamento fiscal; porém, R\$ 271 bilhões (quase $\frac{1}{4}$ desse valor) estavam previstos para amortizar a dívida pública, dando prosseguimento, assim, ao rebatimento da financeirização da riqueza sobre a seguridade social, com a redução da capacidade de atendimento no âmbito das políticas sociais públicas.

Em 2010, foi constatada uma nova onda conservadora no cenário mundial, na medida em que o receituário de Washington ressurgia das cinzas. Nas políticas econômicas então adotadas, priorizaram-se o ajuste fiscal e o corte nos gastos sociais. Ainda assim, os países desenvolvidos efetivaram uma redistribuição da renda, gerada por meio dos fundos públicos e mediante a tributação dos mais ricos, e pela

transferência dos recursos dos fundos para os mais pobres, por meio de imposto progressivo sobre patrimônio e renda. Em uma análise comparativa, tem-se uma discrepância entre o investimento em gastos sociais no Brasil em relação e aqueles em nos países centrais, como se pode ver na análise Salvador (2010, p. 616).

Segundo Salvador (2010, p. 616), “o Estado social não tratou apenas de disponibilizar serviços e garantir renda aos mais pobres, mas principalmente de retirar das forças de mercado o monopólio da expansão econômica e da gestão sobre a força de trabalho”. No entanto, algo muito diferente ocorreu na realidade brasileira, já que o fundo público apresenta, historicamente, “características regressivas, tanto no lado do financiamento tributário, quanto da destinação dos recursos. (...). As características do orçamento público no Brasil: financiados pelos mais pobres e apropriado pelos ricos” (SALVADOR, 2010, p. 617).

A estrutura regressiva do sistema tributário atinge o orçamento da seguridade social. Há, além disso, uma ideia bastante recorrente, que vai se tornando consenso, de que o Brasil possui carga tributária de país rico, embora se situe no bloco das nações de renda intermediária, consenso esse que busca minar a composição das receitas públicas que compõem o fundo público. Para Pochmann (2008), tal ideia carece de um entendimento das especificidades nacionais, pois o mito da tributação elevada no Brasil pode ser superado a partir de duas observações:

Os impostos, taxas e contribuições incidem regressivamente sobre os brasileiros. Como o país mantém uma péssima repartição da renda e riqueza, há segmentos sociais que praticamente não sentem o peso da tributação, ao contrário de outros submetidos ao fardo muito expressivo da arrecadação fiscal. Os ricos brasileiros quase não pagam impostos, taxas e contribuições. Os 10% mais ricos, que concentram três quartos de toda a riqueza do país, estão praticamente imunizados contra o vírus da tributação, seja pela falta de impostos que incidam direta e especialmente sobre eles - como o tributo sobre grandes fortunas - seja porque contam com assessorias sofisticadas para encontrar brechas legais para planejar ganhos quase ausentes de impostos, taxas e contribuições. Já os pobres não têm escapatória, pois estão condenados a compartilhar suas reduzidas rendas com o financiamento do Estado brasileiro. Isso porque a tributação brasileira é pesadamente indireta, ou seja, arrecada a maior parte em impostos sobre produtos e serviços -portanto, pesa mais para quem ganha menos. Além disso, há uma tributação direta, sobre renda e bens, muito “tímida” em termos de progressividade. O Imposto de Renda, que, nos EUA, tem cinco faixas e alíquotas de até 40% e, na França, 12 faixas com até 57%, no Brasil tem apenas duas, com alíquota máxima de 27,5%. Aqui, impostos sobre patrimônio, como IPTU ou ITR, nem progressividade têm. As habitações dos mais pobres, por exemplo, pagam, proporcionalmente à renda, mais tributos em geral do que aqueles que residem nas mansões, enquanto os grandes proprietários de terra convivem com impostos reduzidos e decrescentes. Aqueles com renda acima de R\$ 3.900 contribuem apenas com 23%. No entanto, quem vive com renda média mensal de R\$ 73 transfere um terço para a receita tributária. Em síntese, a pobreza no Brasil não implica somente a insuficiência de renda para sobreviver, mas também a condição de pagar mais impostos, taxas e contribuições. (p. 2)

A tendência da seguridade social no Brasil, a partir da década de 1990, e a forma da sua expansão nos últimos anos são analisadas por Mota (2007), que diz:

As políticas, longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquirem a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e a privatização das políticas e saúde e previdência, (...) a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se em um novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (p. 129)

A autora ressalta que não basta conclamar a assistência social como política compensatória, de caráter não contributivo, voltada para quem dela necessite. É necessário, afirma, atentar para essa centralidade que a assistência social vem assumindo. Diante da análise de Mota, pode-se indagar: se a previdência é contributiva e destinada a trabalhadores que têm vínculos de trabalho assalariado, e a assistência atende aos que não têm tal vínculo, como afirma Boschetti (2003), o que está implícito nesse redimensionamento no interior da seguridade social brasileira? Mota (2007) tem duas respostas para essa indagação: de um lado, ao negligenciar o direito ao trabalho, o Estado amplia o campo da assistência e limita o acesso à saúde e à previdência social, transformando os serviços sociais em negócios lucrativos:

Aquilo que se afigura como déficit para a população transforma-se em demandas de mercado, objeto do processo de supercapitalização⁸, como é o caso dos serviços médico-hospitalares, das escassas vagas para a educação superior pública, dos baixos rendimentos de aposentadoria etc. (p. 135)

De outro lado, adverte a autora, se a política social no século XXI passa a ser a política de proteção social, e não parte dessa dela, ela adquire

a condição de mecanismo integrador, em lugar do papel desempenhado pelo trabalho. Aqui o maior destaque fica por conta dos programas de transferência de renda e pela condição de política estruturadora que a PNAS tenderá a assumir nos municípios brasileiros. No nosso entender, esta é a maior tensão presente na Política de Assistência Social, haja vista a impossibilidade estrutural de ela assumir este papel. (MOTA, 2007, p. 136)

⁸ A autora faz referência à obra de Mandel, *O capitalismo tardio* (1982), incorporando o conceito de supercapitalização, uma tendência de mercantilização e industrialização da esfera da reprodução, que faz “impregnar o processo social de relações tipicamente capitalistas”. “Dessa forma, há um incremento tecnológico na esfera da reprodução, visando à aceleração do conjunto do processo capitalista de produção e reprodução através do estímulo nas esferas na circulação e consumo” (MOTA, 2007, p. 136).

Por esses motivos, as políticas sociais devem ser entendidas como uma das mediações da reprodução social, não apenas no sentido de reprodução material da força de trabalho, mas também, conforme pontua Mota (2007, p. 31), “como a totalidade da esfera da reprodução das relações sociais, nela incluídas a reprodução das contradições sociais e as lutas de classe”. De acordo com a autora, existe uma alteração no trato com a chamada “questão social”, no sentido de sua pacificação, de tal forma que se aloja

a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, permitindo que o existente se transforme em “ideal” e sitiando, assim, a construção de projetos societais. (MOTA, 2007, p. 135)

No tocante às políticas educacionais, nos marcos do neoliberalismo, a lógica não é diferente. Leher (1998), em sua análise sobre as reformas educacionais dos anos 1990 e sobre o papel do Banco Central na definição dos rumos da educação nos países periféricos, entre eles o Brasil, afirma que essas medidas estão no bojo de reformas estruturais encaminhadas pelo Banco Mundial, sob as diretrizes do Consenso de Washington, que tinha, entre suas linhas ideológicas, o binômio governabilidade e segurança. Esse binômio pode ser identificado nos acordos internacionais firmados entre o Banco Mundial e a Unesco e os países periféricos. A reorientação do Banco Mundial, no contexto da guerra-fria e do processo de descolonização, pode ser constatada em um acontecimento histórico no período em que – após 1968 – Robert McNamara deixa a Secretaria de Defesa do EUA e ocupa o cargo de presidente do Banco Central norte-americano. Em manifestação publicada em sua autobiografia, ele teria dito a seus pares, acerca da intervenção norte-americana do Vietnã:

Há entre nós uma tendência a pensar o nosso problema de segurança como um problema exclusivamente militar, porém, “uma nação pode chegar ao ponto em que ela não pode mais comprar segurança para si própria comprando equipamento militar, e nós chegamos a este ponto”. Por isso, “nós devemos assistir aos países em desenvolvimento que genuinamente necessitam e requerem a nossa ajuda e, uma condição essencial, que estejam dispostos a ajudar a si mesmos. (MCNAMARA *apud* LEHER, 1998, p. 21)

Desse momento em diante, o Banco Mundial amplia sua estrutura, tornando-se o maior centro de informações sobre desenvolvimento, e com o controle das

informações dos países tomadores de empréstimo. Foi alterado o escopo dos projetos, que se transformaram em programas que, mais complexos e abrangentes, passam a incidir sobre a educação. Sobre o saldo das medidas adotadas, Leher (1998) escreve:

Esta reorientação do Banco obteve êxito, não tanto pelo sucesso das políticas setoriais, que em geral fracassaram econômica e socialmente, mas em termos políticos mais amplos. A sua influência contribuiu para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera de influência soviética. Além disto, possibilitou a ampliação dos países membros, garantindo sua presença em 179 países. (p. 23)

Com a crise econômica dos anos 1970/1980 e com a emergência da chamada globalização⁹, na aclamada “nova era”, a educação abre o caminho para o futuro, como afirma o então presidente do Banco Central “As pessoas pobres do mundo deverão ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas” (MCNAMARA *apud* LEHER, 1998, p. 26). Leher (1998) faz uma crítica a essa ideologia, ainda hoje presente e fortalecida, ao afirmar que “não é possível compreender o sentido e o significado das atuais reformas sem considerar sua matriz conceitual, no âmbito do Banco Mundial” (p. 30), em que educação, segurança e pobreza são o centro das reformas educacionais, que têm direcionado para um ensino fundamental minimalista e a uma formação profissional aligeirada.

A principal mudança no cenário atual em relação aos anos precedentes, segundo Leher¹⁰ (2015), é que “a mercantilização na educação ganhou uma nova forma, os novos organizadores são instituições de natureza financeira, particularmente os fundos de investimentos¹¹. Para o autor, vem-se delineando um projeto representativo dos interesses de uma classe, que considera os anseios dos setores dominantes como se fossem o interesse de toda a sociedade. Uma mostra,

⁹ Esse é o pressuposto aceito pelos neoliberais e também por autores críticos do neoliberalismo, partidários da revolução científico-tecnológica e da tese do fim do trabalho (LEHER, 1999).

¹⁰ Entrevista com Roberto Leher, reitor da UFRJ (2015), realizada por Luiz Felipe Albuquerque e publicada em *Brasil de Fato*, São Paulo, 2015.

¹¹ Como o próprio nome diz, os fundos de investimento são constituídos de vários investidores, grande parte deles estrangeiros, como fundos de pensão, trabalhadores da GM, bancos etc, que apostam em um determinado fundo e esse fundo vai fazer negócios em diversos países (ALBUQUERQUE, 2015). Existe hoje no Brasil o fundo *Advent e Patria*, o maior grupo educacional do mundo, um conglomerado que possui mais de 1,2 milhões de estudantes, mais do que o número de alunos de todas as universidades federais juntas. Esses investidores não investem em educação, mas sim nos fundos, e a lógica que permeia essas instituições é a da racionalidade das finanças, e não a da racionalidade educacional. No Brasil, afirma Albuquerque (2015), “cinco fundos têm atualmente cerca de 40% das matrículas da educação superior brasileira, e três fundos têm quase 60% da educação à distância” (p. 2).

conforme Leher (1999), é a recente coalizão de grupos econômicos denominada “Todos pela Educação”, organizada pelos setores financeiro, do agronegócio, da exploração de minérios e dos meios de comunicação.

A aparência é de que estão preocupados com a alfabetização, com a escolarização, com o aprendizado, etc. E de fato estão, mas dentro dessa matriz de classe, no sentido de educar a juventude para o que seria esse novo espírito do capitalismo, de modo que não vislumbrem outra maneira de vida que não aquela em que serão mercadorias, apenas força de trabalho (...). E fazem isso como uma política de classe, atuam como classe que tem objetivos claros, um projeto, concepções claras de formação, de modo a converter o conjunto das crianças e dos jovens em capital humano. (LEHER, 2015, p.2)

Em um contexto de contrarreforma do Estado brasileiro e da educação superior no Brasil, tem-se clara a importância da democratização do acesso e também dos mecanismos de permanência nas universidades brasileiras, dentre os quais, a política de assistência social, que será tematizada no Capítulo II, a seguir.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

As mudanças que vêm ocorrendo na Educação Superior no Brasil fazem parte dos processos de reordenamento do Estado brasileiro, claramente implicado nas tentativas de superação da crise do capitalismo, como foi analisado no Capítulo I. As alterações ocorrem sob o domínio do capital financeiro e da lógica da reestruturação do mundo do trabalho, que também afetam o setor dos serviços e constituem formas de disputa hegemônica do projeto societário burguês. Em nome da minimização do papel do Estado, está em curso, como afirma Dourado (2002), uma estratégia de interpenetração das esferas pública e privada, em prejuízo da primeira, mediante processos de diversificação e diferenciação institucional¹², sistema de avaliação, expansão e privatização desse nível de ensino.

Em análise sobre essa diluição entre o público e o privado, Lima (2009) identifica um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias que concorrem para essa reformulação da educação superior no país:

(i) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – Lei nº 10.861/2004; (ii) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; (iii) a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004) que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; (iv) o Projeto de Lei nº 3.627/2004 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; (v) os projetos de lei e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica; (vi) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) (Lei nº 11.079/2004) que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais; (vii) o Programa Universidade para Todos (Prouni) – Lei nº 11.096/2005 – que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; (viii) o Projeto de Lei nº 7.200/06 que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional; (ix) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil e, mais recentemente (2007), (x) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e o Banco de Professor-Equivalente.(p. 2)

A lógica que rege esse processo parece levar em conta que, se a educação é um bem público, inclusive, ofertado por instituições privadas e públicas, então

¹² O autor refere-se à diversificação das instituições de ensino superior, entre as quais inclui, além das universidades, faculdades e centros educacionais, os cursos e as fontes de financiamento, que precarizam o ensino superior porque rompem com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

justifica-se a destinação de recursos públicos para as instituições particulares e isenção fiscal da qual são beneficiárias (LIMA, 2009). Outro aspecto importante levantado pela autora, seguindo essa mesma lógica, é o de que considera justo também o financiamento privado das pesquisas e das atividades de ensino e extensão. Desse modo, vai-se concretizando a privatização da universidade pública e de todo o sistema de educação superior no Brasil, de forma cada vez menos silenciosa.

2.1 Política de Assistência Social na Educação Superior: A Interface de duas Políticas

A política de assistência social voltada para estudantes das Instituições Federais De Ensino Superior (IFES) desenvolve-se na interface com a política da educação superior pública e insere-se no conjunto das políticas sociais públicas brasileiras destinadas ao atendimento de necessidades humanas, na perspectiva dos direitos sociais.

Em relação à educação, a Constituição Federal (1988), em seu capítulo III, destaca os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União. VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei. VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade de ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística científica e tecnológica do País. (BRASIL, 1988)

Em relação à assistência social, o capítulo VIII da Constituição Federal determina que:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

Assim definida no texto constitucional de 1988, a assistência social compõe, ao lado da saúde e da previdência social, o tripé da seguridade social. Mas apesar de consolidadas nos termos da Carta Magna, faltaria ainda a regulamentação de cada uma dessas disposições em lei específica, para, finalmente, se constituírem como política pública, dever do Estado e direito reclamável daqueles que as demandam. No caso da assistência social, afirma Maísa Silva (2012), a primeira dificuldade encontrada foi a de sua própria regulamentação, pois foi a última entre as demais a ser regulamentada, o que só ocorreu em dezembro de 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742). Segundo a autora, as dificuldades para essa regulamentação relacionaram-se ao contexto das contrarreformas neoliberais e à cultura histórica do não reconhecimento da assistência social como direito, e sim como prática do campo da filantropia e da caridade. Estava posto o desafio de criar a materialidade para a gestão e efetivação dos direitos a ela vinculados.

No âmbito das universidades, desde meados de 1984 os pró-reitores de Assuntos Comunitários e de Assuntos Estudantis e técnicos da área já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes. Nesse sentido, no período de 27 a 30 de novembro de 1985 foi realizado em Florianópolis o primeiro encontro nacional de pró-reitores dessas duas áreas, que discutiram o tema “A política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor”. O objetivo do encontro foi promover “maior intercâmbio de informações; aprofundamento da temática em pauta proposta e ampliação a idoneidade política da área” (FONAPRACE, 2012). Nesse primeiro encontro, concluiu-se pela necessidade de se criar, no âmbito do Ministério de Educação (MEC), órgãos e/ou programa com dotação orçamentária para atender à área de apoio e promoção de estudantes e aos servidores técnico-administrativos das IFES¹³.

¹³ Nesse primeiro encontro, diferenciavam-se a “área de apoio e promoção de estudantes universitários” por meio de programa da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e a “área de apoio e assistência aos servidores técnicos administrativos da IFES” por meio da criação de um órgão com recursos orçamentário próprios (FONAPRACE, 2012).

Outros encontros regionais se seguiram até a realização, em 1987, do segundo encontro nacional em Belo Horizonte, no qual foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitáriosⁱ, que passaria a representar os pró-reitores da área (FONAPRACE, 2012). O Fórum, com o intuito de se articular nacionalmente, além de promover encontros regulares, também cria um jornal e uma lista de conversação virtual denominada Ciranda.

O Fonaprace, como uma instância de articulação dos gestores da política de assistência social, tem um importante papel no reconhecimento dessa política no interior das IFES. Em que pese a tendência de seus programas, projetos e ações serem destinados à categoria de estudantes, principalmente em 2007, registra-se que a assistência social nas IFES se estende aos técnicos administrativos e professores de algumas universidades brasileiras. O Fonaprace realiza em 1994 uma primeira pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, publicada em 1997, que subsidiou a elaboração coletiva de uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, documento cuja versão final foi encaminhada à Andifes em 2001. Esse documento foi elaborado com os seguintes objetivos:

Incluir verbas específicas destinadas à assistência estudantil, na matriz orçamentária do MEC, para cada IFES; elaborar projetos especiais para recuperação e ampliação da capacidade instalada nos ambientes destinados à assistência; estabelecer a vinculação entre ações de acesso e programas de permanência e consolidar um Plano Nacional de Assistência, mediante levantamento nacional de necessidades. (FONAPRACE, 2012, p. 26)

Nos anos 1990, período entre a inclusão da política de assistência social na Constituição Federal (1988) até a produção do documento supracitado em 2001, o Estado brasileiro se alinha à política neoliberal¹⁴. No Governo Itamar Franco tem início o desmonte dos órgãos da administração pública com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), processo que tomou maior impulso no Governo FHC, quando foram privatizadas, entre outras, a Vale do Rio Doce. Acompanharam esse processo de privatização medidas como a extinção de cargos e o redirecionamento da verba destinada às instituições públicas para o setor privado. No âmbito da educação superior, esse processo redundou, entre outros, no sucateamento das universidades públicas e no aumento do número matrículas e expansão do ensino no setor privado, que passou por uma ampla expansão.

¹⁴ Itamar Franco (1992-1994) não deu continuidade à política neoliberal implantada no governo Collor de Melo, retomada no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

A partir de 2003, com o chamado “governo popular” do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se um período de expansão da educação superior pública e privada no Brasil. No que se refere à política de assistência social, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), apesar de aprovada em 1993, somente foi regulamentada pelo governo em dezembro de 2004, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Em 2005 o governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni) (Lei nº 11.096), que distribui bolsas integrais e parciais em instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda, com reservas de cotas para determinados segmentos populacionais, tais como índios e negros, e para deficientes. Em troca, o governo garante mais isenções fiscais do que as vigentes, inclusive, para entidades com fins lucrativos.

Na continuidade da política de expansão do ensino superior, o governo Lula criou novas universidades públicas e instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) por meio do Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O objetivo é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, e melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais. Em continuidade à política nacional de expansão do acesso e permanência nas universidades de filhos da classe trabalhadora e oriundos de famílias de baixa renda, o governo federal cria em 29 de dezembro de 2008 os institutos federais, por meio da Lei nº 11.892, cujo artigo 2º dispõe:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei. (BRASIL, 2008)

No entanto, já em dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nos seguintes termos:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, resolve: Art. 1º Fica instituído, **no âmbito da Secretaria de Educação Superior - Sesu**, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, na forma desta Portaria. (BRASIL, 2007)

Em 2010, o presidente da República atualiza o conteúdo da Portaria nº 39/2007 do MEC, por meio do Decreto nº 7.234, que estabelece como metas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – aprovado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Art. 1º).

O Art. 2º do Decreto nº 7.234 coloca como objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Já Art. 3º prevê que

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

O parágrafo primeiro desse artigo especifica as áreas em que as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Desse modo, o PNAES é um marco importante no tocante à dotação orçamentária, pois a política de assistência social voltada para o segmento estudantil até então não contava com dotação orçamentária específica, efetivando-se com recursos provenientes de receitas internas nas universidades, advinda, sobretudo, da cobrança de taxas acadêmicas. No entanto, os recursos destinados à assistência social do segmento estudantil de nível superior se mantêm muito aquém da demanda nas IFES, além de não aumentar proporcionalmente ao número de matrículas (CISLAGHI; SILVA, 2011).

Assim, inseridas no mesmo contexto social, econômico, político e cultural, as condições postas para a efetivação da assistência social, na interface com a política para a Educação Superior, não se diferenciam das condições de efetivação dessa

política em outras instituições e/ou setores nas diferentes esferas de governo em que se desenvolvem as políticas sociais públicas no Brasil. Como afirma Maísa Silva (2012), o Brasil, assim como os países capitalistas de um modo geral, em especial, os latino-americanos,

estão cada vez mais distantes das definições de políticas sociais voltadas à garantia de proteção social (...); à ampliação do gasto público relativo ao Produto Interno Bruto com a política social; (...) e à regulação e intervenção estatal na economia, voltados para manter emprego protegido, formalizado, com direitos garantidos. (p. 112)

O antagonismo entre as necessidades humanas e as demandas de reorganização do capital tem sua expressão máxima no período da ofensiva neoliberal. Pereira (2013) concebe as políticas de proteção social capitalistas como resultado do embate de classes antagônicas. Segundo o autor, a política de caráter protetivo está voltada para as necessidades humanas, como questão de direito e de justiça; as geridas, porém, no âmbito do Estado burguês, fundado na lógica segundo a qual riqueza deve gerar mais riqueza, devem ser investidas de algo que gere lucro.

Dado o caráter contraditório das políticas sociais e o seu desdobramento (assistência social, saúde, previdência, educação, habitação dentre outras), deve-se considerar esse campo de tensão em que se produz, ou seja, entre as necessidades dos trabalhadores e interesse da acumulação do capital. Pereira (2013) condiciona a adequada apreensão de uma política social à consideração de seus fundamentos, a seu ver, situados em duas matrizes do pensamento econômico: a economia política clássica e a economia política crítica. A primeira está expressa nas obras de Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817) e a segunda, na de Karl Marx (1887) e constitui-se em uma crítica ao capitalismo.

A autora recorre a Dean (2006) para afirmar que

para os adeptos da economia política clássica, o mercado regula a economia, os preços dos bens necessários para o consumo – determinados pelo próprio mercado - tem um correlato na quantidade de trabalho despendida para produzi-los. A própria dinâmica do mercado assegura o equilíbrio entre a produção dos bens necessários e sua livre compra, por parte de todos. (DEAN, 2006 *apud* PEREIRA, 2013, p. 637)

Na outra matriz, a crítica da economia política é sintetizada pela autora, ainda citando Dean (2006), com o seguinte argumento:

O trabalho que produz bens para o consumo humano também produz valor excedente que é separado da utilidade desses bens e apropriado pelo empregador sob a forma de lucro. Isso impulsiona um processo sem remorsos de acumulação do capital, porque escamoteia a exploração do trabalhador. Mas tal acumulação, a despeito de sustentar o sistema como um todo, não assegura o seu equilíbrio natural, anunciado pela economia política clássica, e é inerentemente propenso a crises. (DEAN, 2006 *apud* PEREIRA, P., 2013, p. 637)

Nessa medida, afirma Gough (*apud* PEREIRA, 2013, p. 636). “o capitalismo depende do capital e de suas medidas preventivas”. Além disso,

Os investimentos em saúde e educação produzem os seguintes efeitos: aumentam contraditoriamente a produtividade do trabalho; a provisão de benefícios e serviços reduz o custo de vida dos trabalhadores e o salário a ser pago pelos empregadores; e as consequências socialmente benéficas da intervenção do Estado acabam por legitimar o sistema (DEAN, 2006 *apud* PEREIRA, p., 2013, p. 638)

A proteção social que se efetiva pela intervenção estatal no âmbito dos direitos sociais, sempre referenciados no trabalho e nas condições e relações nele crivadas, “desonera o capital de parte do ônus da preservação da força de trabalho, financiados pelos tributos recolhidos da massa da população” (NETTO; BRAZ *apud* SILVA, M., 2012, p. 113).

Para Pereira (2013), as políticas sociais, como medidas protetivas do Estado capitalista, articulam contraditoriamente estrutura e sujeitos históricos e extrapola a mera provisão social. De acordo com a autora, ante o poder estrutural do capital, tanto no sentido da força de pressão de seus agentes (instituições comerciais, financeiras, organizações patronais, associações industriais, dentre outras) como no da capacidade de autovalorização ascendente do capital como relação que a tudo subjuga (sobretudo, na atualidade, em que não há um contraponto ideológico forte desde a falência do socialismo real), o termo proteção social não remete automática e exclusivamente à garantia de direitos a trabalhadores em geral. Em uma dinâmica perversa, explica, subverte-se o sentido da política, obscurecendo o rigor conceitual, e dificultando a correta diferenciação das matrizes e concepções da política social por parte daqueles que a gerem e dos que a demandam.

Esse processo dificulta sua consolidação na perspectiva dos direitos sociais e políticos, como discorre Pereira (2013):

A proteção social pensada como um tipo de provisão de bem-estar coletivo (...) é tratada como tutela e paternalismo, o que desqualifica o seu *status* de política pública e estigmatiza tanto os que nela trabalham como os que a ela

fazem jus; (...) contraditoriamente, apesar de menosprezada, ela [a proteção social] não é descartada pelo sistema que a engendra, mas colocada a serviço das insaciáveis necessidades do capital, em detrimento da satisfação das necessidades sociais, que vêm sendo ostensivamente rebaixadas em nível bestial de sobrevivência animal. (p. 640)

A análise das concepções e das formas de efetivação da política de assistência social não pode prescindir de algumas relações com a temática do seu financiamento. Uma primeira consideração concerne ao modelo restritivo da proteção social no Brasil, pois, como afirma Maísa Silva (2012, p. 111), “é a contribuição dos salários, pelos empregos formais, que sustentam o sistema de proteção social, e não a riqueza socialmente produzida, expropriada do trabalho pelo capital”.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, institui a assistência social, incluindo-a no sistema de seguridade social brasileiro, reconhecendo-a como direito de quem a demanda¹⁵ e tornando possível a instituição de um orçamento próprio. Antes de 1993, segundo Boschetti e Teixeira (2003, p. 116), “inexistia na estrutura orçamentária da União, Estados e municípios, uma rubrica específica para financiamento das ações assistenciais”.

Em 1995, com a criação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), passa a existir um mecanismo de controle e acompanhamento dos recursos previstos e aplicados na área, favorecendo a gestão transparente deles, sob as Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a devida aprovação e fiscalização do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Boschetti e Teixeira (2003) procedem a um estudo com dados referentes a 2001, procedentes de um mapeamento das ações federais classificadas na “função assistência” ou designadas por esse termo na classificação funcional programática do Poder Executivo. As autoras constataam a ubiquidade dessa política e a grande dificuldade teórico-metodológica de delimitar o escopo do financiamento a ser analisado. As autoras chegaram à seguinte conclusão: “O estudo que intenciona conhecer a estrutura de financiamento dessa política não pode ficar alheio à destinação dos recursos públicos federais para esta função, independentemente de seu *locus* institucional” (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2003, p. 117).

Sobre as ações que receberam recursos federais sob a rubrica “assistência social”, entre 1993 e 2001, as autoras constataram que

¹⁵ Vale ressaltar que a LOAS só foi regulamentada em 2004, conforme já mencionado.

sob esta designação, alojam-se uma série de programas e projetos que não seguem e nem se submetem aos preceitos da legislação que regulamenta esta política: LOAS. Sem entrar no mérito se essas ações devem ou não ser consideradas como assistência social, não se pode, contudo, deixar de considerar que muitas delas, tidas pela ótica do financiamento como “assistência social”, não entram no circuito estabelecido pelas LOAS, não seguindo, assim, suas regras e nem se submetendo à análise e ao controle do CNAS. Por outro lado, também revela que as análises sobre a assistência social não podem se restringir às ações financiadas com recursos do FNAS, sob o risco de se excluir ações típicas de assistência social implementada por diversos ministérios. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2003, p. 118)

Boschetti e Teixeira (2003) destacam a importância estratégica da articulação das três instâncias, FNAS, PNAS e CNAS, para a consolidação da assistência social, de forma a evitar o paralelismo das ações, além de legitimar a direção social e a política fundada na concepção dos direitos sociais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas. Sobre as ações classificadas na função assistência, mas desenvolvidas por várias unidades orçamentárias que não têm recursos alocados no FNAS nem se submetem ao controle do CNAS, Pereira (*apud* BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2003) considera que

tais ações são frequentemente manuseadas politicamente sob a forma de assistencialismo, e a condição de política de seguridade social é desconsiderada. Ao invés de serem ressaltadas como ações que objetivam, de forma gratuita e desmercadorizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre, são frequentemente confundidas e tratadas como uma ação moral, paliativa, compensatória e/ou clientelista, o que tem levado ao uso degenerado e indiscriminado na elaboração dos serviços, programas e projetos. (p. 125-26)

A ordem de determinações historicamente dadas, de âmbito econômico, político, social e cultural, comuns a todas as políticas sociais públicas, e as diferentes concepções e os caminhos contraditórios pelos quais se efetivam ao longo da história têm como fundamento mais radical a ordem capitalista mundial e sua consequência mais direta: a sociedade dividida em classes antagônicas. A correlação de forças entre os interesses colidentes e a supremacia de uma classe sobre a outra estão expressas na difícil legitimação das políticas sociais universalizantes, na perspectiva dos direitos. Concorre, no curso da história, uma espécie de indiferença com a *classe dos outros* (FERNANDES, 2005), manifestada na consciência egoísta da classe favorecida pelo capital e na consequente naturalização da precariedade de vida *da classe que vive só do trabalho* (ENGELS, 1979).

Há uma primazia da ordem material na determinação da desigualdade social que está na base da demanda por políticas sociais públicas, de forma que compreender criticamente essas determinações é condição (ainda que não seja a única) para a efetivação dos direitos sociais e das políticas que os materializam. É fundamental a politização dos fenômenos sociais que produzem e reproduzem a desigualdade, que se dará por meio da *práxis* revolucionária. As camadas mais espoliadas, sobretudo, precisam apropriar-se da verdadeira versão dos fatos, para, sobre esses, posicionar-se na busca de outra ordem social.

De acordo com Netto (2001, p. 33), “não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas”. Nessa direção é que se dá destaque para o caráter educativo presente no trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas e espaços em que se materializa, em especial, no âmbito da educação de que ora se trata.

2.2 O Trabalho de Assistentes Sociais: Um Compromisso com a Classe Trabalhadora

Discutir o trabalho de assistentes sociais traz como exigência o entendimento dos estudos de Marx sobre essa categoria ontológica do ser social. Para o filósofo alemão, o trabalho é um processo de relação do homem com a natureza. Pelo trabalho, o homem transforma a natureza e, ao transformá-la, transforma a si próprio e aos outros homens. No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho assume a dimensão de trabalho abstrato, alienado, o que vale dizer, é transformado em mercadoria (MARX, 1988).

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de mercadoria de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o

modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta com atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1988, p 142-143)

Marx, identificando a forma social do trabalho e situando-o nas relações de produção, ao apropriar-se da discussão sobre a economia política acerca do trabalho produtivo e improdutivo, rejeita as determinações naturais implícitas nessa distinção. Iamamoto (2009, p. 347, nota 158) esclarece que o trabalho concreto, útil, de acordo com Marx, é aquele “de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie”. Nessa mesma direção, a autora discute também, da lavra de Marx, o trabalho humano abstrato como substância do valor, “pensado na sua quantidade e medido pelo tempo: tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção (elemento histórico-social) condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 347, Nota 159).

Para Iamamoto (2009), trabalho concreto, útil, diz respeito

ao seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação. Em outros termos, a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo na qualidade desse trabalho – ou na sua diferencialidade – e identifica seus portadores como dotados de capacitação específica: capazes de criar um tipo de trabalho concreto, distinto e particular. (p. 349)

De acordo com a autora, o trabalho de assistente social é uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, que emerge no contexto de uma sociedade capitalista no estágio monopolista. O seu caráter social, conforme diz, assume dupla dimensão:

(a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. (IAMAMOTO, 2009, p. 352)

O trabalho de assistentes sociais materializa-se, sobretudo, no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido, Iamamoto (2009) traz dados de pesquisa sobre o trabalho desses profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, realizada pela Universidade Federal de Alagoas em 2004, e na qual se constatou que

78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. O segundo maior empregador são as empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as Instituições Federais), seguido do “terceiro setor”, com 6,81% (englobando Organizações não governamentais, Associações, cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”. (p. 341)

A pesquisa evidencia que o trabalho de assistentes sociais é materializado, sobretudo, no âmbito das políticas públicas. Portanto, é necessário que assistentes sociais tenham conhecimento sobre o Estado. Assim, nesta pesquisa, o trabalho é tomado como espaço ampliado, de composição orgânica de estrutura e superestrutura (onde se trava a luta de classes)¹⁶ e que tem a política social como estratégia governamental de construção de hegemonia, pelo consenso ou pela coerção. De acordo com Portelli (1977), a burguesia no poder, na condição de dirigente, tem como dimensão essencial de sua hegemonia a detenção de um monopólio intelectual. No entanto, segundo o autor, Gramsci situa-a no “terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil e sociedade política)” (PORTELLI, 1977, p. 65).

De acordo com Gramsci (1988), toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. No entanto, com o crescimento das organizações de massa e, mais, com as conquistas do proletariado, não é só a *sociedade política* que se constitui como espaço de poder, mas, também, a *sociedade civil*, organização que irá se contrapor ao poder hegemônico da burguesia dirigente do Estado capitalista.

Assim, tomando-se a sociedade burguesa como uma totalidade concreta, busca-se neste trabalho captar, nos mínimos detalhes do Serviço Social, sua estrutura e sua dinâmica em uma sociedade capitalista de periferia. Parte-se do

¹⁶ Portelli (1977) analisa que a unidade, ou o vínculo orgânico, estrutura e superestrutura, ao corresponder “a uma organização social concreta, é o aspecto essencial da noção de bloco histórico. Gramsci jamais concebeu a primazia de um ou outro elemento desse bloco histórico (...) quem se detivesse por muito tempo em um ou outro momento do histórico [seria taxado] de *economicista ou idealista*” (p. 15. Grifos do autor).

presente para o passado, a fim de identificar suas condições de existência no estágio do capitalismo monopolista, em face das mudanças em curso, ancoradas e fundadas no ideário neoliberal, sem deixar de recorrer à sua gênese histórica.

Desse modo, para se pensar sobre o trabalho de assistentes sociais, é imperativo tomar o aspecto da “instrumentalidade” do Serviço Social a que Guerra (1999, p. 53) se refere: como “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Melhor dizendo, “um determinado modo de ser que a profissão adquire dentro das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional” (p. 04).

As condições objetivas podem ser compreendidas como relativas à produção material da vida, por exemplo, a configuração do mundo do trabalho, o antagonismo de classe, a conjuntura sócio-histórica, as formas específicas sob as quais se manifesta a *questão social*. As condições objetivas, como expõe Guerra (1999), são “as relativas aos sujeitos, suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras” (p. 53). Para a autora, a instrumentalidade no Serviço Social se diferencia em três sentidos essenciais: em uma condição passiva, quando é objeto ou meio para algo outro que lhe é externo e estranho, e nesse caso “estar a serviço de”, “ser instrumento de”; em uma condição ativa, na qual já reconhece sua dimensão instrumental presente nas condições postas e chega a criar, produzir sobre esses instrumentais, sintetizando-os em uma cultura própria, porém, acrítica; e um terceiro sentido, que é a síntese histórica dos dois anteriores, a condição ativa crítica, que é a própria negação da razão instrumental e a efetivação da razão dialética, pois passa a reduzir a instrumentalidade à mediação para um fim que o Serviço Social põe para si mesmo.

Assim, pontua Guerra (1995):

Ao desprender da base histórica pela qual a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital. (p. 15)

A essa capacidade constitutiva do Serviço Social está relacionada sua maior ou menor condição para atingir seus objetivos, tanto no que diz respeito ao atendimento das necessidades pontuais e imediatas dos usuários da política social quanto ao seu fim maior, que é o de contribuir para alterar na realidade aquilo que, à luz de seus princípios éticos e políticos, precisa ser mudado. Ou seja, contribuir no processo de construção de estruturas sociais que assegurem relações democráticas e níveis expressivos de justiça social.

Nesse sentido, o trabalho profissional permite o exercício de uma autonomia possível, que permite ultrapassar os limites institucionais e as demandas imediatas e contribuir para o fortalecimento e avanços dos movimentos sociais, expressando o real compromisso com a classe trabalhadora e a construção da emancipação humana.

Considera-se bastante profícua essa reflexão para se pensar o cotidiano das relações de trabalho de assistentes sociais, pois, como alerta Guerra (2007), as ações profissionais e os objetivos propostos podem limitar-se ao nível do cotidiano e dar-se em um plano meramente operacional, ou, na dimensão crítica, na perspectiva da totalidade e da historicidade. Isso exige uma postura na dimensão investigativa, que põe em outro nível o fazer profissional, ao desvelar o que está além da aparência imediata dos fenômenos expressos pela *questão social*, atingindo a sua essência, subjacente às condições objetivas e subjetivas do trabalho de assistentes sociais. Como afirma Marx (1985), se a realidade se mostrasse na aparência dos fenômenos, a ciência seria desnecessária.

Em sua análise, lamamoto (2009) também se refere à dimensão teleológica do trabalho de assistentes sociais, ou “a busca, por parte da categoria [de assistentes sociais], de imprimir nortes ao seu trabalho” (p. 353). Tal autonomia se expressa (e também se sustenta) nos construtos coletivos da categoria, sobretudo, nos conhecimentos teóricos e metodológicos concernentes ao Serviço Social nas relações entre Estado e sociedade civil (sempre entendida como sociedade de classes), assim como um conjunto de princípios éticos e políticos norteadores do agir profissional. Outras fontes de legitimação das ações profissionais citadas por lamamoto (2009) são o *status* de formação acadêmica de nível universitário e o aparato legal e organizativo que regula a profissão de assistentes sociais na sociedade. A autonomia também se condiciona pelas lutas sociais presentes na sociedade, que podem alargar o espaço de atuação e, nas palavras de lamamoto (2009, p. 347), incidir “nas condições que circunscrevem o trabalho”.

O trabalho de assistente social fundamentado no pensamento gramsciano se quer *práxis* e busca sempre apreender os desafios postos na realidade institucional e fortalecer a identidade dos iguais. Partindo da "compreensão da instituição como espaço contraditório de luta de classes, o Serviço Social procura refletir sobre a possibilidade de, no âmbito institucional, ampliar a participação da população, numa perspectiva de compromisso com as lutas" (SILVA e SILVA, 2007, p. 91). Para esses autores, o trabalho, assim compreendido, exige ruptura com a pretensão de neutralidade e a aliança dos profissionais com os usuários e os movimentos sociais.

2.3 O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil

O trabalho de assistentes sociais desenvolvido na assistência social das universidades públicas brasileiras tem como objeto as necessidades humanas, expressões da *questão social* trazidas pelo segmento estudantil e reproduzidas em suas condições de vida e nas relações acadêmicas. Parte-se do entendimento de que o início desse trabalho ocorreu na década de 1970, quando os militares, então no poder, transferiram o patrimônio dos estudantes universitários (os restaurantes universitários e as casas de estudantes) para as universidades federais, criaram o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) e instituíram o Programa de Bolsa de Trabalho. Ao assumir a assistência social ao segmento estudantil, as universidades entenderam ser necessário convocar assistentes sociais para procederem o estudo de realidade social dos/as estudantes, tendo em vista a isenção de taxas acadêmicas, o acesso a restaurantes universitários e a inclusão no Programa de Bolsa de Trabalho¹⁷.

De acordo com a legislação que regulamenta a profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662/1993), atualizada e regulamentada em 1993 prevê em seu artigo 4º inciso XI como competência desse profissional a realização de "estudos

¹⁷ Segundo Martins (2015), o trabalho de assistentes sociais na Universidade Federal de Goiás (UFG) teve início em 1971, quando profissionais que eram vinculadas institucionalmente à universidade e prestavam serviços na Faculdade de Medicina e no Hospital das Clínicas eram deslocadas, temporariamente, para o Departamento de Ação Comunitária, vinculado à Vice-Reitoria, a fim de proceder estudo de realidade social dos estudantes da instituição. Concluída a tarefa, essas trabalhadoras retornavam aos seus locais de trabalho (Entrevista concedida à autora em Goiânia, em janeiro de 2015).

socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993).

Na revisão de literatura¹⁸ desta dissertação sobre o trabalho de assistentes sociais na política de educação das instituições públicas de Ensino Superior, constata-se uma escassa produção que o toma na política de assistência social. Ainda, nas poucas produções existentes, nota-se a tendência a se tratar, sobretudo, de elementos da ‘política’ de assistência social (as formas de organização da política, os equipamentos sociais que a constituem, os limites postos pela insuficiência de recursos destinados à implementação da política, dentre outros) em detrimento do tema ‘trabalho’, que inicialmente é anunciado. Tal fenômeno se explica pelo fato de o trabalho desses profissionais no espaço institucional se materializar na política de assistência social (na sua interface com a educação, saúde, habitação, dentre outras). Em uma análise mais cuidadosa dos artigos apresentados no 14º CBAS, que aparentemente traz um equilíbrio entre as duas temáticas, constata-se essa imprecisão. A dificuldade parece ser esta: se o trabalho de assistentes sociais nessas instituições materializa-se na política [de assistência social], como não a problematizar?

No caso específico dessa política nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), identifica-se, inicialmente, no pós-golpe militar¹⁹, que o atendimento às necessidades humanas desse segmento concretiza-se com recursos próprios²⁰

¹⁸ Entre os textos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2013 (CBAS/2013), de um universo de 959 apresentações orais, filtraram-se 35 textos que tratavam, ou pelo menos se aproximavam, do objeto em estudo: “O trabalho do assistente social na assistência social para estudantes universitários/“assistência estudantil” / em Moradias Estudantis”. Esses 35 textos fazem uma aproximação parcial do objeto, pois 21 deles tratam do trabalho do assistente social no âmbito da política de assistência aos estudantes, mas sem falar sobre os processos de trabalho especificamente nas Moradias Estudantis; e das 13 produções que se referem a elas, apenas uma apesar de não abordar o objeto de estudo em questão, deixa transparecer muito brevemente traços do trabalho de assistentes sociais nesses equipamentos (Casas de Estudantes), para além do estudo socioeconômico com vistas à seleção e inserção de estudantes na Moradia – o que se pode deduzir em relação à boa parte dos textos, já que nesses se explicita que o/a assistente social é quem realiza o estudo social com vistas à inserção dos programas socioassistenciais, em geral.

¹⁹ Antes do golpe militar, a política de assistência social no Brasil não era regulamentada pelo Estado, as necessidades de estudantes universitários eram subsidiadas com recursos públicos repassados para suas entidades estudantis (MARTINS; SOUSA, 1997; POERNER, 1979, p. 137-138).

²⁰ Consideram-se aqui, recursos próprios das universidades federais, dentre outras fontes, aqueles oriundos das cobranças de taxas acadêmicas e de outros serviços prestados, tais como refeições nos restaurantes universitários.

das universidades. O registro da presença de assistentes sociais na assistência social ao segmento estudantil vem se construindo em um processo desde a década de 1970, como já mencionado, com avanços e recuos até 2007, quando é fortalecido com a instituição formal do PNAES²¹, já registrado anteriormente.

Essa afirmação está alicerçada em fontes documentais que mostram a realidade do trabalho de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social da Procom/UFG e, também, no estudo das produções apresentadas no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Águas de Lindóia, no período de 14 a 18 de outubro de 2013. Nesse evento, no levantamento realizado por esta pesquisadora, foram encontrados, entre 959 trabalhos, 38 que tratavam do trabalho de assistentes sociais nas IES públicas. Do universo pesquisado, 18 referem-se ao trabalho de assistentes sociais nas universidades federais e 20 nos institutos federais. Desses, 21 tratam do trabalho de assistentes sociais na política de assistência social ao segmento estudantil de modo geral, e 13 referem-se ao trabalho na Moradia Estudantil, dos quais oito têm como lócus universidades federais e cinco, institutos federais. Dentre os trabalhos apresentados sobre a temática, alguns tiveram suas origens em produções acadêmicas, ou seja, três trabalhos monográficos de graduação e seis de pós-graduação (cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado). Alguns não explicitam vinculação formal com produções acadêmicas.

As produções apresentadas no CBAS/2013 sobre o trabalho de assistente social nas universidades brasileiras²² têm, em geral, uma introdução com uma análise macroeconômica fundada na leitura das estratégias de reordenamento do capital em escala mundial.

²¹ Em 12 de dezembro de 2007, o ministro da Educação assina a Portaria nº 39, que institui no âmbito da Secretaria de Ensino Superior do MEC o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a ser implementado a partir de 2008. Nesse ano, tem-se a expansão das vagas no ensino superior, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também institui os Institutos Federais. Em 2010, o presidente da República publica o Decreto nº 7.234, de julho de 2010, incluindo os institutos federais no universo de cobertura do PNAES, que passa a ter a denominação Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este, em seu Art. 4º, dispõe: “As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

²² Como apenas dois textos trataram especificamente de moradia estudantil, o recorde mais abrangente foi o mais apropriado para se apanhar as tendências de análises presentes nos textos e até mesmo a descrição dos processos de trabalho profissional do assistente social explicitados nos artigos.

Essas produções mostram a realidade nacional e situam historicamente a política do ensino superior no Brasil, com referência à segunda reforma universitária em curso no país, orquestrada nos anos de 1990 e que ganhou intensidade nos anos 2000, sob a lógica da reestruturação e expansão das universidades federais. Nesse sentido, os trabalhos fazem referência ao Reuni, criado com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Consta, ainda, como diretrizes do Reuni:

Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas e aumento de vagas; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica; diversificação das modalidades de graduação; articulação entre graduação e pós-graduação; e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2006)

A Tabela 1 a seguir localiza as IFES representadas no 14º CBAS, como locus de trabalho de assistentes sociais, presentes nos artigos/comunicações orais do referido congresso. Na Tabela 2 destaca-se a existência ou não de uma pró-reitoria específica de assistência social ou de assuntos comunitários e estudantis.

A Tabela 1 traz o universo mais abrangente, com textos que tratavam do trabalho de assistentes sociais em IES públicas (incluindo tanto os que mencionam “Moradia “Estudantil” como os que não mencionam), entre UFs e IFs. Já a Tabela II é apenas um recorte da Tabela 1, e traz dados de textos que abordavam o trabalho de assistentes sociais em IES públicas, e que mencionavam Moradia Estudantil. Na comparação entre as duas, verifica-se que a proporção de trabalhos realizados em uma pró-reitoria de assistência (denominada na tabela pró-reitoria específica) se mantém em ambas, mas os dados adquirem relevância, quando comparados à Tabela 3 apresentada mais à frente. As instituições em que as assistentes sociais trabalham em uma pró-reitoria específica de “Assuntos Comunitários e Estudantis” coincidem – em quase todos os casos – com aquelas que possuem o equipamento social Casa de Estudantes.

Tabela 1: Lócus de atuação de assistentes sociais nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas representadas no CBAS 2013 – São Paulo

Ordem	Instituição /código CBAS	Pró-reitoria específica	Outras pró-reitorias / órgão	Não informa
1	UFRJ [1833]		1	
2	UF CG [1289]	1		
3	UF CG [1285]	1		
4	UNILA [583]	1		
5	UTF – PR [751]		1	
6	UFTM [827]	1		
7	UFTM [1146]	1		
8	UFR PE [1653]	1		
9	UFNR [1231]	1		
10	IFRN [1461]		1	
11	IF – CE [1168]		1	
12	IF SE [127]	1		
13	IF Brasília [079]			1
14	IF RJ [141]		1	
15	IFMG [290]		1	
16	IF SP [125]			1
17	Rede federal [1178]			1*
18	UNILAB CE [1025]		1	
19	IF's [1178]			1
20	IFBA [171]			1
21	USP Butantã [1603]		1	
22	IFTO [105]		1	
23	REDE FEDERAL [968]			1*
24	IE Fluminense [2147]		1	
25	UFAL [033]			1
26	UFG [1817]	1		
27	IF PI [017]			1
28	UER PE [955]	1		
29	IF's [2057]			1*
30	UC DB – MS [1550]			1**
31	UFRN [2020]			1
32	IFS – SE [092]	1		
33	IFRJ [1188]		1	
34	UNIPAMPA [789]	1		
35	IF fluminense [270]			1
36	UFR PE [1337]			1
37	IF TO [106]		1	
38	IF CE [201]		1	
39	TOTAL	12	13	13

Fonte – Comunicações 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Socais – 2013.

Tabela 2: Lócus de atuação de assistentes sociais /atendimento em Moradia Estudantil Pró-reitoria específica ou outras pró-reitorias

Ord.	Cod CBAS	Projeto de Moradia Estudantil/Instituição Ensino Superior – IES	Lócus do trabalho Pró-reitoria específica SIM	Lócus do trabalho Pro-reitoria específica NÃO	NÃO INFORMA
1	[1289]	UF CG – PB**	1		-
2	[1285]	UF CG – PB	1		
3	[583]	Unila	1		
4	[827]	UFTM	1		
5	[1653]	UFR – PE	1		
6	[1231]	UFRN	1		
7	[127]	IF - Sergipe**	1		
8	[079]	IF – Brasília/Planaltina			1
9	[290]	IFMG**		1	
10	[290]	UNILAB**		1	
11	[1178]	Rede Federal *			1
12	[1603]	USP capital		1	
13	[105]	IF TO		1	
14	[270]	IF Fluminense			1
Total	-		7	4	3

Fonte – Comunicações 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Socais – 2013.

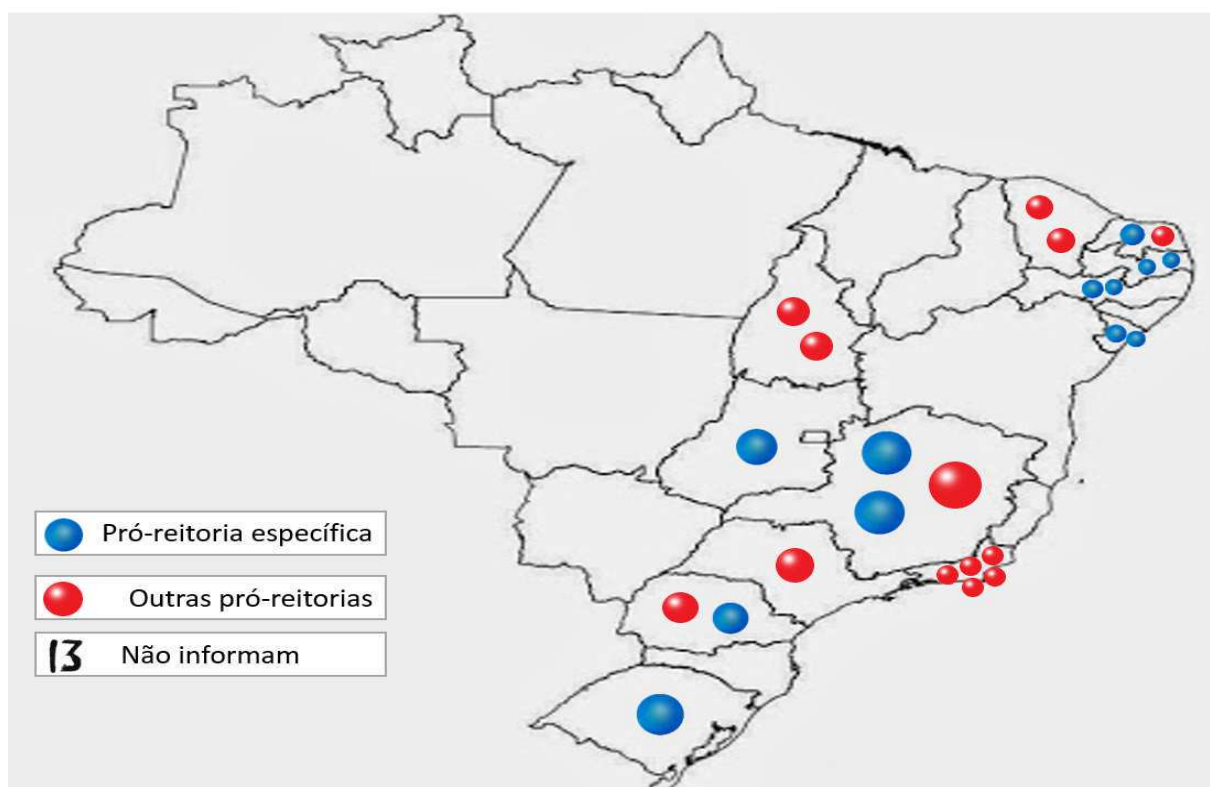


Figura 1: Mapa do Brasil com a distribuição das IES, conforme produções apresentadas no CBAS 2013 / Lócus de atuação de assistentes sociais

Fonte – Comunicações 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Socais – 2013.

Pode-se visualizar na Figura 1 se os projetos sociais estão localizados em uma pró-reitoria específica de assistência social (marcada em azul), nesse caso, em número de doze, ou em outras pró-reitorias (marcados em vermelho), no caso em número de 13. Treze projetos sociais desenvolvido no país não mencionaram o local de atuação²³.

Com essa mesma preocupação, Silveira (2012) pesquisou 14 universidades públicas que foram criadas ou federalizadas a partir de 2003, como parte do Programa de Expansão da Educação Superior, instituído no Governo Lula. Especificamente sobre o lócus da política de assistência e do trabalho de assistentes sociais, o pesquisador constatou:

Observou-se que muitas universidades possuem uma Pró-reitoria para cuidar do tema (...). Porém, algumas têm sua gestão atrelada à política de extensão, graduação, planejamento, sendo a política de assistência estudantil ministrada por uma Secretaria, Núcleo ou Coordenadoria. (...). Acreditamos que o ideal seria, primeiramente, que as universidades tivessem uma pró-reitoria específica para cuidar dessa política, não dividindo a atenção com outra questão tão importante quanto a extensão ou a graduação, e em segundo lugar, que seria de extremo avanço para a afirmação da Assistência Estudantil, enquanto política pública de direito, que a terminologia constasse no nome da Pró-Reitoria. (p. 78)

Considerando a importância de se ter uma visão do todo e ante o limitado número de produções referentes ao trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil nessas localidades, optou-se por apresentar as atividades mencionadas em todos os textos, ou seja, mesmo aqueles que não tratavam especificamente do tema, na perspectiva da política de assistência voltada para estudantes, em sua interface com a política de educação. Foram tabuladas todas as atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais naquelas localidades, citadas nos textos do 14º CBAS/2013, tais como estudo da realidade social; produções sobre seleção socioeconômica; planejamento e execução de programas sociais; elaboração de relatórios, com documentação do trabalho cotidiano; proposição e execução de pesquisa, sobretudo, sobre o perfil de usuários dos serviços de assistência social; participação na elaboração de editais, legislações, resoluções; visitas domiciliares; entrevistas; acompanhamento de estudantes bolsistas nos controles das condicionalidades para acesso; e permanência nos programas e serviços, dentre outros.

Destaca-se, nas produções do 14º CBAS, o emprego do termo, próprio do senso comum, “seleção socioeconômica” para designar o estudo da realidade social

²³ As pró-reitorias que desenvolvem política de assistência social nas IFES mencionadas nos textos, mas não especificadas, são, em geral, as de Graduação e Extensão.

dos usuários da política, equívoco superado pela equipe de assistentes sociais da UFG, conforme preconiza a lei que regulamenta a profissão. Essa questão será mais bem tratada no Capítulo III.

É importante destacar que o PNAES fortaleceu o trabalho dos/das assistentes sociais e trouxe melhores condições para o atendimento aos estudantes e às suas famílias. Essa política traz como elemento importante o fato de passar de uma concepção de atendimento à pobreza absoluta (critério de atendimento per capita de 0,5 sm) para a de pobreza relativa (atendimento de 1,5 sm). Nesse sentido, Pereira (2000) considera que, ao focar o atendimento na pobreza absoluta, tem-se a pobreza relativa transformada em pobreza absoluta, e esta, em miseráveis.

Como já mencionado, dentre os 38 textos do universo pesquisado, quatorze textos apresentados no 14º CBAS referem-se ao trabalho de assistentes sociais especificamente na Moradia Estudantil. Percorrendo esses artigos constata-se que sete autores mencionaram os critérios de admissão nesse projeto de permanência de estudantes nas universidades, conforme exposto na tabela abaixo. No aspecto financeiro, a renda per capita familiar oscila de meio a um e meio salário mínimo.

Tabela 3: Atendimento Moradia Estudantil/Auxílio Moradia / por Instituições

Ord.	Cod CBAS	Projeto de Moradia Estudantil/Instituição Ensino Superior - IES	Inclui refeições	Possui CASA	Bolsa moradia Modal. \$	Valor bolsa moradia	Demanda reprimida	Nº vagas
1	[1289]	UF CG – PB**		X				
2	[1285]	UF CG - PB		X				586
3	[583]	Unila		X	X	300,00		
4	[827]	UFTM			X			58
5	[1653]	UFR – PE		X			X	
6	[1231]	UFRN	Sim (3xdia)	X				448
7	[127]	IF - Sergipe**						
8	[079]	IF – Brasília/Planaltina	Sim (3xdia)	X			X	
9	[290]	IFMG**						
10	[290]	UNILAB**						
11	[1178]	Rede Federal *						
12	[1603]	USP capital		X	x			
13	[105]	IF TO			x			
14	[270]	IF Fluminense			X	200,00		
Total	-		2	6	5	2	2	3

Fonte – Comunicações 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – 2013.

*Trabalhos apresentam dados genéricos, resultantes de levantamentos em toda a rede.

**Comunicações que apenas citam a existência do atendimento, sem detalhamento.

*** Há dois artigos que informam sobre a concomitância entre existência da Moradia/Casa e atendimento em alimentação (três refeições diárias).

A Tabela 3 não contempla aquelas realidades em que o trabalho aparece com o universo de dados já agrupados, referentes a um coletivo de instituições, dada a impossibilidade de distribuí-los por instituição. Também é mostrado que em duas instituições, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Instituto Federal de Brasília/campus de Planaltina, os estudantes da Moradia Estudantil recebem auxílio alimentação ao mesmo tempo. No entanto, não há referência se a alimentação é fornecida pelo RU ou se os estudantes recebem esse auxílio em espécie. Observa-se que a alimentação fornecida a estudantes por restaurantes universitários é denominada “auxílio” ou bolsa²⁴. A afirmação está sustentada nas informações dos textos apresentados no 14º CBAS, pois indica que o fornecimento dessas refeições está articulado com a Moradia Estudantil, ou seja, coincide com o local onde existem Casas, e não há repasse de recursos a título de auxílio alimentação para o/a estudante. No que se refere ao equipamento social, merece destaque a Universidade Federal da Paraíba, que possui 586 vagas distribuídas em 29 residências e cinco Restaurantes Universitários.

Quanto ao emprego do termo “auxílio”, cabe uma reflexão. Essa palavra coloca-se em um campo semântico comum na assistência social e que se contrapõe à concepção de política de assistência social como direito, colocando-se na direção mesma do “feitiço da ajuda”, como denomina Mota (1987), que é, em síntese, uma das formas de reprodução do conservadorismo no trabalho de assistentes sociais. Não há dúvida de que as legislações que orientam o funcionamento dos programas e projetos sociais nessa área utilizam a palavra auxílio e têm induzido ao seu uso equivocado nas rotinas de trabalho. É fato que nem sempre são os/as assistentes sociais que elaboram os documentos, tais como resoluções, editais etc., que normatizam os projetos e programas desenvolvidos na política de assistência social ao segmento estudantil. Redigir as minutas, participar dessa produção, apropriar-se dessa atividade constitui importante desafio para esses profissionais, já que o conteúdo dessas resoluções, portarias e congêneres diz respeito, propriamente, às rotinas dos processos de trabalho de assistentes sociais nas IES ou, dito de outro modo, é uma normatização que incide diretamente no trabalho e implica, em boa medida, em interferência nas atribuições privativas do assistente social. É o que preconiza o Art. 5 da Lei nº 8.662/1993:

²⁴ A denominação “bolsa” caracteriza, a rigor, um atendimento com o repasse de valor em espécie, ao passo que “alimentação” caracteriza o atendimento em restaurante universitário, ou seja, caracteriza a existência do equipamento social público com um fim determinado, a saber, o atendimento de uma necessidade social, fundado no direito de quem recebe e no dever por parte da instituição que mantém o equipamento, sob o princípio de segurança alimentar.

Art. 5º - Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (BRASIL, 1993)

As análises de Cavalheiro e Medeiros (2013, p. 4), ao situarem sua produção sobre o trabalho de assistente social no âmbito dessa política de assistência, indicam que “o material sistematizado se direciona às normativas do PNAES nas instituições, pois é uma atuação fortemente ligada à implementação e execução desse programa”. Esse é um elemento importante, pois, além das legislações de âmbito nacional que regulamentam desde a política de assistência social, os planos e programas (Reuni, PNAES e outros), até as normativas internas nas IES (portarias e resoluções), o trabalho de assistentes sociais nas Instituições de Ensino Superior circunscrevem-se ao contexto dessas regulações. E, nesse contexto, assistentes sociais interagem organicamente com a estrutura que o materializa, no sentido de participar de sua construção no aparato estatal e de ser, ao mesmo tempo, por ela determinado.

Quanto ao objeto das produções apresentadas no congresso, a Tabela 4 a seguir mostra a predominância do tema “política de assistência social” entre os artigos de assistentes sociais que trabalham nas universidades, enquanto “trabalho” predomina nas apresentações de assistentes sociais que atuam nos institutos federais. Destacam-se, no entanto, algumas produções que abordam as duas temáticas de forma equilibrada.

Tabela 4: Temas das análises nos textos estudados /IES (Universidade ou Instituto)

Foco “Trabalho”		Foco “política de assistência”		Ambos
17		21		1
Universidades	Institutos Federais	Universidades	Institutos Federais	Não informa
5	10	11	10	1

Fonte: Produções de assistentes sociais apresentados no 14º CBAS – 2013

Em síntese, essas produções trazem o dilema entre situar o trabalho no âmbito da política de educação ou na política de assistência social, o que, aliás, o

fazem utilizando a terminologia “assistência estudantil”. Se, de um lado, essa denominação atribui ao segmento a condição de estar contemplado por determinada política, por outro lado, reforça a fragmentação presente na trajetória histórica da política de assistência social, que se desdobra conforme o público a que se destina, a criança, o adolescente, o idoso, dentre outros. Faleiros (1979) já chamava a atenção para a tipificação social que essas intervenções trazem, ocultando a divisão de classes na sociedade capitalista.

Uma das finalidades do trabalho de assistentes sociais na política de assistência social ao segmento estudantil é garantir e ampliar direitos sociais no espaço da política pública de educação, no sentido de contribuir para assegurar a permanência do estudante na universidade. De acordo com Rissi (2013, p. 6), “a inserção de assistentes sociais na política de educação é de inquestionável importância, devido ao seu papel na intervenção das manifestações da 'questão social'”. Diferindo dessa forma de situar o trabalho de assistentes sociais, Carvalho e Pinheiro (2013, p. 3) afirmam que “a assistência estudantil, enquanto uma Política transversal à Política de Educação, adquire contornos próprios no enfrentamento à questão social no âmbito das Universidades Federais em todo o Brasil”.

O que está subjacente a essa divergência é a concepção de assistência social que se adota: se como política transversal que perpassa às demais (políticas) e delas é processante e, portanto, de caráter supletivo ou complementar; ou – em uma perspectiva contrária – concebê-la no mesmo patamar de legalidade de outras políticas, autônoma e independente, capaz de resistir à aparência fragmentada das expressões da “questão social” e abarcar, como política de assistência social (unificada), a diversidade de necessidades humanas das demandas sociais a que busca atender de forma articulada com as demais políticas (educação, saúde, previdência, habitação, dentre outras).

É preciso lembrar que a assistência social, já no início da década de 1990, adquire *status* de política pública com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e que os serviços por ela materializados, de objeto de benevolência e favor, passam a ser matéria de direito reclamável. É nesse patamar que se coloca a propriedade de bem situar – no caso de instituições públicas de ensino superior – a política de assistência social na sua interface com a política de educação, e não como ações de assistência estudantil ou congêneres, como quer o senso comum presente nas instituições de educação de nível superior, reproduzido até mesmo em alguns dos artigos de assistentes sociais apresentados no 14º CBAS.

Se tomada como assistência social, uma única política, que se desdobra em projetos e serviços voltados para atender a esse ou aquele segmento (neste caso, o segmento estudantil), se diferencia apenas internamente, sem perder sua unidade de política social pública. Nesse caso, não se pode prescindir do processo histórico de construção e legitimação da política de assistência social iniciada nos marcos da Constituição de 1988 e desenvolvida nos anos de 1990. Esse processo ocorreu sob o signo de um intenso debate sobre o corte de renda como critério de acesso (no caso específico do Benefício de Prestação Continuada [BPC], um quarto de salário mínimo *per capita* familiar), o que não era consenso entre a categoria de assistentes sociais, mas logrou ser aprovado, na contramão da legitimação da seguridade social como política pública e dever do Estado e da universalização dos direitos sociais.

A memória desses embates históricos remonta à luta requerida pela categoria desde então e à necessidade de retomada dos patamares mais justos preteridos na concepção de assistência social que prevaleceu quando de sua instituição como política. Em atitude de negligência com o processo histórico, alguns segmentos no interior da categoria de assistentes sociais, autores de produções apresentadas no 14º CBAS e envolvidos na gestão e execução das políticas públicas têm proposto a distinção da assistência estudantil em relação à assistência social, defendendo que esta última circunscreveria a patamares mínimos o entendimento das necessidades humanas dos estudantes universitários, limitando o atendimento àqueles em níveis de pobreza absoluta. Para esse grupo, a opção pela concepção de “assistência estudantil” como uma política diferenciada da assistência social levaria à ruptura com os aspectos da seletividade, pontualidade, precariedade desta e, conseqüentemente, representaria condição para ampliação e efetivação de direitos sociais dos segmentos estudantis nas universidades.

A perspectiva que se reafirma na presente dissertação pressupõe, seguindo o passo da história, radicalizar no que diz respeito à concepção da assistência social segundo suas qualidades substantivas, em detrimento de diferenciações adjetivas (quer para trabalhadores ou para trabalhadores estudantes, quer para negros ou homossexuais ou para crianças ou idosos). Isso significa, portanto, tomá-la como política pública de seguridade social, pautada na noção de necessidades humanas, e não de mínimos sociais, como destaca Pereira (2001). Além de assim concebê-la, torna-se importante o debate e as práticas pela democratização do acesso e da gestão das políticas públicas, inclusive, no que tange à destinação do fundo público

para o seu financiamento, na perspectiva da universalização dos direitos sociais. Em que pese a certeza de que, sob a lógica do capital, universalizar direitos é luta renhida, esta é a condição para que se mantenha a perspectiva de transformação das estruturas sociais, de justiça social e da emancipação humana.

Uma das posições presentes nos debates realizados no 14º CBAS pode ser identificada nos termos colocados por Nascimento (2013), para quem a assistência estudantil não está vinculada à política de assistência social, pois possui legislação própria que a autonomiza. Conforme a autora, “essa política deve ser (...) entendida enquanto política educacional – uma vez que se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação” (NASCIMENTO, 2013, p. 7). A autora quer que ações de cunho assistencial sejam inerentes à política de educação, no entanto, ações não têm estatuto de política, salvo em situações em que haja uma identidade entre a sua natureza (entende-se por natureza de uma coisa a sua razão mesma, a sua razão de ser) e a política a que julga corresponder. Ações de cunho assistencial só podem remeter a uma política determinada: àquela que o próprio nome remete – assistência social.

Uma consideração de Lima e Moraes (2013) acerca das origens do PNAES confirma o Decreto nº 7.234/2010 como parâmetro unitário nacional que dispõe sobre esse programa e o Plano Nacional de Assistência Estudantil /2007, que o antecede e que foi elaborado por 56 Instituições Federais de Ensino Superior que formam a Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior (Andifes). As autoras alegam que o Decreto nº 7.234/2010 converteu-se em um marco regulatório que restringe direitos em relação ao documento que o precedeu, o Plano Nacional de Assistência Estudantil/2007, já que este apresenta indicadores sociais – moradia/migração, alimentação, manutenção, meios de transporte, saúde, acesso à biblioteca, acesso à cultura, esporte e lazer, domínio de língua estrangeira e movimentos sociais – que apontam para a necessidade de traçarem-se estratégias que não se restrinjam ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso do Decreto.

Partindo dessa argumentação, Lima e Moraes (2013) passam a apontar para o processo de assistencialização das políticas sociais e problematizam as implicações da “formulação de uma política de assistência estudantil tensionada pelos fundamentos e diretrizes da Política de Assistência Social, que possui critérios focalistas e seletivos de inserção e prestação de benefícios e serviços aos seus

usuários” (p. 5). Desse modo, quando defendem a desvinculação da assistência estudantil da política de assistência social, em última análise apontam que esta, “já articulada aos critérios da assistência social de vulnerabilidade socioeconômica, atenderá não aos estudantes e suas diferentes necessidades, mas daqueles que não possuem os mínimos recursos de sobrevivência” (LIMA; MORAES, 2013, p. 5).

A posição dessas autoras é problemática, pois o que vem sendo construído no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas – desde idos da década de 1960, mais explicitamente desde a gênese do Fonaprace (final da década de 1980) e que veio a se consolidar com o PNAES (2010), com o que tem sido denominado “assistência estudantil” – foi motivado exatamente pelas necessidades humanas estudantis, mais propriamente aquelas que são causadas por vulnerabilidade socioeconômica. A motivação fundante para a implementação de uma política social dessa natureza foi a de atender a estudantes cujas famílias não possuíssem as condições de trabalho e renda para suprir as referidas necessidades. Essa vulnerabilidade socioeconômica está na base das “diferentes necessidades” que se pretende atender, e o estudante que a demandou nos períodos históricos anteriores (supracitados) é o mesmo que está sendo atendido na atualidade. Indaga-se portanto: de que *necessidades diversas* se estaria falando?

Tomando mais uma vez os termos das autoras

se já articulada aos critérios de assistência social de vulnerabilidade socioeconômica, [a assistência estudantil] atenderá não aos estudantes e suas diferentes necessidades, mas àqueles que não possuem os mínimos recursos de sobrevivência. (Moraes e Lima, p. 4)

O argumento das autoras distingue os estudantes que possuem “necessidades diversas” a serem atendidas daqueles que não possuem o mínimo de recursos para a sobrevivência. Esses últimos seriam os usuários da assistência social (não estudantes), para os quais é destinado o mínimo para a sobrevivência. Mas não será o caso de esses estudantes também possuírem necessidades diversas, não devendo, portanto, ser atendidos somente em suas necessidades mínimas? Lima e Moraes (2013), sob o pretexto de construir uma nova política, a “assistência estudantil”, muito mais justa e incluyente, reforçam traços injustos e excludentes daquela já instituída, a assistência social. Quanto a esta última, na linha argumentativa das autoras, só resta a condição de algo pronto e terminado, estanque, a quem a história não teria nada a acrescentar. Se assim o for, a

concepção configura-se na marcha a ré das lutas encampadas desde a década de 1990 pelos/pelas assistentes sociais, que buscavam a construção de patamares mais amplos e abrangentes para a política/programas sociais: em vez de ampliar o universo de trabalhadores a serem atendidos fragmentar-se-á a política de assistência social. Dão-se por imutáveis seus critérios pouco incluídos, segmentam-se seus usuários, e a realidade aparece cada vez mais estilhaçada, de forma a não se ver mais a totalidade social que a engendra.

No trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG, que se logrou conhecer na presente investigação, documentos mostram que são praticados critérios e condicionalidades para acesso aos programas e projetos sociais que compõe o Programa de Permanência de Estudantes da UFG²⁵, consoante o PNAES (2010). Apesar disso, os/as assistentes sociais não desvincularam o trabalho e a política de assistência social da concepção presente na LOAS (1993), que, segundo Martins (2015), respaldou o processo de mudança na forma de efetivação da bolsa de estudo denominada bolsa permanência, ou, conforme denominações de períodos anteriores, bolsa trabalho, bolsa estágio, etc., que exigia contrapartida do estudante em forma de horas/atividades a serem cumpridas nos diferentes espaços administrativos da universidade.

Um estudo apresentado por ocasião do Seminário de Avaliação dos Programas Sociais: bolsa permanência, realizado em 2009 e organizado pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG, corrobora esses elementos: “O estudo apontou, ainda, o projeto bolsa permanência, ao exigir uma contrapartida em trabalho, fere a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em seu princípio de política não contributiva” (UFG, 2010, p. 12). Travaram-se embates no interior da UFG até que se abolisse a cobrança da contrapartida, e o trabalho de assistentes sociais deu-se sempre no sentido de minar, gradativamente, a concepção que terminou sendo superada antes mesmo que os termos do Decreto nº 7.416/2010 iniciasse a mudança dessa concepção²⁶. Desde 2010, logo após o Seminário de Avaliação dos Programas Sociais (2009), a rotina de efetivação da bolsa

²⁵ Esses critérios ou indicadores de necessidade podem ser conferidos nas Resoluções Consuni nº 7/2007 e nº 18/2009, que regulam o Projeto de Moradia Estudantil; nos editais para solicitação de vaga na Moradia Estudantil; e em inscrições para bolsas alimentação e permanência.

²⁶ O Decreto inibe a continuidade de inserção dos estudantes em atividades burocráticas, trazendo mais a noção de atividades acadêmicas. Ainda assim, menciona como condicionalidade, em seu Art. 3, alínea V, “apresentar tempo disponível para dedicar às atividades previstas no Edital de seleção, quando a modalidade exigir”.

permanência faz a virada da concepção, adotando a rotina de apresentação de projeto de estudo para o estudante, elaborado por um docente que o acompanharia. Dessa forma, as vagas da bolsa permanência passam a ser do estudante, e não mais da unidade/órgão ou do professor.

Retomando-se as comunicações orais apresentadas no 14º CBAS (2013), ao tratar dos entraves ao desenvolvimento do trabalho profissional, as produções demarcam as características da própria política social, tais como subfinanciamento, seletividade, focalização, dentre outras. A quase totalidade das comunicações menciona a insuficiência de recursos destinados a essa política, que produz, em um plano mais imediato, a redução do estudo da realidade social a processos de seleção socioeconômica, requisição historicamente posta aos assistentes sociais e reiteradas nas legislações específicas²⁷.

A insuficiência de recursos financeiros leva à prática de condicionalidades para acesso e permanência aos programas, projetos e serviços, cujo controle e efetivação passam a compor o rol de atividades do trabalho profissional. Assim, em grande parte das comunicações orais apresentadas, aborda-se o dilema profissional de encontrar-se o/a assistente social entre o compromisso ético de defesa da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e os limites da política.

Uma outra reflexão presente em dois textos apresentados no 14º CBAS é a de que o PNAES se configura por decreto, e não por lei, subordinando o direito à lógica econômica, sob a alegação de que, conforme o diploma legal, “o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (Art. 3º, §3º)”. Tal situação torna-se preocupante quando se considera que, ao se instituir o PNAES por decreto, se está “subalternizando o direito social às contingências da política econômica. [...] A principal diferença: a lei obriga fazer ou deixar de fazer, e o decreto, não” (AREQUE; CYRINO; GRANA, 2013, p. 5).

²⁷ Dentre as legislações que tratam de conteúdos acerca do estudo de realidade social para inserção em programas sociais, pode-se citar a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que cita em seu Art. 4º, Inciso XI, como competências do assistente social, entre outras, realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto aos órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Outra referencia legal consta da Seção II, Art. 6º da Lei de Reserva de Vagas no ensino superior, Lei nº 12.711/2012; e, ainda, o Decreto nº 7.824/2012 que prevê reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, além de percentual de reserva para negros e indígenas. Diante da escassez de recursos e a crescente demanda por serviços socioassistenciais, têm-se estabelecido condicionalidade para o acesso e, em alguns casos, para permanência nesses serviços.

O texto de outra comunicação oral apresentada no 14º CBAS, e publicada nos Anais do congresso, questiona “a existência de um “programa” ou de uma “política de assistência estudantil” na UERJ:

A “Política de Assistência Estudantil” na UERJ não se configura enquanto tal, pois tem mais uma estrutura de programa. Esta conclusão nos levou a outra questão: será que essa lógica de programas se justifica em função de não ter um sistema integrado de organização das universidades superiores? (CARVALHO, 2013, p. 6)

Ainda sobre os entraves, outro texto aponta a relativa autonomia profissional, expressa na limitação posta ao trabalho profissional pela forte hierarquia institucional, agravada nos casos em que a instituição não tem uma pró-reitoria específica para o desenvolvimento das políticas sociais. É o que se pode ler neste trecho: “Essa problemática é agravada ainda pela não existência de uma Pró-Reitoria específica de Assistência Estudantil. Tal política está alocada na Pró-Reitoria de Graduação” (DURAT; MOREIRA, 2013, p. 5).

Outro entrave ao desenvolvimento do trabalho de assistentes sociais, também associado à busca pela autonomia profissional e mencionado em vários textos do 14º CBAS, é a denúncia de sua limitação no âmbito da execução, dado o seu caráter de mapeamento e análise da atuação dos profissionais nos institutos federais.

Os profissionais apontaram questões sérias quanto ao desempenho de suas atividades, que vão desde a estrutura física para atendimento de demandas (falta de salas específicas para atendimento) até a autonomia do profissional para atendimento dos usuários. Os profissionais não são chamados a participarem da elaboração do orçamento e nem do planejamento das ações. A instituição não prevê atuação coletiva de profissionais, pois não prioriza espaços de debate e nem garante a autonomia para que os profissionais possam desenvolver suas atividades (respeito ao sigilo profissional e as ferramentas que utiliza para o atendimento: visitas, entrevistas, reuniões e outros). (DURAT; MOREIRA, 2013, p. 6)

Entre atribuições e requisições postas ao profissional do serviço social, a atividade de pesquisa e a construção de conhecimento são citadas nos textos como uma superação do que é requisitado, e dois bons exemplos são a construção do perfil de usuários e a demanda atendida e/ou reprimida²⁸. Um dos textos apresenta estudo sobre o perfil de estudantes que, embora tenham atendido aos critérios de acesso ao programa Residência Universitária, não ingressaram por falta de vagas. Os autores afirmam que

²⁸ Entende-se por demanda reprimida o conjunto de sujeitos que solicita determinado serviço socioassistencial, mas não é atendido por escassez de recursos e/ou vagas.

os resultados podem repercutir para avaliação das ações e apontar para possíveis e necessários caminhos a serem percorridos para que o estudante que recorre aos programas de assistência não tenha o acesso negado pelas condições institucionais em que se operacionalizam os programas. (CONSTANTINO; CORNÉLIO; VIEIRA, 2013, p. 3)

Um levantamento feito no universo dos institutos federais aponta que “a maioria (...) permite o acúmulo de auxílios, visando atender as necessidades humanas e assegurar um padrão que garanta cidadania ao usuário do serviço” (TROPALDI; VANDERLEY, 2013, p. 6).

Alguns autores apostam que a informatização das rotinas do trabalho virá contribuir para um melhor desempenho profissional, como é o caso de Vicenal (2013, p. 5):

É notório que o setor de assistência estudantil todo informatizado será uma inovação nas ferramentas de trabalho acompanhadas às inovações tecnológicas que dará mais agilidade, acesso e conhecimento das variadas questões que envolvem os discentes.

No coletivo de textos estudados ganha destaque, ainda, a explicitação do aspecto contraditório constitutivo da realidade. Exemplo disso são as formulações que alguns autores fazem acerca da regulamentação recente da assistência estudantil, ao ponderarem que, se de um lado, a normatização em âmbito nacional engessa ou limita o trabalho, reforçando o senso comum e sendo guiado pela ideologia mercadológica e privatista prevalente em nossa sociedade, de outro, nivela critérios²⁹, destina recursos, estabelece parâmetros e objetivos às IFES, condições que, ao passarem a ser comuns nas diferentes localidades, favorecem a articulação e reflexão coletiva da categoria profissional. A exemplo disso, Freitas (2013) afirma:

Essa discussão ampliou-se a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e a entrada de mais profissionais no ano de 2010 e 2012 no IFCE, fatores que fortaleceram a nossa capacidade de diálogo, pesquisas e estudos em prol de atuação profissional pautadas nos princípios de nosso Código de Ética. (p. 7)

Ao lado de reflexões críticas que identificam aspectos que dificultam o trabalho de assistentes sociais, as produções apresentam uma dimensão propositiva, como é o caso de um texto que, ao tratar do isolamento do profissional no interior da instituição, propõe formas para superá-lo:

²⁹ Esse é o caso da universidade que praticava critérios de renda de no máximo meio salário mínimo *per capita*.

Para tanto é necessária a criação de espaços para o debate, onde os assistentes sociais possam, de forma conjunta, construir sua identidade profissional de forma a protagonizarem as ações na área social, pois tal demanda está crescendo muito na UTFPR e o fortalecimento de nossa categoria no campo da educação se faz necessário e urgente. (DURAT; MOREIRA, 2013, p. 7)

As descrições e análises de assistentes sociais acerca do próprio trabalho expressam uma identidade profissional em construção, em movimento. O profissional se interroga, denuncia, procura superar a imediatividade das demandas e das requisições institucionais, na busca progressiva por seus próprios objetivos, seus objetos de conhecimento e/ou de intervenção profissional, no cotidiano do trabalho.

CAPÍTULO III

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PROCOM/UFG E O MOVIMENTO ESTUDANTIL/MOVIMENTO DE CASAS DE ESTUDANTES

O presente capítulo traz o trabalho de assistentes sociais da Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da Universidade Federal de Goiás (Procom/UFG), no atendimento às demandas por Moradia Estudantil no período entre 1990 e 2014. O objetivo é expor como se concretiza esse trabalho profissional, sua direção social e política, com ênfase no processo educativo de participação coletiva de estudantes moradores de Casas na efetivação da política de assistência social, da qual atuam como sujeitos de direito. Para tanto, pretende-se documentar como esse trabalho interferiu e interfere no processo histórico de construção das Moradias Estudantis em Goiânia (e o fortalecimento de sua organização política), tomadas como equipamentos sociais públicos e, ao mesmo tempo, como partes integrantes do movimento estudantil/ Movimento de Casas de Estudantes em âmbitos nacional, regional e local.

Esta exposição trata das Moradias Estudantis como espaços de participação real de seus moradores e de exercício de tomada de decisões, e, portanto, do trabalho de assistentes sociais em Casas de Estudantes, com direção social e política, com vistas ao atendimento das necessidades humanas de estudantes da classe trabalhadora. Tal trabalho se desenvolve em um processo educativo que extrapola o espaço interno dessas moradias e favorece a participação política dos estudantes das Casas na construção/fortalecimento de suas organizações.

Foi na Casa de Estudante do Brasil no Rio de Janeiro que se deu, em 1937, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que em seu II Congresso Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1938, deliberou pela ampliação do número de Casas de Estudantes Universitários. Fatos históricos como esses indicaram o caminho da pesquisa, assim como iluminam a presente exposição. Na atualidade, já existe o Movimento de Casas de Estudantes, que está organizado na Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence), criada em 1976 e que congrega as diversas Casas de Estudantes brasileiras, sobretudo, as das universidades federais. Entender, portanto, essa organização de estudantes universitários pressupõe reconstruir a trajetória do Movimento Estudantil

3.1 O Movimento Estudantil e a Organização de Casas de Estudantes

A organização dos estudantes no Brasil tem um marco em 1937, quando, na Casa de Estudantes do Brasil¹, foi criada a União Nacional de Estudantes (UNE). Mas a sua permanência naquele local teve vida curta, pois, em 1939, a entidade foi expulsa pela presidente da Casa.

De acordo com Machado(2013)³⁰ a UNE ocupou um cômodo das dependências da Casa durante algum tempo, mas como definiu com clareza as suas bandeiras de luta genuinamente políticas, em 1939 foi despejada da Casa do Estudante do Brasil pela '(vitalícia) presidente' Ana Amélia Carneiro Mendonça. Assim também documentam o Periódico UNE³¹ (s.d) que trata da história da entidade, mencionando-a como

uma entidade forte, querida e representativa dos estudantes. Entretanto as divergências com a presidente da C.Ç.B. permaneciam e o que é pior: se aprofundavam, até que, em 1940 a presidente vitalícia da C.E.B. em correspondência dirigida à diretoria da UNE comunicava o despejo da União Nacional dos Estudantes das dependências da Casa do Estudante do Brasil, que se efetuará dias depois. (p.9)

Essa expulsão evidencia a divergência de difícil superação entre esses estudantes e os moradores daquela época. Como afirma Poerner (1979), a pretensão da Casa

era que a UNE fosse uma de suas seções, recusando-se a cumprir as resoluções do 2º Congresso Nacional de Estudantes, que lhe atribuíam, além de sua qualidade de membro fundador e filiado, as funções de sede e secretaria administrativa da UNE. A divergência culminou com o violento despejo da UNE das dependências que vinha ocupando, nos dois primeiros anos de vida, naquela casa. No fundo, o caráter meramente assistencial e profundamente governamental da Casa do Estudante do Brasil entrara em choque com o tom ideológico antifascista constatado nas teses do 2º Congresso da UNE¹. (p. 146)

Expulsos da Casa de Estudantes do Brasil, os estudantes dirigentes da UNE, de acordo com Poerner (1979, p. 163), ocuparam a sede do Clube Germânia no dia 18 de agosto de 1942, onde passou a funcionar o QG antifascista. A ocupação foi

³⁰ O grupo de instituições presentes no segundo encontro, em agosto de 1987, criou uma comissão provisória composta por representantes de cada região geográfica, que ficaria encarregada de organizar e estruturar o Fórum Nacional e sediá-lo em Manaus, no mês de outubro do mesmo ano. Por essa ocasião, o Fórum passa a se denominar Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis (Fonaprace). (FONAPRACE, 2012).

³¹ Conferir anexo Capa do Periódico

legitimada por Getúlio Vargas, que fez a doação daquele edifício da Praia do Flamengo para a sede da entidade, por meio do Decreto-lei nº 4.080/1942. Com essa doação do prédio, o presidente da República oficializou a UNE como entidade representativa de todos os estudantes brasileiros. No dia 22 de dezembro desse mesmo ano, instala-se na sua sede o primeiro restaurante estudantil universitário.

Nas décadas de 1940 e 1950, a UNE participa de várias lutas históricas e de interesse político-social, por exemplo, a oposição ao nazi-fascismo, a campanha “O petróleo é nosso”, a UNE Volante, que visita diferentes regiões do Brasil, constituindo, com as forças populares da época, a Frente de Mobilização Popular. No entanto, do início da década de 1950 a 1956, de acordo com Poerner (1995), registra-se o período direitista da UNE, com um intervalo progressista¹ de um ano. Nesse período, há uma redução da participação política dos estudantes, agravada pelo surgimento do “peleguismo” universitário. Assim, os dirigentes da UNE, ainda que conservadores, viam-se forçados a participar da campanha “O petróleo é nosso”, pela própria linha nacionalista do Governo Vargas e pelas exigências dos estatutos¹ da entidade, que “obrigavam os dirigentes a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo” (POERNER, 1995, p. 170)

Em 25 de agosto de 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, toma posse seu vice, João Goulart, o Jango, o que fortalece os movimentos sociais na luta pelas reformas de base, dentre elas, as reformas agrária e universitária, e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

O governo de Jango, no entanto, foi interrompido pelo golpe militar de 1964. A UNE teve sua sede invadida e incendiada pelos militares.

Segundo Poerner (1979), o fechamento da UNE e sua extinção foram consequências de medidas de repressão e do desbaratamento do movimento estudantil pela ditadura militar. Para tanto, foi promulgada a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, denominada Lei Suplicy de Lacerda, que “procurou destruir a autonomia e a representatividade estudantil, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério de Educação” (p.176). O governo militar criou o Diretório Nacional de Estudantes em substituição à UNE e transferiu seu patrimônio (restaurantes e Casas de Estudantes) para as universidades federais. Esses equipamentos de assistência social aos estudantes eram administrados, na época, pelas entidades estudantis. Para suprir a lacuna, o governo criou, na estrutura das universidades, o Departamento de Assistência Comunitária (DAC) e a

ele agregou os Restaurantes Universitários, as Casas de Estudantes Universitários.

No caso das entidades e dos equipamentos sociais de atendimento aos estudantes goianos, de acordo com o Relatório Procom (UFG, 1990, p. 97),

Em 1964, a Universidade Federal de Goiás apropriou-se, por Decreto presidencial, do terreno da União Estadual de Estudantes, situado na 5ª Avenida, esquina com a Praça Universitária, Setor Universitário, construindo o prédio que abrigaria a Reitoria e o Restaurante Universitário.

O Restaurante Universitário (RU) passa a ter nova sede, e esse episódio retrata bem o momento em que os militares se apropriam do patrimônio das entidades estudantis. A Casa do Estudante Universitário I (CEU I), como parte desse patrimônio estudantil que pertencia à União Estadual de Estudantes de Goiás (UEE-GO), situada na mesma quadra do restaurante, diferentemente deste, não teve sua manutenção imediatamente assumida pela UFG, recebendo desta um subsídio de forma esporádica e descontinuada. De acordo com o Relatório da Procom de 1991, na CEU I

as despesas com água luz e telefone são mantidas pela UFG, mas administrada pelos próprios estudantes, sendo competência exclusiva dos moradores a inscrição e a seleção de 105 vagas existentes, que são destinadas apenas a estudantes do sexo masculino¹.(UFG, 1991, p. 90-91)

A UNE passa a atuar na clandestinidade e, mesmo assim, permanece encaminhando suas lutas na defesa do ensino de qualidade e dos interesses da maioria da população brasileira e manifestando-se contra a Ditadura Militar.

Nessa condição de clandestinidade, os estudantes realizaram três congressos da UNE, além de passeatas e outros protestos. Em março de 1968, o protesto contra o fechamento do Restaurante Universitário “Calabouço”, no Rio de Janeiro, resultou em confronto com policiais e na morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, cujo velório foi realizado na Assembleia Legislativa, onde também foi feita a necropsia no cadáver. Afirma Ventura (1988) que os estudantes não permitiram que o corpo fosse levado para o Instituto Médico Legal, afirmando que ele só sairia da Assembleia para o cemitério. “Se levarem agora não trazem mais. É mais um golpe policial” (VENTURA, 1988, p. 99). Durante o velório, os estudantes discursaram ininterruptamente a noite toda, e o enterro, realizado no dia seguinte, contou com a participação de cinquenta mil pessoas. “Édson Luís foi sepultado à luz de velas e de archotes [tochas] improvisados – ao som do Hino Nacional cantado

pela multidão. Depois, já se retirando, *todos* entoavam a *Valsa do adeus*” (VENTURA, 1988, p. 103).

Segundo o autor, o acontecimento do Calabouço desencadeou outras manifestações de protestos contra a ditadura militar, que culminaram, três meses depois, na histórica Passeata dos 100 Mil. Nessas manifestações, os estudantes sempre tiveram de enfrentar a repressão militar. Mesmo assim, em outubro desse mesmo ano, 1968, a UNE realizou o seu XXX Congresso em Ibiúna, no interior do estado de São Paulo, e os estudantes sofreram violenta repressão, com a prisão de setecentos deles, entre os quais, suas principais lideranças. Anteriormente, em 1966, a UNE já havia realizado um congresso em Belo Horizonte, no porão da Igreja de São Francisco de Assis, quando se colocaram em oposição ao Acordo MEC-USAID. No entanto, após o confronto com os militares por ocasião do Congresso de Ibiúna, a UNE fez um recuo tático, promovendo encontros regionais que foram aos poucos avançando, à medida que a sociedade civil foi se organizando e colocando em xeque o poder dos militares.

Martins (2000) destaca que a década de 1970 é marcada pela presença de associações de profissionais que tiveram relevante atuação no confronto com a ditadura militar, tais como o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Clube de Engenharia, Associação Nacional de Médicos Residentes e, em 1974, a criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos. São criadas também as Associações de Servidores das Universidades Federais nos estados e a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra). No cenário nacional, nasce outra concepção de sindicato de trabalhadores, o *novo sindicalismo*, que tem sua expressão maior nas greves do ABC paulista. A primeira greve dos trabalhadores ocorreu em Osasco (SP), em 1968. Ainda nessa direção, destaca-se a criação das associações de moradores, entre outras organizações urbanas, as quais Jacob (1989, p. 16) considera que “têm um potencial transformador, na medida em que transcendem às lutas do espaço de moradia para um contexto mais amplo”.

É nessa conjuntura de luta e confronto com os militares que em 1976 os estudantes moradores de Casas de Estudantes Universitários criam a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence). Essa organização nacional representativa de estudantes universitários moradores de Casas de Estudantes, presentes em todo território brasileiro, possuía um arquivo físico muito vasto, só

parcialmente digitalizado nos canais virtuais de comunicação e articulação dos estudantes. A Sence, no entanto, não se vincula à UNE, do ponto de vista formal.

Também nesse ano de 1976, a UNE inicia o movimento em prol de sua reconstrução legal. Ressalta-se, no entanto, que a repressão dos militares em nenhum momento se fez ausente. No III Encontro Nacional da UNE, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1977, os militares invadiram a universidade e prenderam mais de setecentos estudantes. Mesmo assim, em 1979, a UNE realizou seu XXXI Congresso, denominado “Congresso da Reconstrução”, na cidade de Salvador. Esse encontro foi a primeira atividade da UNE que não contou com a presença dos militares.

Essa realidade suscita uma questão: quais foram as razões que levaram os estudantes moradores de Casas a construir uma organização desvinculada da UNE? Se se considerar a precarização das moradias estudantis e a necessidade de reivindicar melhorias de suas condições físicas ao poder público instituído, uma primeira resposta poderia ser arriscada: a UNE, nesse período, permanecia na ilegalidade, portanto, sem legitimidade para reivindicar às autoridades melhoria nas condições físicas das moradias estudantis e construções de novas Casas. Por outro lado, a criação da Sence, por ter ocorrido em um momento em que os estudantes, mesmo na clandestinidade, mantinham viva a UNE, expressa a divisão deles no encaminhamento de suas lutas durante a trajetória de sua organização política, marcada historicamente pelas diferentes posições e projetos societários na sua base estudantil, desde sua criação, como afirma Poerner (1979, p. 146).

Essa divisão é uma disputa de poder em um mesmo segmento e, por vezes, tem originado entidades paralelas no interior dos movimentos sociais e, em última análise, à fragmentação da luta. Esse processo pode ser explicado com a contribuição de Gramsci (1991), na seguinte formulação:

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. (p. 22-23)

Gramsci (1991), de maneira muito particular, apropria-se do termo “partido”, tomando-o como qualquer grupamento de pessoas com vistas a um fim comum.

Para ele, “partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de *antipartido* e de ‘negação de partidos’; na realidade, até os chamados individualistas são homens de partido” (GRAMSCI, 1991, p. 22). O filósofo marxista parte do seguinte dado: “A existência real de governantes e governados, dirigentes e dirigidos.” Disso decorre a necessidade de se pensar em como dirigir [um determinado grupo no contexto social] de modo mais eficaz, tendo em vista um fim e, como desdobramento dessa questão, como formar dirigentes. Gramsci (1991) conclui: “Partidos são o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção” (p.22).

Fundamenta-se nessa concepção a direção social e política do trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG. Esta, como equipamento social, tem como um de seus objetivos atender às necessidades sociais de estudantes e assegurar a sua permanência na universidade até a conclusão de sua formação acadêmica. Constitui-se, também, em um espaço no qual perpassam e coexistem diferentes concepções de Casas de Estudantes. De acordo com Martins (1997, p. 14), é

nesse espaço contraditório que a educação [não-formal] acontece determinada de um lado, pelas origens, consciência de classe forjada nas condições de vida de seus moradores e por outro, pelas condições objetivas das Casas, do Movimento Estudantil e da Universidade [pública].

A esse propósito, convém observar a distinção feita por Gohn (2006) entre os termos educação formal, informal e não formal. Enquanto a primeira requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive, a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc., na educação informal, os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados, mas é de natureza contingente e fortuita.

Ambas se distinguem, portanto, da educação não formal, situada no campo do compartilhamento de experiências e que, de acordo com Gohn (2006, p. 28),

designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Pressupõe, portanto, uma intencionalidade na ação participativa, de aprendizado e de troca do que se sabe e se aprende, conformando a cultura política de um grupo, e chega a produzir laços de pertencimento e identidade coletiva. A esta última, filia-se a noção de educação não formal proposta pela equipe de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG, adotada como condição e meio para a identidade de classe que se busca despertar e cultivar.

Nessa perspectiva, a Moradia Estudantil é um espaço político pedagógico, onde os moradores

vivenciam experiências que transformam a si mesmos e à (...) realidade. Ao vivenciar essas experiências (...) estabelecem relações com outros indivíduos (...) frente a uma situação concreta específica. Destas relações resultam conhecimentos, resulta aprendizagem. (...) Mas existe (...) outra dimensão do processo educativo, que normalmente é esquecida ou omitida: 'todo processo tem uma dimensão cultural instrumentalizadora, que responde às necessidades gerais da pessoa e da sociedade. Mas o processo educativo recobre também uma dimensão política'. (...). Assim, toda prática política é educativa, bem como toda prática educativa é política. Isto porque, através de prática política, do jogo do poder, as pessoas adquirem ou transformam explicações da vida, do real, e também adquirem e transformam habilidades como: relações pessoais, organizações de classe, trabalho e outras (LOUREIRO, 1988, p. 82-83)

Essa concepção de Moradia Estudantil, contrária àquela mais recorrente nas universidades brasileiras, a de alojamento, coloca-se em um contexto em que estudantes vinculados à luta por Moradia Estudantil universitária entendem a assistência social como espaço de exercício de direito. É o que afirmou Agnus Silva (1991), coordenador da Sence, durante visita a Goiânia:

Quando falamos de assistência estudantil, é por igualdade de aprendizado e de formação. Sabemos muito bem que a crise universitária atinge primeiro as moradias e os restaurantes. Feitas essas rápidas considerações podemos aprofundar na concepção de assistência. Iniciamos por deixar claro que assistência estudantil não confunde com assistencialismo, que é defendido e praticado pelos diversos organismos estatais como paliativos e amortecedores de conflitos sociais. Também (...) não pode ser compreendida à parte do ensino, ela é pré-requisito de um ensino de qualidade, pois promove a igualdade de condição de aprendizado (p. 2)

De acordo com Martins e Sousa (1997), a fala do coordenador da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes, em sua visita à Goiânia, ao conceituar a assistência social para o segmento estudantil, deixa claro o caráter educativo e político dessa política e sua concepção da natureza da relação entre a universidade e as Casas de Estudantes, defendendo esses instrumentos sociais de permanência

como um direito de cidadania. Para o representante estudantil, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) “é uma das instâncias de luta por moradia estudantil e as ações devem ser articuladas” (p. 12).

As Casas de Estudantes Universitários, algumas vezes denominadas residências estudantis ou alojamentos, são espaços de moradia coletiva destinados a estudantes que se deslocam do local de residência, do seu núcleo familiar para estudar. No Brasil, esse deslocamento de jovens do seio de suas famílias, de suas cidades de origem para outros locais, ocorreu e ocorre, principalmente, no caso de estudantes universitários, apesar de também ser usual nas escolas agrotécnicas rurais, hoje transformadas nos institutos federais. Sejam casas, alojamentos, repúblicas ou residências, esses espaços de moradia coletiva são demandados desde a criação das primeiras universidades, e se situavam, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas duas capitais ainda hoje são os principais polos de atração de estudantes de todo o país, pois a expansão do ensino superior em todo o território brasileiro não chega a atender a demanda por cursos e por vagas de alunos vindos das cidades interioranas.

A literatura registra que as primeiras moradias de estudantes (neste caso, estudantes universitários) teriam sido as “repúblicas” de Ouro Preto (MG) ainda no período imperial brasileiro, no século XIX, quando grupos de estudantes com ideais republicanos se juntaram e foram morar em casarões e sobrados (NETTO, 2008). Corroborar essa informação um trabalho monográfico de Barbosa (2003), que trata das tradições presentes na Escola de Minas de Ouro Preto (Emop), dos ex-alunos e de suas moradias estudantis, com foco nas décadas de 1940 e 1950. Outro dado histórico que merece ser ressaltado consta da biografia de Monteiro Lobato: o escritor residiu na República do Minarete¹ no período de 1900-1910, e venceu um concurso de literatura do Centro Acadêmico XI de agosto, do curso de Direito. O fato confirma não apenas a presença das repúblicas estudantis, como também a atuação da entidade estudantil já nessa época.

No que se refere à Casa de Estudantes Universitários, a primeira que se tem registro é a Casa de Estudantes do Brasil, no Rio de Janeiro, fundada em 1929, como já mencionado, e a Casa de Estudantes de Pernambuco, criada em 1931. Consta também de fontes em arquivos virtuais, que a Casa de Estudantes do Ceará (CEC) foi fundada em 1934. Outro registro que merece destaque refere-se a Casas que foram criadas pela Igreja católica, em um processo de aproximação da

juventude, iniciado no período entre as décadas de 1930 e 1940. Chegaram a ser construídas 23 Casas em todo o território brasileiro até 1964, “quando o quadro nacional se modifica” (JUC7, 2005).

Em 1940, registra-se também a iniciativa de estudantes goianos no sentido de construir a primeira casa de estudantes universitários em Goiânia¹. Para tanto, receberam do governo do Estado, em doação, uma área próxima às faculdades existentes na época e a planta das casas¹ masculina e feminina e do espaço para lazer (quadra de esportes e piscina). Em 1961, o pavilhão masculino e a quadra de esporte foram construídos pela União Estadual dos Estudantes (UEE), também com recursos públicos federal, sendo edificado em dois pisos. Essa Casa foi transferida para a UFG em meados da década de 1960, pelo governo militar.

Teodoro Neto (2008, p. 2) faz uma referência à criação da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence). Na tentativa de reconstruir o histórico dos Encontros Nacionais de Casas de Estudantes (ENCEs), Neto (2008) afirma que

o primeiro de que se tem notícia foi o XIII ENCE em Curitiba/PR, em 1988, conforme cartaz envelhecido exposto numa vitrine dos corredores da Casa do Estudante Universitário do Paraná. Considerando-se, portanto, esse dado e que os ENCE's são anuais, podemos supor que o primeiro teria sido em 1976. Caso não tenha havido nenhuma interrupção como a ocorrida em 2001, em Belo Horizonte/MG. Quando, devido a uma greve, os residentes da UFMG só realizaram o XXVI ENCE em 2002. (p. 1)

Esse levantamento aponta que entre 1976 e 1987 ocorreram 11 Encontros Nacionais, antes que se fundasse a Sence, e, portanto, sem vinculação com qualquer entidade estudantil.

Na década de 1990, durante o Governo FHC, o corte de verbas fez com que a entidade elege-se como bandeira de luta a retomada de rubrica específica no orçamento da União para a manutenção dos programas sociais nas IFES. Também nessa década, o XVIII Encontro Nacional de Casas de Estudantes (ENCE), realizado em 1993, delibera pela realização de encontros regionais, buscando maior articulação entre os estudantes universitários. Foi o período de aproximação do Movimento de Casas de Estudantes (MCE) com o Fonaprace, em torno de algumas demandas, tais como:

A tramitação do Projeto de Lei (PL) 4633 de 1994, do deputado Koiu Iha (PSDB/SP), que buscava instituir uma política nacional de moradia estudantil. Apesar de contemplar também moradias autônomas, o texto do projeto era bastante evasivo: O MEC “poderá, mediante convênio, conceder

auxílio para aquisição, construção e manutenção de Casas de Estudantes”. Ou seja, “poderá” se quiser. O PL 4633/94 foi arquivado em 1999 por inconstitucionalidade. Porém no mesmo ano, o deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) o reapresenta com algumas alterações, então sob o nº 1018/99. Em 2007, o PL, mais uma vez, foi considerado inconstitucional e arquivado. Pois criava despesas para o poder executivo, o que não é permitido ao legislativo. (NETO, T., 2008, p. 3)

Nessa mesma década, é feita a primeira pesquisa sobre o perfil dos estudantes universitários das IFES, conforme citado no Capítulo II. Esse levantamento culminou com a elaboração do Plano Nacional de Assistência (PNA) em reunião nacional do Fonaprace, realizada em 2001 no Recife. De acordo com Fonaprace (2015), a assistência social era vista como investimento, seguia a lógica das condicionalidades e previa contrapartida.

Nos anos 2000, o Governo Lula começa a desenvolver “políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior”, voltadas tanto para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas¹ quanto públicas, destacando-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Assistência ao Estudante Universitário (PNAES). O Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES) foi instituído em 1999, pela Medida Provisória nº 1.817 e orientado pelas Portarias nº 860, nº 861 e nº 1.386, de 15 de setembro de 1999, em substituição ao Programa de Crédito Educativo PEC/CREDUC. Além desses, foi também instituído o Prouni, destinado aos estudantes das camadas populares que estavam em IFEs privadas.

Teodoro Neto (2008) traz, também, o dado da criação, em 2001,

da “SENCEBRASIL”, a lista de discussão da SENCE na internet, [que] teve um importante papel integrador das moradias. Essa nova ferramenta ajudou a comunicação nacional do movimento. Porém, a dispersão continuou ainda uma de suas características marcantes. O MCE continuou sem conseguir articular e mobilizar ações nacionalizadas. (p. 7)

3.2 A Moradia Estudantil na Universidade Federal de Goiás e o Trabalho de Assistentes Sociais

Discutir, criticamente, o trabalho de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da Universidade Federal de Goiás (Procom/UFG) é confrontar o presente e o passado e identificar, no movimento do real, os elementos de ruptura e permanência com o conservadorismo do Serviço Social nesse espaço institucional. Exige o entendimento

da instituição como espaço contraditório, tal como concebe Gramsci, portanto, passível de um trabalho na perspectiva da emancipação humana. Exige, ainda, clareza teórico-metodológica que assegure a crítica, para que se possa apanhar os fenômenos em sua aparência e ultrapassá-la até atingir a sua essência, superando, na realidade, a prática ativista imposta pelo cotidiano dos/as trabalhadores/as.

Para tanto, propõe-se iniciar esta análise com a reconstrução da trajetória da UFG, sobretudo, na particularidade da Procom como órgão responsável pelo planejamento e desenvolvimento da política de assistência social destinada aos seus segmentos de estudantes, e trabalhadores, servidores técnico-administrativos e professores. É nesse espaço institucional, um dos lócus de trabalho de assistentes sociais¹, como já mencionado, que se localizam os programas sociais, dentre eles, os destinados a assegurar a permanência de estudantes na Universidade, e como parte destes, o Projeto de Moradia Estudantil¹.

A criação da Universidade Federal de Goiás¹ em 1962 deve ser entendida a partir do contexto político e social da época, que estava sob a influência de três movimentos:

A expansão e a federalização do ensino superior brasileiro; as relações entre Goiânia e Brasília, o momento político-social que se vivia no Brasil, fruto da modernização vinculada à política desenvolvimentista, marca do programa do Presidente Juscelino Kubitschek; e os movimentos pró criação da UFG formados por alunos, entre outros. (REIS *et al.*, 2010, p. 6)

O início da expansão e da federalização do ensino superior no Brasil ocorre com a criação simultânea de sete escolas em 1960, e de mais três em 1961¹. O período encerra, também, a luta política em torno dos projetos de educação superior pública ou privada, protagonizada por professores e estudantes vinculados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e à União Nacional de Estudantes, respectivamente, pela defesa do ensino público; e o segmento religioso da Igreja católica que, naquele momento, buscava a criação de uma universidade católica no estado de Goiás¹. O terceiro movimento de que falam Reis *et al.* (2010) verifica-se quando “discentes e docentes das faculdades já existentes mobilizaram-se em uma luta conjunta em defesa do ideal de uma universidade pública e gratuita” (p. 12).

Apesar de a UFG ter sido criada em 1962, somente em 1971 institui-se em seu interior a assistência social, no âmbito de Vice-Reitoria. A estrutura administrativa do órgão da UFG que trata da assistência social, atual Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, que

teve uma evolução considerando-se três fases [...] Na primeira fase [até 1977] existia apenas um órgão suplementar, ligado à Vice-Reitoria, que teve primeiramente, o nome de Departamento de Assistência Estudantil – DAE, constituído de Divisão Econômica, Secretaria, Seção de Bolsas Interna de Estudos [gênese da Coordenação de Serviço Social], Serviço de Saúde, Serviço de Alimentação, Setor Administrativo, Setor Financeiro e Setor de Manutenção” (UFG, 1990, p. 14)

Essa estrutura permaneceu até 1978, quando, pela Resolução nº 001/78, os Conselhos Universitário (Consuni) e Coordenador de Ensino e Pesquisa (Cepec) alteraram o Estatuto da UFG, extinguindo as sub-reitorias e criando as Pró-Reitorias de Administração e Finanças (Proad), de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), de Extensão (Proex) e de Assuntos Estudantis (Prae). A esta última atribuía-se a competência de superintender e coordenar as atividades de “assistência estudantil”¹, que, antes de sua criação, era responsabilidade do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), posteriormente transformado em Departamento de Assuntos Comunitários (DAC).

Em 1981, o egrégio Conselho de Ensino e Pesquisa da UFG aprovou o regimento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, dele constando, além das atividades de “assistência estudantil”, programas de promoção do bem-estar da Comunidade Universitária (UFG, 1990, p. 13). Em 1983, é aprovada nova mudança do nome para Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom), reconhecendo-se, pois, o alargamento de seu campo de atuação.

Relatório da Procom mostra que, nas mudanças de estrutura do organograma 1 para o 2 (Anexo 1), o Departamento de Assistência Estudantil passa a ser parte de um serviço mais amplo: o Departamento de Atividades Comunitárias, fato que expressa a ampliação da abrangência das ações de assistência social. Observando a sequência dos organogramas contidos nas páginas 19, 20 e 21 (Anexo 2) do referido Relatório, constata-se uma inversão nessa organização dos serviços. Se, de um lado, em 1978, com a alteração do Estatuto da UFG criam-se as Pró-Reitorias, dentre elas, a de Assuntos Estudantis, elevando, assim, o *status* do órgão que desenvolve a política de assistência social na Universidade, de outro, retoma a lógica da estrutura anterior a 1978, qual seja a de identificar a Pró-Reitoria com o atendimento prioritário ao segmento estudantil. Embora este seja entendido como uma das razões de existir da Universidade, guarda igual importância com os demais segmentos, pois são interdependentes. Destaca-se que é mantida a estrutura do Departamento de Atividades Comunitárias (DAC), deslocado para posição inferior a das demais estruturas organizacionais (UFG, 1990).

No entanto, importa menos o DAC estar hierarquicamente “mais abaixo das outras estruturas” na então criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. O fato de estar demarcada, na própria denominação da Pró-Reitoria, a referência somente aos estudantes não indica que o atendimento aos demais segmentos tenha sido extinto. O DAC, ao ser mantido, expressa a forma de compreender a abrangência da política de assistência social: restringi-la aos estudantes ou democratizar o atendimento a toda a comunidade universitária. No momento em que se realiza a presente pesquisa, pode-se identificar essa redução na política de assistência social na universidade pública com a instituição do PNAES (2007 e 2010) pelo Ministério da Educação (MEC). Essa realidade é no mínimo contraditória, se constatadas as condições orçamentárias da UFG antes do repasse às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) dos recursos financeiros do PNAES para a execução de sua política de assistência social à comunidade universitária. Tem-se aí descrita a segunda fase organizacional da Procom (1978-1983).

A terceira fase da Procom/UFG (1983-1990), em termos da conjuntura externa à Universidade, é marcada por mudanças profundas na sociedade brasileira, com a retomada de seu processo de redemocratização e organização da sociedade civil, que tem sua grande expressão nas greves do ABC paulista e de trabalhadores do serviço público. A ditadura militar vive seu período de exaustão em 1984, com as Diretas Já. Esse movimento chega às universidades brasileiras em meio à greve nacional de professores de 1979 e da criação das Associações de Docentes das Universidades Federais (ADUFs) e da Associação Nacional de Docentes (Andes). Em 1982, ocorreu a primeira greve nacional dos servidores técnico-administrativos das universidades federais.

O início da década 1980 marca, ainda, a mudança do nome da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Organograma 4, Anexo 3). Conforme Relatório da Procom de 1990, trata-se de “uma fase com muitas mudanças internas, na tentativa de organizar uma estrutura funcional voltada para os objetivos propostos pela Procom”¹ (UFG, 1990, p. 14). Uma proposta de Regimento da Pró-Reitoria¹ foi encaminhada para o Conselho Universitário, que não chegou a colocá-la em apreciação. Em 1988, a Procom propõe nova reestruturação interna, “com o objetivo de criar uma estrutura mais democrática, adotando um tratamento de igualdade para suas atividades fins” (UFG, 1990, p. 14), criando novas divisões com características próprias e articuladas entre si, com vistas à finalidade

maior de viabilizar as políticas sociais, como mostra o organograma 5 do Relatório da Pró-Reitoria (UFG, 1990, p. 22). Em 1995, a UFG aprova seu novo Estatuto, mas, de acordo com Reis *et al.* (2010), sem reconhecer a estrutura proposta pela Procom.

A análise dos documentos aponta para tentativas de organização e reestruturação da Procom tendo em vista a sua finalidade, que, de acordo com a conjuntura nacional e/ou interna, sofre alterações ora mais voltadas para o atendimento às necessidades sociais de estudantes, ora para a comunidade universitária como um todo. O mesmo movimento de oscilação ocorre com o quadro de pessoal da UFG, que ora sofre acréscimos, ora retração. Nesta última situação, o que se evidencia é uma sobrecarga de trabalho em todos os setores, e, conseqüentemente, as condições de trabalho vão sendo precarizadas.

Observa-se, ainda, que, do início até meados da década de 1980, desenvolve-se no cenário nacional, no contexto das universidades federais, a articulação de pró-reitores de Assuntos Estudantis. Nesse sentido, o Relatório da Procom (UFG, 1990, p. 97) registra que, em “fevereiro de 1982, no Encontro [desses pró-reitores], as Universidades posicionaram-se a favor do escalonamento dos preços máximo e mínimo da refeição, fixando-os de acordo com as particularidades de cada região”.

Essas articulações deram origem ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), que foi criado

no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária realizado na cidade de Florianópolis – SC, no período de 17 a 30 de novembro de 1985. (...). Este Encontro teve como temário básico a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. (FONAPRACE, 2012, p. 14)

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária congregou 27 universidades federais brasileiras.

3.3 A Coordenação de Serviço Social e o Trabalho de Assistentes Sociais na Construção da Moradia Estudantil Na UFG

A indicação de uma assistente social para dirigir a Coordenação de Serviço Social foi uma medida política e administrativa do reitor eleito na primeira eleição direta e paritária, realizada em 1990, e na qual o voto dos técnico-administrativos foi maioria, assegurando-lhe a vitória. Esse fato ocorreu no bojo do processo de

redemocratização das universidades brasileiras, no qual se destaca, ainda, o movimento de funcionários (hoje, técnico-administrativos) do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina, que, em luta vitoriosa, conquistou uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, em uma resistência às tentativas da Reitoria de regulamentar a carga horária de trabalho na UFG em 40 horas semanais. “Não cumprir a portaria da Reitora para não perder direito¹” foi palavra de ordem. Ainda, nesse momento, registram-se as greves dos técnico-administrativos das universidades federais de 1982¹ e 1984. Nessa conjuntura registraram-se, também, as greves de outros servidores públicos e a organização dos trabalhadores, de um modo geral.

Na particularidade do Serviço Social brasileiro, registra-se o movimento de Renovação, em que, de acordo com Netto (1991), a categoria de assistentes sociais buscou romper com o conservadorismo na profissão. A renovação do Serviço Social ocorreu no Brasil compondo com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social¹, desenvolvido nos demais países da América Latina. Para o autor, esse movimento de renovação teve seu marco de referência em 1971, na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Sua continuidade ocorreu pela articulação de algumas entidades representativas de assistentes sociais, envolvendo, inicialmente, profissionais de cinco estados brasileiros, dentre eles, Goiás, que desencadearam a articulação nacional que resultou no III Congresso Brasileiro de Serviço Social, também denominado “Congresso da Virada”, realizado em 1979.

Esse foi um movimento que contou com a participação de uma parcela da categoria (assistentes sociais, professores e estudantes) que, sob a direção social e política da vertente Intenção de Ruptura, vem conferindo desde então outro rumo para o trabalho de assistentes sociais, em âmbito nacional. Reconhecendo-se como trabalhadores, esses assistentes sociais afirmam o seu compromisso com a classe trabalhadora e, portanto, com a sua organização, colocando-se em contraponto ao conservadorismo na profissão.

Coelho (2013), ao discutir a imediaticidade posta na prática de assistentes sociais, aborda o conservadorismo no Serviço Social e analisa as ambiguidades presentes na sua constituição como profissão, que, segundo ela, decorrem da necessidade de a categoria legitimar-se “perante a classe burguesa e a classe trabalhadora” (p. 11). A autora destaca a racionalidade burguesa como fonte

inspiradora da organização de uma política social fragmentada, para responder às manifestações da *questão social*, que são tomadas como problemas particulares. Assim, segundo ela, pelo pensamento burguês, “as expressões da *questão social*, são abordadas de forma individualizadas e psicologizadas, tornando-se problemas pessoais, de ordem moral” (COELHO, 2013, p. 13. Grifos da autora). Nessa perspectiva, segundo a autora, o trabalho de assistentes sociais reproduz o conservadorismo na profissão, ao fundamentar-se em concepções teórico-metodológicas vinculadas ao pensamento da burguesia, apreendendo somente o aparente das expressões fenomênicas do ser social.

Essa era a realidade do trabalho de assistentes sociais na Procom/UFG até 1986, ou seja, estava fundamentado em concepções conservadoras e ancoradas no imediato. Como já foi mencionado, esses/essas trabalhadores/as eram requisitados/as de outros setores da UFG para procederem à seleção socioeconômica dos estudantes, para inserção nos projetos sociais (criados para atender às determinações econômicas, no contexto da ditadura militar) desenvolvidos pela Universidade, tais como bolsa de trabalho e alimentação no Restaurante Universitário, dentre outros. O trabalho deveria ser executado em curto espaço de tempo, como se isso fosse possível. Nesse sentido, para Coelho (2013, p. 17), no repasse do “*auxílio*, o assistente social deve averiguar se a pessoa realmente tem necessidade dele, e, para tal, a instituição estipula os parâmetros de atendimento” (Grifo da autora).

A década de 1980 reúne acontecimentos que definirão, em boa medida, os destinos da assistência social nas universidades brasileiras. Na particularidade da UFG, especificamente na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, esses acontecimentos incidirão diretamente sobre a história do trabalho de assistentes sociais nesse setor. O Relatório Procom 1990 (UFG, 1990, p. 97), por exemplo, traz dados sobre o ano de 1982, quando, sob os efeitos da Portaria do MEC nº 03/1982, limitou-se o preço mínimo da refeição no restaurante, instituindo-se a seleção socioeconômica para identificar quem gozaria de atendimento pelo menor preço, com base em outra Portaria do MEC, a de nº 893/1976.

Ainda em 1982, o DCE/UFG encaminhou documento ao reitor da UFG contestando o fechamento do RU durante as férias e a adoção da Portaria do MEC nº 03/1982 e propondo-lhe uma negociação para a busca de alternativas para o funcionamento do restaurante. O protesto ocorreu também em outras localidades,

constituindo-se em uma greve em nível nacional e com a ocupação de restaurantes. O RU da UFG voltou a funcionar nesse mesmo ano, mediante acordo entre as partes, expressa na Portaria UFG nº 600/1982, que fixou preços, limitou o número de refeições e determinou o fechamento do RU aos domingos.

Em 1984, o MEC restituiu às instituições a competência para fixar os preços da refeição oferecida pelos restaurantes universitários, mas estabeleceu critérios:

Os preços poderiam ser superiores à matéria-prima empregada, exceto no caso de preço para alunos carentes, que poderiam sofrer redução até o limite de 70% do valor da matéria-prima, redução esta estendida aos servidores em casos excepcionais. (UFG, 1990, p. 98)

A partir daí a indicação dos usuários passa a ser feita pela equipe de assistentes sociais da CSS/Procom, que os dividiu em três categorias de preços.

Desse modo, o ano de 1986 constituiu um marco na história do trabalho de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social da Procom/UFG. Como registram os documentos, a equipe fez opção por um trabalho na perspectiva da superação do conservadorismo presente no Serviço Social, ou seja, de compromisso com os usuários, garantindo-lhes tanto a participação nas discussões dos trabalhos que envolviam seus interesses quanto o acesso a espaços físicos que antes lhes eram vedados. O trabalho traz como um de seus objetivos o fortalecimento das entidades organizativas de professores, técnico-administrativos e estudantes (Adufg, Asufego e DCE, respectivamente), e a equipe de assistentes sociais busca estratégias para a realização de trabalhos em uma abordagem coletiva, a fim de desenvolver o exercício de tomada de decisões e de direção política.

Essa trajetória, daí por diante, passa a nortear-se pela fundamentação teórico-metodológica do pensamento de Gramsci, da tradição marxista, aproximação ao marxismo. Assim, a equipe de assistentes sociais, conforme o Relatório do Procom, propunha “assessorar o processo de organização e do despertar da consciência crítica dos [usuários] envolvidos nas atividades, instrumento do ato de educar pessoas, inseridas num contexto de realidade e construtora de sua história” (UFG, 1990, p. 68).

Segundo Gramsci (1991), o primeiro elemento de política é a existência de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos. Por isso, conforme o autor, resta ver a possibilidade de como dirigir do modo mais eficaz, de como preparar da

melhor maneira os dirigentes, e como, de outro lado, identificar as linhas de menor resistência ou racionais para alcançar a obediência dos dirigidos ou governados. (GRAMSCI, 1991, p. 19)

Os documentos registram a orientação dos trabalhos por assistentes sociais, tendo como estratégias ações coletivas, como mostra o Relatório da Procom de 1990: “As assembléias, reuniões, além de espaço de participação e decisão, possibilitam o conhecimento e a intervenção na realidade social das pessoas envolvidas, pois são espaços pedagógicos de igual importância” (UFG, 1990, p. 68). Nos projetos de Melhoria da Moradia de Funcionários¹ e de Moradia Estudantil, ambos da UFG, os participantes elegem uma coordenação, na qual todos os componentes têm poder igual.

Gramsci (1991, p 19), ao tratar da participação política, pontua:

Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam governados e governantes, ou pretende-se criar condições em que a necessidade dessa divisão apreça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?

Para o autor, uma vez estabelecida a existência de dirigentes e dirigidos, governantes e governados, os partidos¹ são a forma mais adequada para formar os dirigentes e aperfeiçoar a sua capacidade de direção. Os princípios do planejamento participativo, da tomada de decisão e do encaminhamento de forma coletiva eram os norteadores de todos os projetos da CSS/Procom que se iniciavam naquele contexto institucional, valorizando não apenas a participação internamente na UFG, mas também a articulação com espaços e entidades externos à instituição.

Com esse propósito, relatório do Programa de Melhoria da Moradia, desenvolvido pela coordenação de Serviço Social, registra, no ano de 1990, a articulação com entidades populares e movimento estudantil como estratégias de entrosamento e inserção dos componentes do programa nos movimentos local e nacional de moradia (UFG,1990). O relatório destaca as seguintes atividades: ida a Piracicaba (SP), para conhecer o Programa de Moradia Popular e à fábrica de tijolo de solo e cimento, no Jardim Boa Esperança; participação no II Encontro Nacional de Luta pela Moradia, com coleta de assinaturas para o projeto de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular; participação na caravana que iria a Brasília para a entrega das propostas de projeto e das citadas assinaturas; participação em cursos de formação e seminários, para adquirir conhecimentos e trocar experiências, dentre outros.

A equipe de assistentes sociais tinha, ainda, o compromisso de desenvolver um trabalho que concretizasse as promessas de campanha do reitor recém-eleito¹, que teve como uma de suas plataformas ao cargo “construir juntos a universidade que queremos”. Destaca-se, entre suas primeiras ações, a concessão de transporte para os trabalhadores deslocarem-se para o local de trabalho.

Alguns programas tinham a sua origem no gabinete do reitor, como o transporte de funcionários, enquanto outros eram delineados a partir da realidade expressa no cotidiano da Coordenação de Serviço Social. Esse foi o caso da demanda colocada pelo Setor de Pessoal sobre considerável número de servidores alcoolistas que tinham crise de absenteísmo no trabalho, ou apresentavam queda de produtividade, enfraquecimento orgânico, doenças, transtornos mentais, alcoolismo e/ou uso abusivo de outras drogas, dentre outros.

As assistentes sociais¹ organizaram o desenvolvimento do trabalho por meio de articulação de recursos junto à Saúde Mental da Divisão de Saúde Mental do Estado de Goiás, sobretudo, pelo Projeto Casa. A Coordenação de Serviço Social, conforme consta no Relatório da Procom de 1990, define como objetivo do seu atendimento em Saúde Mental do trabalhador “atuar nas causas sociais dessa problemática (...) buscando formas para desenvolver um trabalho multidisciplinar” (UFG, 1990, p. 43). Para esse atendimento, a Procom articulava-se, também, com a unidade de lotação do funcionário. Essa articulação, no caso dos alcoólicos, era considerada fundamental, pois tinha como objetivo inserir os colegas de trabalho no processo de tratamento do funcionário adoecido, para assegurá-lo no trabalho e, ao mesmo tempo, construir uma concepção do alcoolismo como doença, e do usuário do álcool, como um doente, e não como um “chupa-cana”.

A equipe de assistentes sociais atuava, portanto, considerando os trabalhadores acometidos pela dependência do álcool como alcoolistas, e não com alcóoltras, dedicando-se também à prevenção da doença. Buscavam, nesse processo, o envolvimento da família, por meio de visitas domiciliares e entrevistas. O relatório da Procom de 1990 registra a participação de assistentes sociais em simpósio sobre o assunto, a articulação com outras instituições que desenvolviam o mesmo trabalho com seus funcionários e a busca de literatura sobre o tema. Esse processo torna possível instituir o Programa de Saúde, que foi desenvolvido “articulado com os projetos de Melhoria da Moradia dos funcionários da UFG (PMM) e Escola dos funcionários” (UFG, 1990, p. 30), em uma perspectiva preventiva e curativa.

O trabalho de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social prossegue, concretizando-se no estudo da realidade de estudantes e de suas famílias, para inserção nos programas e projetos sociais que contribuam para a permanência de alunos do interior de Goiás ou de outros estados na Universidade, dentre os quais se destaca o Projeto de Moradia Estudantil. O trabalho de assistentes sociais nesse espaço é o objeto do presente estudo.

3.4 O Trabalho de Assistentes Sociais na Construção da Moradia Estudantil na UFG

O trabalho de assistentes sociais na construção de Moradia Estudantil na UFG, realizado de 1990 a 2014, período indicado para esta pesquisa, toma como objeto a realidade social de estudantes moradores de quatro Casas de Estudantes da Regional de Goiânia, em um total de 315 vagas destinadas a estudantes brasileiros. Esse trabalho busca fortalecer o processo de organização de estudantes moradores dessas casas, consideradas espaço político-pedagógicos. O fundamento teórico-metodológico do trabalho que desenvolvem, calcado na tradição marxista gramsciana, assenta-se em uma concepção de instituição como espaço contraditório, no qual o jogo de forças políticas perpassa o seu cotidiano.

A cotidianidade ou a vida cotidiana é a vida do homem comum – uma vida heterogênea, destituída do elemento comum da comunidade; uma vida na qual o indivíduo é um ser particular, restando aniquilados os laços com outros homens. O que se perde de vista, em tais circunstâncias, são as condições de homem genérico, as condições de sua objetividade, limitando-o ao plano de uma existência particular. A vida cotidiana é, ainda, uma vida irrefletida, na qual o imediato e o útil tomam o lugar do verdadeiro, de forma que produzir o mediato é condição de possibilidade para o desvelamento do real, que é propriamente a tarefa da ciência, a desfetichização.

Pela coexistência e sucessão de atividades heterogêneas, a vida cotidiana é, de todas as esferas da realidade, a que mais se presta à alienação. Embora terreno propício à alienação, ela não é necessariamente alienada. O é em determinadas circunstâncias histórico-sociais, como é o caso da estruturação das sociedades industriais capitalistas. (LEFEBVRE, 1972, p. 46)

Ao referir-se à vida cotidiana, Patto (1996) destaca a impossibilidade de, nas sociedades capitalistas contemporâneas, tratar dessa temática de forma isolada da discussão da burocracia. Nesse sentido, a autora considera a existência de uma

exacerbada dependência de editais, regulamentos, normas, padrões e resistência às mudanças, o que resulta na primazia do administrativo sobre o pedagógico. No caso da UFG, ressalta-se, de um lado, a intromissão burocrática e a concepção conservadora acerca do que seja a assistência social presente na universidade pública, como elemento limitante do trabalho de assistentes sociais no Projeto Moradia Estudantil, e, de outro lado, as possibilidades de um trabalho norteado para a satisfação de necessidades sociais ou condições materiais necessárias ao desenvolvimento do processo educacional de estudantes moradores, bem como para o fortalecimento da sua organização política nas casas.

Evidencia-se também nos documentos a exigência de clareza teórica e de compromisso político de assistentes sociais envolvidos/as como condições indispensáveis para a apreensão crítica da realidade, por meio da análise da conjuntura/estrutura tanto nacional e internacional quanto institucional.

Nesta exposição, o trabalho de assistentes sociais é apreendido mediante a demarcação de três momentos: o primeiro volta-se para o processo de articulação política e fortalecimento da organização dos estudantes moradores, com ênfase à construção da primeira casa da UFG, a CEU I; o segundo registra um recuo nesse trabalho, em decorrência das condições objetivas e subjetivas na direção social e política da Procom/Coordenação de Serviço Social; e o terceiro momento é marcado pela retomada, pela Coordenação de Serviço Social, da direção social e política do primeiro momento do trabalho com os moradores das Casas de Estudantes.

O primeiro momento, portanto, inicia-se com a articulação de estudantes moradores da CEU II¹ no fim da década de 1980, onde moravam estudantes da então Universidade Católica de Goiás (UCG), atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), da UFG e de demais Instituições de Ensino Superior. Essa Casa tinha condições físicas muito precárias e era na Procom/Coordenação de Serviço Social que seus/suas moradores/as discutiam suas dificuldades e buscavam solucioná-las. Essa articulação amplia-se quando os/as assistentes sociais contam com a participação do então coordenador da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence), Agnus Rodrigues da Silva, que estava em Goiânia, a convite dos estudantes da CEU II, para proferir palestra durante a comemoração do 13º aniversário de fundação da CEU I, no dia 10 de maio de 1991. Nessa visita, o coordenador da Sence, no debate em que discute a conjuntura nacional com os moradores, afirma:

A política de educação do governo Collor e sua política de privatização do ensino público; organização e estrutura do movimento: foi feito um histórico (...) desde o primeiro Ence em 1976, deixando claro as linhas básicas que o movimento apresentou até os dias atuais. Foi, também, apresentado a organização que o movimento apresenta, suas instâncias, Secretarias Estaduais etc. (UFG, 1991, p. 99)

A assistente social e então coordenadora do Serviço Social da Procom/UFG, nome, participa desse evento como representante da UFG, e nele os estudantes discutem também questões específicas das Casas I e II, tais como convivência interna, autonomia, reformas, dentre outros. Na sequência da programação, os participantes decidem pela criação da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes de Goiás (SECE-GO). (UFG, 1991, p. 100). Destacam-se como objetivos da Secretaria o de estruturar e representar o Movimento de Casas de Estudantes no estado e o de compor, com representantes das Casas existentes, a Secretaria Regional, também a ser criada.

O coordenador da Sence reuniu-se com o então reitor da UFG, fulano de tal, com a assistente social e coordenadora de Serviço Social da Universidade e com a diretoria da CEU II, oportunidade em que discutiram as propostas da instituição referentes às demandas por moradia. Agnus Rodrigues da Silva expressa então “sua opinião contrária ao aluguel de casas”, alegando que, “além de não solucionar definitivamente a questão, acarreta instabilidade, em momentos de crises financeiras, além de constituir grave ameaça para os alunos” (UFG, 1991, p. 100). O coordenador da Sence registrou o seu encontro com o reitor e a coordenadora de Serviço Social, e o texto foi incorporado ao Relatório da Procom.

Pudemos manter contato com o Reitor da UFG, com a diretoria da CEU II e com a técnica Omari, da Procom/UFG, que **viabilizou a reunião**. Discutimos as propostas que a UFG tinha para a questão da moradia (...). Apontamos como sugestão a construção ou compra de Casas por parte da Universidade, que para nós é a forma de resolver definitivamente a demanda por moradia. (...). O reitor demonstrou preocupação em resolver a situação de forma rápida e tentava assim defender a proposta do aluguel em um primeiro momento. Todos fizemos intervenções no sentido de construção (...). A decisão (...) ficou para uma discussão posterior entre os segmentos da UFG. (SILVA, A., 1990, p. 102-103 *apud* UFG, 1991, p. 101. Grifo nosso)

Em outro momento, Agnus Rodrigues da Silva reuniu-se também com os moradores das Casas, representantes do Movimento Pró-Moradia e com a assistente social e coordenadora do Serviço Social da Procom, com o objetivo de fortalecer a organização do Movimento de Casas de Estudantes. A reunião,

conforme relatório da Procom (UFG, 1991), contou com grande número de estudantes e teve como ponto central a criação da Secretaria Estadual de Casas do Estado de Goiás. Na ocasião, o coordenador da Sence conclamou os moradores a se unirem:

Os problemas internos que enfrentam as casas não podem constituir em uma arma contra os próprios moradores, e que um trabalho coletivo entre as duas casas na Secretaria Estadual contribuirá em muito para a resolução dos pequenos problemas internos. (UFG, 1991, p. 102)

Toda essa articulação marcou o início da construção da CEU III, atividade que o coordenador da Sence não só acompanhou de perto, como sugeriu a vinda da assistente social Ana Lúcia Gastald Lobo da Rocha, da Universidade Federal de Pelotas¹ que também deu contribuições⁴ relevantes a esse processo.

Na década de 1990, o neoliberalismo começou a ser adotado no Brasil pelo Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), e as consequências dessa política repercutiram nas universidades públicas brasileiras, e, portanto, na UFG. Esse momento marca a continuidade, no cenário mundial, do processo de mundialização do capital, que ganha força com o avanço da privatização dos serviços públicos e da tecnologia informacional. Era a política de não intervenção do Estado no mercado e de “contenção de gastos com bem-estar e a restauração da taxa natural de desemprego” (MARTINS, SOUSA;1997, p. 8-9). A esse respeito, Anderson (1995, p. 22) afirma:

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, e em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.

A eleição de Collor de Mello ocorreu em um terreno fértil, propício à dilapidação de bens e serviços públicos geridos pelo Estado brasileiro, processo iniciado no período da ditadura militar e continuado sem interrupção no Governo José Sarney, como afirma Oliveira (1998). Para esse autor, Collor deu continuidade à dilapidação, recorrendo à figura dos marajás, “o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, educação e de todas as políticas sociais. (...) surgiu o neoliberalismo à brasileira” (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

Em 1989, nos últimos instantes do processo de redemocratização do país, registra-se na UFG a primeira eleição direta para reitor. Vários professores

concorreram ao cargo, e os estudantes aproveitaram para tornar pública sua reivindicação no que tange à construção da Casa de Estudantes. Nesse sentido, ao comemorar o Dia Nacional de Luta em Defesa da Moradia Estudantil, o presidente da CEU I, que também compunha a diretoria do DCE, conclamou os candidatos a construir a casa de estudante feminina. O jornal *O Popular*, em sua edição do dia 20 de junho de 1985, publicou:

A data será lembrada, na Casa do Estudante Universitário (CEU), a partir das 21 horas, com uma mesa redonda sobre os problemas enfrentados por essas entidades, para a qual foram convidados políticos, líderes estudantis e todos os candidatos à Reitoria da Universidade Federal de Goiás, além de representantes do Centro Popular da Mulher e de outros movimentos femininos. De acordo com o presidente da CEU, Napoleão Araújo de Aquino, o engajamento das mulheres nesse debate se deve a uma luta pela implantação em Goiânia da Casa de Estudante Universitária, uma vez que a Casa instalada na Praça Universitária (nos fundos do Restaurante Universitário e do DCE da UFG) só abriga estudantes do sexo masculino, num total de 105. Igual número de vagas é reivindicado para moças, podendo ser construído novo prédio anexo ao atual, uma vez que o projeto inicial da CEU foi feito para a implantação de dois pavilhões e no momento só existe um.

A fala do presidente da CEU I transcrita pelo jornal demonstra que ele ignorava que em Goiânia já existia uma casa mista, a CEU II. Mais tarde, as mulheres estudantes iniciaram uma luta para a sua entrada na CEU I. Nesse movimento, as estudantes receberam o apoio dos moradores da CEU II, mas enfrentaram resistência de parte dos estudantes da CEU I.

Nesse sentido, o jornal *Diário da Manhã*, edição do dia 31 de março de 1991, publicou matéria afirmando que as estudantes entraram na justiça e haviam conseguido ação cautelar que lhes garantia o direito de inscrição na Casa do Estudante:

A liminar foi concedida pela juíza de direito Maria das Graças Pires de Campos. Na quarta-feira da semana passada, dia 27, o movimento negociou com o presidente da Ceu, a prorrogação do prazo das inscrições até o dia 11 de março. (...). No dia 11 de março os moradores da Ceu-GO realizaram uma assembléia geral, onde foi discutido a entrada ou não de mulheres na casa. Na reunião ficou decidido que fariam uma votação no dia 14 de março. O resultado foi o seguinte: 29 pessoas votaram a favor da entrada de estudantes do sexo feminino e 49 foram contra.

A Casa se tornaria mista somente no início da década de 1990 e esse fato foi pauta de uma matéria de um jornal local, que ouviu a presidente do DCE da época, Maria das Dores Soares, conhecida como Dolly. As declarações da estudante estão entre aspas na citação a seguir.

A resistência machista (...) [dentro da Casa] foi minada por uma série de fatores (...). Um deles seria o trabalho das entidades estudantis pelo convencimento dos conselheiros que realizam a seleção e da própria clientela da Casa. “Começamos com a criação do departamento feminino da União Estadual dos Estudantes em 1992, que fortaleceu as mulheres dentro da entidade. No mesmo ano, a UEE promoveu o 1º Seminário da Mulher Universitária, em que foi denunciada a restrição às mulheres dentro da CEU I. Desde que o departamento foi criado, promoveu debates palestras, discussões e sempre convidou a diretoria e moradores da casa. (...) A própria evolução da comunidade universitária como um todo contribuiu”, declara. Grande parte dos líderes estudantis contrários à abertura da CEU I saiu da Universidade após concluir os cursos e a clientela da Casa foi renovada. “A entrada das meninas foi uma conquista que resultou de muita luta e trabalho, é um mérito nosso”. (JORNAL O DIÁRIO DA MANHÃ, 31/03/1991)

Nessa mesma direção, a jornalista Isabel Czepack [s.d.] escreveu sobre a entrada de estudantes mulheres na CEU I:

Não foi preciso entrar na Justiça, nem fazer manifestações ou passeata. Não desta vez. O processo de seleção dos inquilinos da Casa do Estudante Universitário I – “o maior reduto da resistência machista dentro da Universidade Federal de Goiás”, segundo lideranças feministas do movimento estudantil – foi natural. O conselho deliberativo, encarregado da seleção, não só aceitou as inscrições das 22 mulheres que se habilitaram entre um total de 65 inscritos, como selecionou as candidatas.

A transformação da CEU I em casa mista ocorreu em um contexto em que a UFG já havia definido que a CEU III seria para homens e mulheres estudantes. Essa definição ocorreu em uma administração eleita em 1989, quando se registrou, na UFG, uma disputa acirrada de candidatos¹ para o segundo reitorado no processo de redemocratização da instituição. O candidato da situação, professor Ricardo Freua Bufaiçal, fez sua campanha eleitoral com o lema “Ousar o Futuro”¹ e discutiu os princípios que deveriam nortear o reitorado. Sua campanha contou com expressiva participação dos três segmentos da comunidade universitária, que lhe apresentou suas propostas. Os estudantes incluem em suas reivindicações a construção de Moradia Estudantil.

Com a vitória do professor Bufaiçal (1990-1993), a Procom procura executar o Plano de Ação no que lhe competia. A coordenadora do Serviço Social, assistente social, Omari Ludovico Martins, foi confirmada no cargo, e, no que se refere à Moradia Estudantil, procedeu-se a um levantamento da demanda entre os/as estudantes. Para tanto, o então Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária dirige-se, por meio de ofício circular, aos/às acadêmicos/acadêmicas que estavam entrando na Universidade naquele semestre, como se segue:

Prezado estudante, A moradia estudantil, necessidade das Universidades Brasileiras, e, portanto, também da UFG, é um compromisso desse reitorado e tem sido uma das preocupações da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. É um grande desafio num momento histórico de uma Universidade sucateada como a nossa. E será num esforço conjunto que poderemos encontrar formas locais e nacionais na superação de tal dificuldade. A Coordenação de Serviço Social programou um estudo preliminar que dará subsídio para o encaminhamento desta questão. Assim solicitamos que nos forneça os dados do formulário em anexo. Atenciosamente, Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo – Pró-Reitor. (UFG, 1991, p. 96)

Esse levantamento foi desenvolvido de forma articulada com todos os Colegiados de Cursos¹ da Universidade, atingindo um total de 871 estudantes¹, dos quais 235 (26,98%) foram identificados como demanda para Moradia Estudantil. Naquele momento, início da década de 1990, os estudantes lutavam, em um movimento organizado, pela transformação da CEU I em casa mista, reivindicando a entrada de mulheres e a ampliação de suas vagas. A coordenadora de Serviço Social, na busca de estratégias de fortalecer aquele movimento, envolve as estudantes no estudo e análise dos dados. Foi constatado que, dos 26,98% (235) demandantes por moradia, 20,5% vinham do interior do estado de Goiás e 6,5%, de outros estados, totalizando uma demanda em potencial de 26,98 % do universo (UFG, 1991, p. 95). Esses dados foram apresentados em reunião entre membros do Serviço Social, estudantes e pró-reitor, realizada na Procom, para tratar da construção de uma casa de estudantes na UFG, conforme compromisso de campanha.

A Coordenação de Serviço Social da Procom, de acordo com Martins (1993), norteava o trabalho de assistentes sociais em uma concepção de assistência social como espaço de educação, de assessoria profissional na dimensão da articulação de recursos e da participação real dos usuários, consoante os princípios do planejamento participativos¹ de suas ações. Essa educação possibilita ao usuário a capacidade de criticar a explicação mais comum sobre a realidade e ultrapassar a visão de mundo dominante, para com isso conquistar uma consciência adequada à sua própria classe.

A busca pelo envolvimento da UCG objetivava somar esforços, uma vez que os estudantes dessa universidade e da UFG conviviam nas mesmas casas, a CEU I, da UFG, e a CEU II, da UCG, que àquela época possuíam instalações bastantes precárias. As duas universidades firmaram um acordo informal¹ de cooperação, pelo qual a UFG ampliaria o número de vagas mediante a construção de uma nova casa, e a UCG recuperaria as condições de moradia das casas existentes. Esse acordo não se concretizou, levando a uma resistência da administração da UFG quanto à

entrada de estudantes da UCG na CEU I. No entanto, o coletivo que vinha se constituindo no processo participativo de construção e ocupação das Casas, sob o princípio de que “quem faz Casa mora nela”, assegurou a entrada dos estudantes que vinham participando. Outras reuniões foram realizadas, sempre com a participação de assistentes sociais, com o objetivo de discutir as dificuldades locais e traçar estratégias conjuntas para superá-las. Nesse espaço de tempo, elaboravam-se os princípios e diretrizes para o projeto arquitetônico da CEU III, definindo função, localização, capacidade e estrutura do prédio. O primeiro traçado da planta foi apresentado por assistentes sociais em assembleia de estudantes, da qual participaram moradores e interessados em moradia, os quais apresentaram sugestões para alterações na planta que, concluída, foi exposta para o público nos dois restaurantes universitários da UFG.

Aprovada a planta, o trabalho foi articulado entre o Escritório Técnico Administrativo (ETA), para a execução do projeto físico, e a Coordenação de Serviço Social, para a construção dos fundamentos, princípios e diretrizes da nova Casa. Assim foi-se gestando uma outra concepção de construção de Moradia Estudantil, aquela que não se restringe à mera construção do edifício, mas se constitui em um processo de construção também de relações sociais, inclusive, a relação das Casas entre si e dessas com a Universidade. Essas eram relações direcionadas à formação de estudantes com consciência crítica e atitude criadora para o enfrentamento dos desafios do dia a dia.

A estratégia da Coordenação de Serviço Social para buscar a participação real e o envolvimento de estudantes desde o processo inicial de construção da Moradia Estudantil/Casa de Estudantes foi abrir inscrições para os interessados em morar na casa. Ao final do processo, foi registrada a adesão de estudantes das duas Universidades, UCG e UFG. Assim, os inscritos juntaram-se aos moradores das duas casas e, em uma reunião com assistentes sociais, organizaram-se em comissões, como as de acompanhamento de obras, equipamentos, paisagismo, estatutos¹. Eram espaços de participação e politização diante dos limites e das possibilidades institucionais.

A construção da terceira Casa de Estudante de Goiânia foi se concretizando num contexto de forte corporativismo nas casas existentes e uma atomização entre elas e o movimento estudantil, a CEU masculina, vivendo confrontos com a CEU-II reforçava essa relação de negação dado a diferença no perfil de ambas e o apoio da CEU-II ao movimento de luta pela

entrada de mulheres na CEU-I. Grande parte de moradores da CEU-II confirmava essa negação por parte de alguns moradores da CEU-I. A mesma natureza de relação acontece com as Entidades Estudantis. As casas consideradas como entidades em si, apresentando condições precárias, mantêm seu poder interno, desarticuladas entre si e do conjunto do movimento estudantil, mesmo com a organização de casas a nível nacional – Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (Sence), a partir de 1976, pois esse processo vem acontecendo desvinculada da entidade que deveria unificar as lutas UNE. (UFG, 1993, p. 100)

De acordo com o Relatório da Procom (UFG, 1993), a casa foi construída entre 1992 e 1993, ano em foi inaugurada já em condições de ser habitada, o quer dizer, devidamente equipada¹. Ressalta-se que a entrada de estudantes foi antecedida pela realização do I Seminário Moradia e Cidadania¹, que contou com a participação de todos os inscritos e muitos moradores das demais Casas. Na oportunidade, esse coletivo assegurou o direito de morar àqueles estudantes da UCG que participaram de sua construção, mesmo com restrições por parte do reitor da UFG. A tensão surgida nesse contexto trazia uma contradição: apesar de o reitor da UFG ser contra o encaminhamento do Serviço Social, ele não só não impediu a entrada dos estudantes da UCG como também convidou a coordenadora do Serviço Social para descerrar a placa de inauguração da Casa. Esse posicionamento do reitor indica – mesmo em situação de confronto e embate de posições – o reconhecimento e o respeito ao trabalho profissional dos/das assistentes sociais (MARTINS, 2015).

A participação coletiva dos usuários no desenvolvimento da política de assistência social da UFG é a marca do trabalho dos/das profissionais do Serviço Social.

O projeto de construção da habitação estudantil – Casa de Estudantes Universitários da Universidade Federal de Goiás – CEU III, constitui-se em um conjunto de atividades que obedece aos princípios do planejamento participativo e da construção de cidadania. É desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Coordenação de Serviço Social da Procom e Escritório Técnico Administrativo (ETA) que se propõem a participar do processo de organização dos estudantes, fortalecendo a luta pelo direito à moradia e incentivando o espírito de solidariedade e colaboração recíproca em ações coletivas na conquista de um espaço de morar e de uma consciência crítica, em um contexto de realidade no qual os estudantes constroem a sua história. (UFG, 1992, p. 101)

A realidade deixa evidente que a articulação das Casas existentes em Goiânia ainda estava longe de ocorrer. Mas a semente de uma articulação para fortalecer o movimento de Casas de Estudantes foi lançada em 1991 pelo coordenador da Sence, com a participação de assistentes sociais da Procom, e sua continuidade

deveria contar com a contribuição do trabalho desses/as profissionais. No entanto, o processo de sucateamento das universidades, decorrente do desenvolvimento da política neoliberal, e as mudanças ocorridas no interior da UFG com a eleição de novo reitor, Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo (1994-1997), trouxeram alteração na estrutura de poder da Procom. O novo reitor indicou uma professora para o cargo de Pró-Reitora de *Assuntos da Comunidade Universitária* e trocou a coordenadora de Serviço Social. Destaca-se que a substituição da coordenadora representou, com certeza, a perda da hegemonia de uma direção social e política que estava em construção desde 1986 e que dava continuidade, em 1991, ao Projeto Moradia Estudantil, além de estar voltada para a busca de superação do conservadorismo no Serviço Social naquele espaço profissional. Pode-se afirmar que, também ali, existiam diferentes matrizes teóricas e metodológicas interferindo no trabalho e nas concepções dos/das assistentes sociais.

Netto (1991), ao discutir o processo de Renovação do Serviço Social, afirma:

Panoramicamente, o Serviço Social com que se depara o observador contemporâneo configura-se como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas – sobre o patamar de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas e o pano de fundo de uma discussão teórica e ideológica ponderável também inédita. (p. 127-128)

No ano de 1994,

a ocupação da CEU-III trouxe à tona contradições até então veladas, pois se de um lado, concretizou parte desse processo ao contribuir na diminuição do *déficit* de habitação¹ com mais vagas para moradia aos estudantes de baixa renda, (...), por outro, gerou impactos internos e externos. Melhor dizendo, com o assentamento dos estudantes na casa vão se expressando, por parte alguns estudantes, de maneira bastante evidente o individualismo, a não participação – atingindo o projeto amplamente discutido, construído e aprovado por todos. Soma-se a esses aspectos internos, as questões externas à Casa, como o fato da mudança da Coordenação de Serviço Social e o fechamento do Restaurante Universitário no período de férias¹. (UFG, 1994-1995, p. 110)

Ainda no que se refere à relação UFG/Casa, sobretudo, a CEU III, os relatórios anuais produzidos pelos/as assistentes sociais retratam os movimentos sociais, pois, ao contestá-los, o fazem como se seus atores fossem “os puros” e a instituição social que está pronta para cooptá-los, “a impura”. Parte dos moradores daquela Casa mantinha “por vezes um sentimento de exclusão em relação à

Coordenação de Serviço Social e à PROCOM, resultando em posições de negação da Instituição, de modo que consideram todos os seus trabalhadores como seus representantes” (UFG, 1994-1995, p. 113). A ausência da consciência de classe para si explica que ambos os lados – estudantes e trabalhadores – ainda estavam restritos, por causa do processo de alienação, à visão própria do senso comum. Como analisa Gramsci (1991) a instituição social é um espaço contraditório, onde estão presentes projetos antagônicos de sociedade.

Esse quadro de distanciamento acirra-se como consequência da mudança da coordenadora do Serviço Social (UFG, 1994-1995, p. 111). A nova coordenadora reforça o poder institucional, no que tange a encobrir e justificar as limitações da Universidade. As reivindicações de moradores não atendidas passam a ser “personalizadas na figura da coordenadora do Serviço Social¹ e, até mesmo, na pessoa da Pró-Reitora” (UFG, 1994-1995, p. 111), condição essa que encontra explicação nos estudos de Coelho (2013, p. 11-13):

A constituição do Serviço Social como profissão reveste-se de ambiguidades, decorrentes de sua necessidade de legitimar-se perante a classe burguesa e a classe trabalhadora. As transformações sócio históricas são impulsionadas pela permanente luta de classes que travam entre si no âmbito das relações de produção e reprodução social. Para manter-se desfrutando do poder político, econômico e ideológico, a classe hegemônica deve manter a classe subalterna sob controle. (...). O Serviço Social, no contexto do capitalismo monopolista, surgiu como profissão e o modelo de intervenção profissional adotava-se em valores éticos e morais cultuados pela burguesia e necessários para o estabelecimento da ordem social, baseado na resignação humana, na concepção fatalista da vida e na naturalização dos fenômenos e processos sociais.

Por outro lado, acentua ainda a autora que

a apreensão do movimento contraditório da realidade explicita a lógica do desenvolvimento desigual inerente ao modo de ser da sociedade capitalista, fundamentado em uma concepção que busca apreender a totalidade do ser social e expressa o compromisso da categoria com os valores do trabalho e a emancipação humana, é uma conquista do serviço social brasileiro, de segmentos da profissão organizados em suas entidade representativas. Contudo, há a reprodução de um modelo de prática conservadora. (COELHO, 2013, p. 13)

O relatório da Procom de 1994-1995 registra que, no processo de diálogo das autoridades constituídas nessa Pró-Reitoria (pró-reitora e coordenadora de Serviço Social) com os coordenadores das Casas, tomando como objeto as questões postas no cotidiano da política de assistência social - tais como alimentação, liberação de

material de limpeza, dentre outros -, vão comprometendo as relações entre as Casas e a Coordenação de Serviço Social. Os estudantes reafirmavam a responsabilidade da Universidade com a administração da política de assistência social, demarcando as diferenças de concepções teórica, metodológica e política presentes no Serviço Social e expressas no trabalho da atual e da ex-coordenadora de Serviço Social.

Assim,

a relação entre as Casas de Estudantes se deu, num primeiro momento como se cada casa não tivesse as mesmas necessidades e os mesmos interesses. Os seus representantes encaminhavam suas reivindicações de forma isolada e fragmentada, mesmo que discutissem juntos em reuniões na Procom. (UFG, 1994-1995, p. 111)

Essas divergências existentes no interior do Serviço Social da UFG nesse período, acrescidas àquelas que havia no interior da Casa, sobretudo, entre os moradores que compunham a “primeira Coordenação da Associação de Moradores da CEU III (...) gera um clima de rejeição à assessoria do Serviço Social e de estranhamento à Coordenação de Serviço Social” (UFG, 1996, p. 112). Essas divergências trouxeram, como consequência, a desagregação da coordenação e das comissões de trabalho da CEU III.

Essa desestruturação do processo organizativo da Casa é registrada no Relatório da Procom:

Cada um, a seu modo, apontava o caminho a seguir (...) onde nenhum deles garantiu o seu projeto, ou uma parcela do poder. O lugar da coordenação [da CEU] ficou vazio, o que representa que o principal agente coletivo do projeto da CEU-III sai do cenário. (UFG, 1996, p. 112)

Uma questão foi levantada, à época, por assistentes sociais que deram continuidade ao trabalho de construção da Moradia: “Como entender então, esse quadro de desmobilização, num processo que vinha se dando de forma participativa?” (UFG, 1996, p. 112). Eles ponderaram que tal realidade expressava o enraizamento da concepção de Casa como alojamento e espaço de neutralidade. A oscilação entre a mobilização e organização e a omissão e o individualismo é um dado presente nos anos primeiros de existência das Casas e de desenvolvimento do trabalho, mas que se mantém ainda hoje. É o que afirma Rezende¹ (2015) acerca do elemento do presente de que se parte para investigar, ‘o passado que não passou’, se se adota o método do materialismo histórico e dialético.

Mesmo com as contradições e oscilações no nível de participação, foi possível realizar o II Seminário “Moradia e Cidadania”, que discutiu o movimento estudantil/Casas de Estudantes, sexualidade e a relação individual/coletivo. Foi também objeto de discussão o não fechamento de inscrições para moradia estudantil, como estratégia para o fortalecimento do Movimento de Casas de Estudantes. Esse seminário ocorreu no momento de identificação de novos moradores na CEU III, em meados do primeiro semestre de 1994. No entanto, mesmo com a realização do seminário, a articulação das Casas existentes em Goiânia ainda estava longe de acontecer. Mas a semente de uma articulação para fortalecer o movimento havia sido lançada pelo coordenador da Sence, conforme já mencionado.

Em 1995, foi criada a Secretaria Estadual de Casas de Estudantes do Estado de Goiás, quatro anos depois da decisão dos moradores pela sua criação. Durante onze anos ela esteve em franco funcionamento, o que significou a busca do fortalecimento da articulação entre as Casas. A primeira iniciativa foi congregar as três Casas da UFG – CEU I, CEU III e CEU IV – e a CEU II da então UCG. Daí em diante, cada Casa de Estudantes Universitários enviava dois representantes para o Encontro Nacional.

Nesse período, foram realizados vários encontros que contaram com a assessoria de assistentes sociais, dos quais se destacam quatro edições do Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários (EGOMCEU). No I Encontro, realizado em 2002, os participantes decidiram pela:

1. Adoção de um processo unificado de identificação de novos moradores (...);
2. Melhoramento da infraestrutura das casas;
3. Construção de outra CEU;
4. Formação de uma coordenação permanente de assistência social à saúde dos ceusianos;
5. Mobilização dos estudantes moradores de casa em defesa do RU (...);
6. Formação de uma comissão cultural permanente.

Se, de um lado, o II EGOMCEU indica avanço na superação da desarticulação das casas, de outro, traz alguns equívocos dos moradores, como a formação de uma comissão de assistência social à saúde. A iniciativa indica o desconhecimento das atribuições da Procom como órgão responsável pela execução da política de assistência social à comunidade universitária e, particularmente, ao segmento estudantil. Caberia, aqui, a seguinte reflexão: essa iniciativa não poderia ser entendida como uma reação dos estudantes moradores

das Casas à limitação do atendimento de suas necessidades ou à abrangência dos projetos sociais até então em funcionamento?

Merece destaque, também, a reunião de representantes da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes de Goiás (Sece-GO) e dos coordenadores das Casas (CEUs I, II e III) com o pró-reitor da Procom, realizada no dia 19 de março de 2006, início do primeiro mandato como reitor do professor Edward Madureira Brasil (2006-2009 e, posteriormente, 2010-2013). Nessa reunião foram discutidos os objetivos e o papel das entidades estudantis na luta por moradia estudantil e assistência social da Universidade. De acordo com o Relatório CSS/Procom de 2006, os estudantes consideravam que deveriam tomar uma posição coerente em relação à instituição,

visto que as coordenações estão refém de algumas situações e moradores que não têm compromisso com a moradia estudantil e pregam uma liberdade e autonomia que se confunde com o proveito [de interesses] privados, estes moradores articulam e quebram as forças e o sentido das assembléias, que muitas vezes estão tomando decisões sem considerar as implicações práticas das medidas e o comprometimento da estabilidade, e reforçam a visão estereotipada das Ceu's, ficando as coordenações no papel de administrar compras de gás, picuinhas entre moradores (UFG, 2006, p. 5).

Os representantes de Casas de Estudantes, nessa reunião, foram unânimes em considerar a necessidade de medidas de ordem prática que, segundo eles, “são muitas vezes técnicas e administrativas”, como registra o Relatório CSS/PROCOM (UFG, 2006). Foram discutidos também tópicos como a segurança das casas, com os estudantes defendendo a necessidade de vigilância 24 horas, de trancar o portão principal e estabelecer um controle nas entradas das Casas CEU I e III. Definiu-se que a entrega de comprovantes de matrículas deveria ser feita na Coordenação de Serviço Social, que planejaria a ação conjunta com as coordenações das Casas para a identificação das irregularidades ali existentes. Nessa reunião, foi discutido, ainda, dentre outras questões, a realização do XXX Ence, que aconteceria em Goiânia, ficando definida a assessoria de assistentes sociais na elaboração do projeto e no desenvolvimento do Encontro. Por ocasião desse evento, a coordenadora de Serviço Social foi chamada para proferir palestra sobre a relação entre Casas de Estudantes e Universidade.

Os documentos evidenciam uma trajetória muito dinâmica da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes de Goiás (Sece-GO). No entanto, não se

encontrou registro de atividades a partir de 2007. Nesse ano, a Moradia Estudantil na UFG foi regulamentada pelo Conselho Universitário (Consuni), por meio da Resolução nº 07, de 20 de abril de 2007¹, que toma como objeto a realidade do trabalho de assistentes sociais com a participação de estudantes.

Assim, a Resolução dispõe no Art. 3º:

O Programa de Moradia Estudantil tem como princípios: I – a concepção do Programa como espaço político-pedagógico, no qual as condições de vida dos estudantes e suas famílias e, nelas a de moradia, constituem-se seu objeto, demarcando um contraponto ao modelo tradicional de alojamento; II – o compromisso com a democratização das ações da Universidade, a defesa dos valores e respeito ao bem público e comum, às decisões coletiva, à igualdades e à liberdade; III – a participação real dos estudantes no Programa de Moradia Estudantil e seu projetos sócio-políticos e culturais como espaço de ações educativas e respeito às suas instâncias de organização e deliberação (Encontro Nacional de Casas de Estudantes – ENCE), Encontro Regional de Casa de Estudantes Universitários no Centro Oeste – ERECEU, Encontros Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários – EGOMCEU, Assembleias, Conselhos de Representantes, Coordenação da Associação de Moradores da Casa de Estudantes, Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE e Secretaria Estadual de Casas de Estudantes – SECE/GO. (UFG, 2007, p. 1-2)

A Resolução nº 07/2007 expressa uma síntese do trabalho de assistentes sociais da Coordenação de Serviço Social no decorrer de dezessete anos, com uma fundamentação teórico-metodológica na tradição marxista, ou seja, que considera a instituição como espaço contraditório, como já mencionado, evidenciando as possibilidades para o trabalho comprometido com os interesses e necessidades dos usuários. A proposta de Resolução, elaborada pelos próprios assistentes sociais da CSS/Procom, antes de ser encaminhada para apreciação do Consuni, foi amplamente discutida com os estudantes moradores. Contém a normatização (direitos e deveres de moradores) desse projeto de permanência¹ para estudantes oriundos de famílias de baixa renda, com procedência de cidades fora da Região Metropolitana de Goiânia e de outros estados da Federação ou países.

Evidenciou-se, também, que as alterações no trabalho se orientam pelo compromisso com o atendimento das necessidades humanas dos estudantes e pelos elementos postos na dinâmica da ação profissional. Assim, a partir de 2009¹, por força da Resolução Consuni nº 18/2009, o processo de entrada de estudantes passou a ser por meio de encaminhamentos da Coordenação de Serviço Social, mudança que contribuiu para o aprofundamento do estudo da realidade social. No segundo semestre de 2009 ocorreu a última identificação de moradores pelo

processo de discussão coletiva de candidatos, moradores e assistentes sociais. Esse processo passou a apresentar distorções, pois, se de um lado, assegurava ao usuário, real detentor da vaga, reconhecer a existência de estudantes com maior necessidade que a sua, de outro, permitia ao coletivo indicar um estudante cuja família possuísse condições financeiras para mantê-lo na cidade, dentre outras. Registrou-se ainda, a resistência por parte de moradores, sobretudo da coordenação das Casas, em cumprir o disposto na Resolução Consuni nº 18/2009, que restringia o atendimento da Moradia Estudantil aos estudantes da UFG. Tanto a CEU I quanto a CEU III continuaram recebendo estudantes após a edição dessa Resolução.

As Resoluções do Consuni de 2007 e 2009, assim como os editais de abertura de vagas para moradia, normatizam a Moradia Estudantil da UFG. São atos administrativos que norteiam e demarcam princípios do trabalho, porém, sob hipótese alguma podem engessá-lo. Projetos sociais como o da Moradia Estudantil, socialmente referenciado, não podem estar submetidos a ferro e fogo pelas resoluções. A dinamicidade da realidade requer a atualização constante dessas normas, o que nem sempre é possível de ser feito a curto prazo, pois não há alteração que prescindia de diálogos e aprendizados entre um ato administrativo, pois não é este que indica (ou limita) a necessidade. Entre um momento e outro de fixação de regras, passa-se por um processo educativo que requer flexibilização e adequação às normas institucionais, até que a regra, amadurecida em conjunto, se legitime. Não são poucos os confrontos de unidades com a administração superior da Universidade pela postura política adotada por uma equipe; essa forma de pensar a realidade e as relações com as coisas instituídas, longe de ser consensual, produz conflitos e angaria adversários.

Verificou-se o enfraquecimento do trabalho de assistentes sociais nas moradias estudantis, iniciado em 2006¹, perdura até o primeiro semestre de 2009, com a recomposição da equipe, que contou com o retorno de profissionais que atuavam desde o primeiro momento do trabalho e que haviam se ausentado para qualificação. Durante esse período não se encontraram documentos sobre a atuação da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes (Sece-GO).

Em um terceiro momento do trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil, houve a construção da quarta Casa de Estudantes da UFG, a CEU V, um compromisso de campanha do reitor professor Edward Madureira. A CEU V foi construída, conforme já visto, entre o fim de 2009 e início da 2010, em área localizada no Campus Samambaia/Campus II, com capacidade para 150 moradores.

A construção da CEU V, todavia, não recebeu o mesmo tratamento dado pela equipe de arquitetos que construiu a CEU III. Vale dizer, o projeto arquitetônico não foi discutido com as assistentes sociais que trabalhavam com os estudantes da Moradia Estudantil nem mesmo com os próprios estudantes. No entanto, a demanda pela nova Casa havia sido registrada na Coordenação de Serviço Social, onde, semanalmente, assistentes sociais e estudantes discutiam as concepções de Moradia Estudantil e as diretrizes para o funcionamento da futura casa, que deveria ser ocupada no início de 2010. Todavia, a empresa construtora não cumpriu o prazo acordado, e um número considerável de estudantes, que necessitavam de moradia e estavam mal acomodados nas duas casas do Campus I, na condição de hóspedes, não foi atendido. Esses estudantes se organizaram e ocuparam a CEU V, no dia 26 de maio de 2010, mesmo sem a sua entrega oficial, conforme mencionado anteriormente.

A deliberação dos estudantes de ocupar a CEU V era do conhecimento dos/das assistentes sociais, que decidiram não interferir nessa decisão. Esse posicionamento dos/das assistentes sociais trouxe como consequência uma represália velada da administração da Universidade, que tinha a expectativa de que a CEU V fosse entregue completamente finalizada e de que seria conduzida de maneira diferente das demais, tendo em vista que seria ocupada por uma geração de moradores novos, sem os vícios dos processos desenvolvidos nas outras Casas. Esse fato indica que a administração superior da UFG desconhecia que os moradores das Casas do Campus I que estudavam no Campus II seriam transferidos para a CEU V e que também tinham um perfil questionador, pela própria faixa etária, tendendo ao confronto com as autoridades constituídas.

As/os assistentes sociais, convictas/os do projeto que defendiam, e pelo próprio vínculo construído com os estudantes no trabalho anterior à ocupação, continuam a acompanhar a Casa IV¹, em suas organizações internas. O Seminário de Entrada/identificação de novos moradores foi suprimido, com algumas alterações na forma de realizá-la, inclusive, no encaminhamento dos interessados para as Casas de Estudantes. A Coordenação de Serviço Social da UFG mantinha suas reuniões regulares nas terças-feiras, como estratégia para garantir o trabalho coletivo, a transparência no processo e a troca de experiências entre quem está chegando e quem já mora nas Casas.

Tal como ocorria em períodos anteriores, o contato de moradores e interessados em moradia estudantil já acontecia, e permanece assim até hoje,

desde o período da inscrição. A diferença, naquele momento, é que os estudantes que solicitavam moradia estudantil deveriam participar das reuniões ordinárias realizadas na CSS/Procom, nas tardes de terça-feira. Nessa troca de experiências, vinham à tona todas as dificuldades vivenciadas nas Casas, em decorrência da precarização das condições físicas da moradia e dos conflitos advindo da experiência de morar coletivamente na condição de usuários da política de assistência social, e, portanto, na condição de cidadãos..

O processo de acompanhamento dos moradores, depois da ocupação das vagas, tem sido proposto para ser executado de forma compartilhada entre assistentes sociais e coordenações das Casas. Esse é um processo ainda em construção, e pode-se apresentar, em termos de síntese do trabalho dos/das assistentes sociais do Programa de Moradia Estudantil da UFG, o desenvolvimento das seguintes atividades:

1) realização/recepção de inscrições - ao longo de todo o ano letivo é feito o mapeamento/controle das vagas existentes, de forma a manter atualizado o mapa de vagas;

2) estudo da realidade social dos estudantes e suas famílias - realizado com base nos dados e documentos anexados às fichas de inscrição, podendo desdobrar-se em visitas domiciliares a famílias residentes no interior do estado, ou mesmo a parentes que residam em Goiânia.

2.1. Com vistas a identificar os usuários da política de assistência social;

2.2. com vistas à construção de uma base de dados/conhecimento coletivo da demanda/ arquivo / fonte de pesquisas futuras;

3) reuniões ordinárias, todas as terças-feiras à tarde, para abordagem coletiva da demanda, para

3.1. conhecimento continuado da realidade social de estudantes e suas famílias, no processo coletivo em que todos expõem suas realidades, tanto os não moradores quanto os moradores, de forma a irem se explicitando os indicadores de necessidades sociais pelos quais os encaminhamentos são feitos;

3.2. interação entre não moradores e moradores veteranos: relevante o processo de compartilhamento das experiências vividas na moradia com aqueles que estão chegando, o que favorece – por esse meio – um primeiro aprendizado para o futuro morador;

4) realização de reuniões nas Casas de Estudantes e participação em assembleias organizadas pelos próprios moradores;

5) emissão de encaminhamento impresso dos estudantes que vão ocupar as vagas às coordenações das Casas, com indicação dos números dos quartos; ao mesmo tempo, busca-se comunicar os encaminhamentos aos moradores dos quartos para os quais se encaminham novos moradores;

6) manutenção atualizada, nos arquivos, do estudo da realidade social dos estudantes moradores e suas famílias e de ex-moradores, por meio dos registros nas fichas individuais das abordagens individuais e coletivas;

6.1. fonte de dados para pesquisas documentais; elaboração de perfil de estudantes / demanda;

6.2. registro do acompanhamento continuado do estudo da realidade social dos estudantes/familiares, do desempenho acadêmico/experiências dos estudantes na Moradia e das suas condições materiais de vida (socioeconômicas e culturais), determinadas historicamente, pelas condições objetivas e subjetivas;

7) acompanhamento das necessidades sociais dos estudantes moradores em situações que demandem encaminhamentos para outros serviços da Procom e outros órgãos da UFG (contato com programa de saúde mental da UFG – Programa Saudavelmente, serviço odontológico, Serviço de Nutrição, dentre outros), podendo se desdobrar também em contatos as Unidades de Ensino, atentando-se para a interface entre a política de assistência social e a educação superior pública; ainda, para o Sistema Único de Saúde e outras áreas afins;

8) elaboração de minutas de Editais, Resoluções, Portarias, etc. referentes ao trabalho com as Casas de Estudantes; registro de reuniões ordinárias e extraordinárias desse Projeto;

9) supervisão profissional de Estágio Curricular Obrigatório, desde os anos de 1991, com movimentação diária de estudantes do Curso de Serviço Social da PUC-GO e UFG, incluindo vagas para o Estágio Não Curricular Obrigatório vinculado à Pró-Reitoria de Graduação/Estágio da UFG;

10) realização/participação de profissionais mestrandos e estudantes estagiários em projetos de pesquisa sobre assuntos pertinentes ao Projeto de

Moradia Estudantil; nesses anos, voltaram-se, principalmente, para a problemática da evasão na Universidade, objeto que incentivou as últimas pesquisas e elaboração de monografias;

11) participação em reuniões, fóruns e eventos no interior da Universidade, e fora; dentre outros.

O estudo mostrou que, depois de 2009, a forma de fazer/pensar/fazer no Projeto Moradia Estudantil (bem como nos demais projetos na Coordenação de Serviço Social), em constante autocrítica, se altera, devido ao dinâmico movimento da realidade social – o movimento do real –, sem abrir mão dos princípios norteadores do Serviço Social crítico. Inspirado na tradição marxista gramsciana, o trabalho de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social, em face de determinações históricas adversas – a ofensiva neoliberal e sua destrutividade –, centra-se no estudo das necessidades sociais dos estudantes, na busca da sua participação real, na construção da transparência das ações e na deliberação coletiva sobre as questões postas com vistas ao processo político educativo vivenciado, de modo compartilhado, com os estudantes na condução desse trabalho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil materializa-se na política de assistência social na UFG, que tem dado ênfase no atendimento às necessidades humanas de estudantes moradores das Casas de Estudantes da instituição, no fortalecimento de sua organização e no protagonismo dos discentes na defesa e na efetivação de seus direitos no processo de uma construção coletiva. O trabalho de assistentes sociais no período de 1990 a 2014, recorte temporal deste estudo, teve avanços e recuos na busca pela superação do conservadorismo no Serviço Social.

No plano externo, a década de 1970 registra mudanças estruturais na ordem econômica mundial, com a “chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, cominando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p. 10). De acordo com o autor, as ideias do neoliberalismo são retomadas e ganham força, pois, segundo Hayek e seus seguidores, as raízes da crise estavam o poder excessivo dos sindicatos, que ruíra as bases da acumulação capitalista. Nessa década o neoliberalismo foi implantado nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, para atender aos ditames de um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. A adesão brasileira vai ocorrer somente em 1990.

Do ponto de vista de sua complexidade interna, as determinações relativas ao desenvolvimento do trabalho de assistentes sociais em uma Instituição de Ensino Superior, no caso a UFG/Procom/Coordenação de Serviço Social, destaca-se a importância do reitorado do professor Ricardo Freua Bufáical (1990-1993). Alinhado com o pensamento de esquerda, seu reitorado pautou-se pelo respeito ao trabalho profissional e à garantia da participação de estudantes e trabalhadores no processo de construção de uma universidade³² pública, gratuita e de qualidade³³. A construção da primeira Casa de Estudantes Universitários III (CEU III), da UFG, no período em

³² Esse aspecto de postura democrática e coerente quanto às promessas de campanhas é um dado verificável nos documentos dos arquivos da Procom, ou seja, acontecimentos relativos ao trabalho na Coordenação de Serviço Social nessa pró-reitoria.

³³ A administração do professor Ricardo Bufáical foi pautada pela fidelidade aos compromissos assumidos com a comunidade universitária ainda como candidato a reitor, feitos que puderam ser constatados em pesquisa documental.

que não existia dotação orçamentária para a assistência social, constituiu-se em um ganho quanto à ampliação de vagas, mas também foi um ganho político, por se tratar de um projeto construído de forma participativa e democrática, compondo a história da democratização da própria Universidade como instituição pública.

Destaca-se, também, nesse processo, o compromisso³⁴ do então Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Acadêmica, professor Ary Monteiro do Espírito Santo, que assumiu posições em defesa do fortalecimento da organização política dos segmentos da comunidade universitária, sobretudo, estudantes, contribuindo para a busca da ampliação dos direitos sociais. Registra-se a constatação de sua participação e seu apoio irrestrito, como fatores que contribuíram para o avanço da direção política no trabalho profissional de assistentes sociais na Coordenação de Serviço Social/Procom voltado aos trabalhadores e estudantes.

Os determinantes externos dizem respeito à forma como a política social se desenvolve no Brasil – em políticas sociais fragmentadas, setorializadas e tipificadas, subordinadas à política econômica –, tendo por base uma concepção de *Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital* (NETTO, 2012). Essa condição foi agravada na ambiência de 1990, em ofensiva neoliberal que desencadeia o reordenamento do capital em escala mundial. Os anos que se seguem à promulgação da Constituição Cidadã (1988) registram importantes avanços na política social com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); a instauração do processo de *Renovação do Serviço Social*, como denomina Netto (1991), como parte do Movimento de Renovação do Serviço Social na América Latina, que instituiu instrumentos normativos; e a construção do projeto ético-político da categoria, expresso na Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social, no Código de Ética do Serviço Social (1993) e nas Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Serviço Social.

Todos esses acontecimentos históricos concorrem para fortalecer o segmento crítico no interior da categoria de assistentes sociais, alinhado a um projeto político

³⁴ Esse compromisso ainda se expressa pelo número de eventos de que o pró-reitor referenciado participou e/ou viabilizou para que outros participassem. Entre a assunção da Coordenação do FONAPRACE/1992; o empenho na publicação editorial e gráfica dos Relatórios de Atividades da Pró-Reitoria; o empenho na busca das informações neles contidas, nem todas no âmbito da Procom, tais como o número de estudantes matriculados e de trancamentos; a impressão, pela Gráfica da UFG (Cegraf) dos Relatórios anuais dos trabalhos elaborados pela Pró-Reitoria. Esses documentos, além de se caracterizarem pelos princípios éticos da transparência e da prática de prestação de contas para a comunidade universitária, constituíram-se em cuidadoso registro histórico, que permite hoje o conhecimento e a análise desses dados.

comprometido com a emancipação humana, transpondo os limites das “demandas que transcendam o horizonte da ordem do capital” (NETTO, 1996, p. 128). Esse era o perfil de parte dos profissionais que, naquele contexto, constituíam a equipe de assistentes sociais da CSS/Procom/UFG, interferindo de forma decisiva no seu processo de profissionalização e no desenvolvimento do projeto de Moradia Estudantil que se iniciava na instituição.

Se, de um lado o projeto profissional avança em direção política progressista, de outro, tem-se a contradição: contradição deriva outra: a política de assistência social, proclamada como direito dos necessitados, é, antes disso, mecanismo de controle social e de reprodução do capital. Na CSS/UFG, de acordo com o estudo realizado, os profissionais buscavam romper com o mito de que o Serviço Social é profissão e que os assistentes sociais não são "pessoas caridosas ou boazinhas" que têm como tarefa viabilizar auxílios de qualquer natureza. No campo do direito e, sobretudo, da luta social, não cabe a palavra auxílio.

Os/as assistentes sociais são trabalhadores/as assalariados/as, inseridos na divisão social e técnica do trabalho, ou seja, trabalhadores que vendem sua força de trabalho a quem os emprega. A formação técnica especializada do/a assistente social tem estatuto legal e ético, que lhe confere autonomia teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. É signatário de um projeto ético-político, definido por pilares a Lei (8.662/1993) que regulamenta a profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares (1996).

Sobre as exigências postas para o Serviço Social na UFG, desde sua estruturação em 1986 e, sobretudo, no recorte de tempo desta pesquisa, o que se constata é a demanda crescente de estudos sobre a realidade social de estudantes a serem inseridos nos programas e projetos de assistência social³⁵. Verificou-se que o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da UFG sofre uma intensificação a partir de 2002, pelo processo, então em curso, de expansão da Educação Superior no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, e com a criação do Plano de Reestruturação (Reuni) em 2006 e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) entre 2007 e 2010.

Os indicadores da perspectiva crítica do trabalho da assistência social da UFG no projeto de Moradia Estudantil expressam-se nos fundamentos históricos,

³⁵ Requisição posta, conforme consta do item 3.2, desde a entrada do assistente social no setor, em 1986.

teóricos e metodológicos de como as atividades são propostas e desenvolvidas, e nas formas de acolhimento da demanda, ou seja, na concretização das reivindicações estudantis. O trabalho não se funda em uma concepção, pensada aprioristicamente, das condições ideais de funcionamento e pressupondo pessoas com comportamentos ideais. Para esses/essas profissionais, as condições ideais só existem na ideação, e o trabalho deve ser pensado a partir de condições reais, pois as demandas eram postas todos os dias pela realidade de vida dos estudantes (e de suas famílias) que buscavam a Moradia Estudantil e dela participavam.

Constatou-se que cada uma das Casas de Estudantes de Goiânia tem sua história particular, uma origem diferente, e que, juntas, compõem uma história comum, a do Movimento Estudantil/ Movimento de Casas de Estudantes e a da história da Universidade pública. O nome de cada Casa expressa sua identidade particularizada, mas, ao mesmo tempo, põe cada uma delas ao lado da outra, em uma unidade expressa pelo próprio nome de “casa”: CEU I, CEU II, CEU III CEU IV e CEU V indicam a sequência histórica da conquista de cada uma delas, conforme mostrado no Capítulo III.

Foi possível identificar a concepção de Moradia Estudantil que fundamenta o trabalho de assistentes sociais: Casas de Estudantes são equipamentos sociais que compõem, ao mesmo tempo, a estrutura da política de Educação Superior no Brasil e a estrutura da política de Assistência Social, ambas em processo de construção continuada, como parte das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Esse entendimento está presente na trajetória desses/dessas assistentes sociais da UFG, e por isso é importante compreender como a estrutura em que as políticas sociais se organizam interfere nas formas de conduzir o trabalho profissional naquele espaço, embora a forma de conduzir não determine, por si só, o resultado do trabalho.

Em meados de 2014, tomando-se como base os registros das reuniões ordinárias da Moradia Estudantil – que contavam com um número pouco expressivo de estudantes moradores, em relação ao contingente total –, pode-se afirmar que, em geral, os estudantes expressavam uma relação de negação e, algumas vezes, de conveniência com a Universidade, construindo dois poderes que se embatiam. A Moradia Estudantil, em um processo de atrofia da organização conquistada, foi aos poucos reduzindo-se a um alojamento, no qual prevalece o individualismo, e cujos moradores, de modo geral, estavam pouco afeitos a discutir as relações internas da

Casa e, menos ainda, as relações das Casas entre si e com a Universidade e a sua organização política.

A instituição, por sua vez, tinha em seu interior, de um lado, a ideia de que administrar a Moradia Estudantil é muito difícil e, de outro, uma forte tendência a optar pela concessão de uma bolsa moradia, em espécie, em uma clara desresponsabilização com um equipamento social, por exemplo, o Restaurante Universitário, que foi terceirizado em 2004, e a monetarização da política de assistência.

As Casas de Estudantes Universitários têm sua gênese nos movimentos sociais, ou seja, nasceram por iniciativa de estudantes/entidades estudantis. Isso se constata tanto na reconstituição da história das Casas de Estudantes de Goiânia como no cenário nacional. Essas Moradias Estudantis construídas pelas entidades estudantis foram apropriadas pelo Estado brasileiro, no período da ditadura militar. Mais tarde, no bojo da redemocratização da sociedade, e, por consequência, das universidades brasileiras, iniciou-se um processo de devolução do patrimônio físico para as entidades estudantis, ou a indenização destas. No caso da UFG, o processo de devolução tramitou por alguns anos, e só não se efetivou pela recusa da UEE de receber, a título de indenização, a Casa de Estudantes Universitários I – CEU I (Anexo 4). Os estudantes entendiam que tal devolução era uma tentativa do governo federal de se desobrigar da manutenção do prédio e da própria moradia.

De acordo com Martins (2015), a Casa de Estudantes Universitários I (CEU I) foi incorporada ao patrimônio da UFG pelos militares, quando do fechamento da UNE. Todo patrimônio estudantil, nessa época, foi incorporado às universidades federais. Em momento posterior, por volta de 1985, os estudantes, representados pela UNE, conseguiram resgatar seu patrimônio. Assim, as Universidades, dentre elas a UFG, tiveram de devolvê-lo às entidades representativas dos estudantes, UNE, UEEs. No entanto, no caso da UFG, não haviam sido construídos prédios, dentre eles o da Procom. Essa realidade trouxe a necessidade de uma negociação entre a Universidade e os estudantes, em que se propunha a devolução da CEU I.

A posição da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica, em 1991, era resguardar o patrimônio e a luta de estudantes, pois a casa havia sido construída pela UEE. O processo tramitou durante aproximadamente 15 anos, passando pelos conselhos superiores da UFG, pelo MEC e pela presidência da República, até 2009, quando os estudantes moradores decidiram pela não aceitação da devolução da

CEU I para a UEE. Os estudantes acamparam no prédio da UEE, reivindicando que a entidade não recebesse a Casa em troca do patrimônio³⁶, sob o argumento de que a entidade estudantil não teria condições de mantê-la. Mesmo após discussões realizadas na Coordenação de Serviço Social com os moradores, destacando o respeito à luta dos estudantes na época, o grupo não cedeu. A UEE acatou a decisão dos estudantes moradores e o processo de devolução foi suspenso. Hoje a casa é mantida como patrimônio da UFG, como ocorrera desde o fechamento da UNE em 1964.

A partir do momento em que, durante a ditadura, o Estado se apropria do patrimônio estudantil, as Casas de Estudantes passam à condição de equipamentos sociais, e desse momento em diante é que a Universidade/Estado passa a assumir a construção dessas moradias. Mas os estudantes nunca deixaram de lutar e expressar suas necessidades, seja pela melhoria das condições das Casas já existentes, seja pela ampliação do número de vagas e construção de novos prédios.

Um aspecto relevante do trabalho de assistentes sociais da CSS/Procom/UFG foi o de não trabalhar com a concepção de Casas de Estudantes como alojamentos¹ administrados por funcionários da universidade, que a tudo controlam, e nos quais os estudantes têm a experiência de morar, em uma relação de tutelados pela instituição. O projeto de Moradia Estudantil da UFG, ora investigado, não legitima essa concepção, considerando-a prejudicial aos estudantes, algo que mutila sua autonomia de pensamento e de tomada de decisões e inviabiliza as possibilidades de formação política.

A postura ético-política dos assistentes sociais é posta à prova nos momentos de confronto dos estudantes com a instituição, como nos episódios de ocupação das CEU IV e CEU V, conforme descritos no Capítulo III. Pelo que se depreende dos documentos analisados, o pensamento que orientou os/as assistentes sociais durante esses acontecimentos foi o de que a necessidade dos usuários é que demarca o que deve ser legitimado e a decisão institucional a se tomar. A ação política dos estudantes, como um dado imprevisto, que extrapola todo planejamento, é captado como legítimo e tem efeito redimensionador do trabalho, já que – e ali o princípio do compromisso com as necessidades do trabalhador é reafirmado – a realidade põe a necessidade, e a necessidade não pode esperar. A mobilização é

³⁶ Refere-se neste ponto ao patrimônio físico e até mesmo político que foi apropriado pelo governo dos militares.

uma forma de o estudante resistir na cidade antes de desistir do curso e voltar para sua cidade de origem.

O compromisso com a qualidade dos serviços prestados passa pela ruptura da rigidez de regras institucionais autoritárias, assim como pelo envolvimento de usuários da política no planejamento, desenvolvimento e na avaliação do trabalho proposto. O aspecto educativo ganha centralidade, à medida que a crítica ao processo de assistencialização das políticas sociais é feita, de forma coletiva, no trabalho direto com os estudantes na Moradia Estudantil, e em outras instâncias no interior da Universidade. Esse caráter educativo das decisões explicita-se, com frequência, no confronto dos projetos societários com o aspecto político presente nos projetos que se querem meramente técnicos, denunciando a carga ideológica das decisões institucionais que se apresentam neutras.

Conclui-se ainda que, no início do trabalho dos/das assistentes sociais da CSS/Procom, a construção da CEU III problematiza as Casas I e II já existentes, enquanto a construção da CEU V, 15 anos depois, põe em questão a CEU III. Assim é que a experiência se faz práxis: a valorização da experiência como fonte de aprendizado coletivo é a efetivação real de Casas de Estudantes Universitários como espaço de educação. O fruto histórico: das formas de atendimento às necessidades de estudantes pelos/pelas assistentes sociais da CSS/Procom resultou a contribuição do trabalho profissional no processo de construção e/ conquista de novas moradias.

Constata-se, no caso do trabalho de assistentes sociais da CSS/Procom/UFG, a marca da relação entre o projeto profissional e o projeto societário comprometido com uma ordem social, e pela emancipação humana, à medida que formula e desenvolve projetos que viabilizam o acesso dos estudantes a seus direitos.

O fortalecimento do Movimento de Luta por Moradia Estudantil, principalmente em âmbito nacional, pressiona o fundo público e põe em questão o financiamento da política de assistência social como política de seguridade social. Esse é um aspecto que incide sobre o trabalho profissional do/da assistente social e que, em nível local, ainda não foi encampado pela equipe da CSS. Não se encontraram registros sobre o envolvimento dos profissionais no nível do planejamento dos recursos do orçamento PNAES, e o acompanhamento de sua aplicação ocorre somente no plano das informações gerais sobre os valores

destinados pelo programa, não havendo informações sobre a montante de recursos disponíveis e os critérios de distribuição no interior da UFG, dados imprescindíveis para um trabalho socialmente referenciado, como esse que se pesquisou.

Sobre a equivocada denominação “assistência estudantil” dada à política de Assistência Social, conclui-se que essa distinção está fundada em um erro e, no seu extremo, leva a outro: a concepção estigmatizadora de assistência social como uma política voltada para atender a situações de extrema pobreza. A denominação “assistência estudantil”, além de configurar-se como uma linguagem induzida pela legislação, expressa as tendências, no interior das universidades, de diferenciar o contingente de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, dos usuários da assistência social, os miseráveis para quem se voltam os mínimos sociais³⁷.

Outra conclusão da presente investigação é que a razão desse equívoco está na perda da processualidade histórica de legitimação da assistência social como política social pública, veiculadora de direitos, voltada para o atendimento das necessidades humana dos trabalhadores. Trata-se da concepção de assistência como política processante ou auxiliar das outras políticas, que se ocuparia, em cada política social, do segmento de classe mais empobrecido. Nesse modo de ver, afirma Sposati (2011, p. 34):

A Assistência Social (...) funcionaria como um acesso secundário (e precarizado) para obter remédios, material escolar, transporte, entre várias outras alternativas, para o/a usuário/a de outras políticas sociais que não têm capacidade de adquiri-los no mercado.

Assim, conforme pontuam Lima e Moraes (2013), “as implicações da formulação de uma política de assistência estudantil tensionada pelos fundamentos e diretrizes da Política de Assistência Social, que possui critérios focalistas e seletivos” (p. 6). Essa concepção de política assistencial foi também problematizada por Sposati (2011), que a reduz a uma política que atua em riscos e vulnerabilidade, e que, assim concebida, não pode ampliar sua atenção sem configurar a privatização das demais políticas. Conforme a autora, a assistência social,

ao processar seletividade da demanda, os mais precarizados, pressiona sua inclusão nas demais políticas sociais ou, dito de outro modo, teria o efeito de direcionar as demais políticas sociais para os segmentos de classe que estão submetidos a situações de risco e vulnerabilidade. (...) a Assistência

³⁷ Essa não é a concepção que norteia o trabalho de assistentes sociais na CSS/Procom/UFG.

Social puxaria as políticas sociais para a objetivação de condições reais de demandas e, com isto, facilitaria a inclusão de novos segmentos. Isto é interpretado como reducionismo, focalização e não como ampliação da atenção. (SPOSATI, 2011, p. 33)

O argumento de Sposati é *perversamente interessante*, já que o que se questiona não é a exclusão, e sim a inclusão dos mais vulneráveis. É preciso lembrar, como pontua a autora, que

o pobre, a pobreza e o pauperismo - são expressões da exploração, da concentração de riqueza, da não distribuição da riqueza bruta ou relativa. É falacioso que sejam tomados como objeto de uma política social a menos que se queira dar a falsa ideia/conceito de que pobre e pobreza se erradica com política social. (SPOSATI, 2011, p. 42)

É no mínimo ingênua a crença de que diferenciar assistência estudantil da assistência social levaria à ruptura dos aspectos da seletividade, pontualidade e precariedade dessa última, e, conseqüentemente, representaria condição para a ampliação e efetivação de direitos sociais dos segmentos estudantis nas universidades. A menos que se esteja, é claro, na posição de diluição dos projetos de classes sociais, e que a defesa de uma suposta “assistência estudantil” se configure como um desses “consensos de classes” (MOTA, 2007). A luta por direitos, trabalho e democracia não pode reafirmar a fragmentação no atendimento assistencial, sob pena de se estar fragmentando a luta mesma.

Conclui-se também que o conservadorismo historicamente presente no Serviço Social não é superado em sentido pleno no trabalho de assistentes sociais da Coordenação de Serviço Social da UFG nos anos demarcados nessa pesquisa (1990-2014), porque a sociedade é conservadora e a universidade o reproduz. Como afirma José Paulo Netto (1991), a superação do conservantismo na profissão é feita de avanços e permanências.

São reais os limites das políticas sociais nesta ordem societária em que se assiste ao desmonte das políticas sociais de cunho universalista, em que os sistemas educacionais dos países periféricos são redefinidos sob a lógica do mercado, no bojo de ajustes estruturais de organismos financeiros internacionais, em que a autonomia das IFES vai sendo posta como autonomia financeira, de menor responsabilização do Estado no destino institucional (LEHER, 1998). Mesmo que o assistente social leve em conta as necessidades sociais dos usuários da política de assistência social, e que o trabalho esteja alinhado ao projeto profissional

hegemônico do Serviço Social, em última análise, há limites institucionais de múltiplas determinações.

Sem desconsiderar esses limites, a perspectiva que norteia o trabalho da equipe de assistentes sociais da CSS/Procom/UFG é a construção da hegemonia de classe como estratégia de construção de outra ordem social. Para tanto, a estratégia é a defesa intransigente dos direitos dos usuários das políticas de assistência social e a defesa da “democracia como valor universal”, conforme formulado por Coutinho (1977):

As instituições democráticas devem ser conservadas e plenamente realizadas; (...) tanto na fase de transição, quanto no socialismo plenamente realizado, continuarão a existir interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas; e isso porque (...) o processo de extinção das classes faz certamente com que a sociedade tenda à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização. (...) é fundamental que tais interesses divergentes encontrem uma forma de representação política adequada. (...) para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade”. (p. 36-37)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luiz Felipe. Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de jovens brasileiros. **Brasil de Fato**. São Paulo, 11/07/2005. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40983/grandes+grupos+economicos+estao+ditando+a+formacao+de+jovens+brasileiros+diz+novo+reitor+da+ufrj.shtml>> Acesso em: 20 mai 2015

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANTUNES, Ricardo. Introdução. A substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis**. 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **A EMOP, seus ex-alunos e suas moradias: elementos para a construção de uma tradição (1930-1950)**. Monografia. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Pedro (UFOP). Mariana, MG, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social: Alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra O. **SER Social 12**. Imprecisão conceitual e pulverização dos recursos federais na função assistência social. Brasília, p. 115-143, jan./jun. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília, 1964.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (LOAS). Brasília, 1993.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui os Institutos Federais de Educação Superior Básica e Profissional e Tecnológica. Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos/ Acesso em 05/09/2015.

CEFESS. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação.** Brasília, junho de 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

CHAUÍ, Marilena. A universidade hoje. In: _____. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Unesp, 2001. p. 175-193.

COELHO, Marilene. **A imediatividade na prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, mar. 1979.

CISLAGHI Juliana Fiúza e SILVA, Mateus Tomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência.** SER Social, Brasília. v. 14, n. 31, p. 489-512, jul/dez. 2012

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Esboço de uma crítica da Economia Política. Trad. Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. Espaço Institucional e espaço profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 1, p. 137-152, set. 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. Paz e Terra: São Paulo, 1979.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis. **Revista comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior (Andifes). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2012.

FREDERICO, Celso; SAMPAIO, Benedicto Arthur. *Marx: Estado*. Sociedade Civil e Horizontes metodológicos na “Crítica da filosofia do Direito. **Revista Novos Rumos**. São Paulo, 1986 Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwj9IbW8_JTGAhVE1YAKHXIFBts&url=http%3A%2F%2Fwww.ifch.unicamp.br%2Fcriticamarxista%2Farquivos_biblioteca%2Fartigo44artigo44CM_1.6.pdf&ei=OnyAVf2QBcSqqwTyipjYDQ&usg=AFQjCNGHKi pWVVG6m0rOIIH61xcqoU9V8g&bvm=bv.96041959,d.eXY/ Acesso em mai 2015.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio**: aval. pol. públ. educ. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405>> Acesso em: dez. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais**, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília: CFESS/ABEPSS - UnB, 1999. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf/>. Acesso 28 mar, 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HEGEL, Georg W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes *et al.* 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes/Bragança Paulista, SP: Editora São Francisco..

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio**. Trad. Paulo Menezes, *et al.* São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2010.

_____. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Victorino. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era dos Impérios**. 1875 – 1914. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 347, Nota 158.

JACOB, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demanda por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

JUC 7. Associação Casa de Estudantes Juventude Universitária Católica Casa 7. **História**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.juc7.com.br/v2/> Acesso em 12 mai. 2015

LEFEBVRE, Henri. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madri: Alianza, 1972.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**. São Paulo, n. 3, p. 19-30, 1998.

_____. Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de jovens brasileiros. **Brasil de Fato**, São Paulo 2015. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40983/grandes+grupos+economicos+estao+ditando+a+for+macao+de+jovens+brasileiros+diz+novo+reitor+da+ufrj.shtml>

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Cegraf, 1988.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Aduff GT de Política Educacional, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf/. Acesso em 08 set. 2015.

LIMA, Gleyce Figueiredo; MORAES, Michele Rodrigues; Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação: Notas para um Debate. In: XIV Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

LIRA, Alexandre Tavares do N. *Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)*. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 36, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao36/materia01>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MACHADO, Alan Oliveira. **Moradia Estudantil** – Parte II. *In*: Casa do Estudante do CE. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casadoestudantedoestudantedoecara/posts/268781426559186>>. Acesso em: 31 maio 2014.

MACHADO, A. **Moradia Estudantil**. Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis – UEG. Goiânia: 2013. Disponível em <<http://www.pre.ueg.br/index.php?/Moradia-Estudantil.html>>. Acesso em 15 fev 2014.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Tradução de M. Reis. Lisboa: Antídoto, 1977.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. Introdução Paul Singer; Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

MARQUES, Maria do Socorro Rodrigues; MARQUES, Sebastião Rodrigues. A Política Nacional de Assistência Estudantil das Universidades sob os Determinantes do Capital. XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

MARTINS, Omari Ludovico. **A organização dos servidores da Universidade Federal de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

_____; SOUSA, Darci Roldão de Carvalho. **Moradia Estudantil: um espaço político-pedagógico**. Goiânia: 1997. [mimeo]

MARX, Karl. **A origem do capital** (A acumulação primitiva). 3 ed. São Paulo: Global, 1977.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Koth. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas)

_____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderles e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo/Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009.(Mundo do Trabalho)

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e seguridade social: uma agenda política recorrente e desafiante. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 126-139, 2007.

NETO, Teodoro. Reflexões sobre o Movimento de Casas de Estudantes e Assistência Estudantil (2008). *In: Histórico do Movimento Estudantil*. Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence). Disponível em: <<http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/historico-do-mce.html>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Cinco notas a propósito da 'questão social'. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001.

_____. **Curso sobre O Método em Marx** na pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Aula 3 DVD1, MP4. Pernambuco, 2002. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g>. Acesso em 22 set, 2014.

_____. **Os três encontros decisivos de Marx em Paris (1844)**. II CONGRESSO MARX em Maio, GEM, 2015.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do anti-valor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. As interfaces da Assistência Social: destaque à relação com a política de transportes. *In: SER Social 12*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 245-258, jan./jun. 2003.

_____. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 116, p. 636-651, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos B.; PACHECO, Regina Sílvia. Reforma do Estado Brasileiro e o Desenvolvimento. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**. Brasília, n. 3, set./out./nov. 2005. Disponível em: <<http://direitodoestado.com/revista/RERE-3-SETEMBRO-2005-BRESSER.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

POCHMANN, Márcio. O mito da tributação elevada no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 14 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1409200808.htm>>. Acesso em: set. 2015.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4 ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS, Heloisa Esser dos; **Universidade Federal de Goiás**: imagens e memórias (1960-1964). Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SANTOS, Lima, Leila. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Em pauta**: teoria social e realidade contemporânea. Cidade, n. 20, p. 163-179, nov. 2007.

SALVADOR. Evilázio. Fundo Público e Políticas Sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/bcabi_000/Documents/FICHAMENTOS%20textos%20mestrado/Evilázio%20Salvador%20_%20Serviço%20Social%20e%20Sociedade-%20previdencia%20e%20fundo%20público.pdf/ Acesso em 04 out 2015.

SILVA, Agnus. Relatório do Encontro da SENCE com as Casas de Goiás. In: UFG/ PROCOM. **Relatório 1991**. Goiânia: Cegraf, 1991. p. 99-103.

SILVA, Maisa Miralva da. **A concepção da Política de Assistência Social e sua efetivação em municípios goianos**: o novo *jargão* e o conservadorismo renitente. Tese (Doutorado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Mirian. **A assistência estudantil no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, 2012. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2012/Disserta%20E7%20E3o_MiriamSilveira.pdf> Acesso em 18 fev 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2. ed., Florianópolis: Ed. UFSC/São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Omari Ludovico; SOUSA, Darci Roldão de Carvalho. **Moradia Estudantil**: um espaço político pedagógico. Goiânia, 1997. [mimeo]

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? **SEMINÁRIO NACIONAL O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS**. Mesa-redonda. Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS%282009%29.pdf/. Acesso em março de 2015.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf/ Acesso em 22 mar 2014.

UFG. Universidade Federal de Goiás. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório, 1990**. Goiânia: Cegraf, 1991.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 1991**. Goiânia: Cegraf, 1992.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 1992**. Goiânia: Cegraf, 1993.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 1993**. Goiânia: Cegraf, 1994.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 1994-1995**. Goiânia: Cegraf, 1996.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 1996**. Goiânia: Cegraf, 1997.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom). **Relatório 2006**. Goiânia: Cegraf, 2007.

UNE. Casa do Estudante Universitário do Brasil. A criação do primeiro Conselho Nacional. *Apesar de Tudo - UNE Revista* - Memorex. DCE Livre “Alexandre Vanuchi Leme”, Universidade de São Paulo. Edições Guaraná. [s.d.]. Disponível em: (site). Acesso em: mar 2014.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**. Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. 29ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Nildo. Os ciclos dos regimes de acumulação. In: **Territorial** - Caderno Eletrônico de Textos, v. 5, n. 7, 20 de agosto de 2015. Disponível em : <http://www.cadernoterritorial.com/news/os-ciclos-dos-regimes-de-acumulacao-nildo-viana/> Acesso em: fev 2015.

Outras Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília, 1964.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (LOAS). Brasília, 1993.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui os Institutos Federais de Educação Superior Básica e Profissional e Tecnológica. Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2007.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. O trabalho do(a) Assistente Social na Universidade pública: a “política de assistência estudantil” da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

CARVALHO, Lanissa Cristina Fernandes de Medeiros; PINHEIRO, Any Kadidja de Melo Tavares. Assistência Estudantil na Universidade Federal do Rio Grande Do Norte/UFRN: desvelando o perfil dos alunos assistidos pelo Programa Bolsa Residência. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

CEFESS. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação.** Brasília, junho de 2011. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

CAVELHEIRO, Josiela Silveira; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de. Programa Nacional De Assistência Estudantil e o Trabalho Do Assistente Social Nos Institutos Federais Gaúchos. In: XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

CISLAGHI Juliana Fiúza e SILVA, Mateus Tomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social**, Brasília. v. 14, n. 31, p. 489-512, jul/dez. 2012.

CYRINO, Ana Beatriz de Souza.; AREQUE, Ingrid Câmara; GRANA, Roberlane Neves. **Política de assistência** estudantil: impactos, desafios e possibilidades postos ao Serviço Social no contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

CONSTANTINO, José Aluquerque; CORNÉLIO, Maria Aparecida S. Ferraz; VIEIRA, Joselya Claudino de A. **Programa de Residência Universitária na Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade de Garanhuns – UFRPE/UAG.** Perfil sócio econômico dos estudantes não selecionados. 14º Congresso Brasileiro de assistentes sociais. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14. 2013, Águas de Lindóia. Anais CD room.

DURAT, Kleber Rodrigo; MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach. A Assistência Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR: perspectivas para análise da atuação dos assistentes sociais na política de Educação. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis. **Revista comemorativa 25 anos:** histórias, memórias e múltiplos olhares. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior (Andifes). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2012.

FREITAS, Patrícia Fernandes de; MEDEIROS, Mayara Cély Paulo da S.; SILVA, Ariadne de Oliveira Rabelo; CRUZ, Keyla de Souza Lima; SOARES, Tereza Gomes Sares. Desafios e perspectivas do Serviço Social na Educação: refletindo sobre a realidade da assistência estudantil no IFCE. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

JUC 7. Associação Casa de Estudantes Juventude Universitária Católica 7. **História**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.juc7.com.br/v2/>

LIMA, Gleyce Figueiredo; MORAES, Michele Rodrigues; Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação: Notas para um Debate. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

MACHADO. Alan Oliveira. **Moradia Estudantil** – Parte II. In: Casa do Estudante do CE. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casadoestudantedoestudantedoceara/posts/268781426559186>>. Acesso em: 31 maio 2014.

MACHADO, A. **Moradia Estudantil**. Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis – UEG. Goiânia: 2013. Disponível em <<http://www.pre.ueg.br/index.php?/Moradia-Estudantil.html>>. Acesso em: 22 mar 2014.

MARQUES, Maria do Socorro Rodrigues; MARQUES, Sebastião Rodrigues. A Política Nacional de Assistência Estudantil das Universidades sob os Determinantes do Capital. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

RISSI, Rita de Cássia Cristino Marques, O desafio da educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo e o trabalho do assistente social. O relato de uma experiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

SILVEIRA, Mirian. **A assistência estudantil no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, 2012. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2012/Disserta%E7%E3o_MiriamSilveira.pdf> Acesso em 5 jul 2014.

TROPALDI, Roberta de Almeida Sorano; VANDERLEY, Selma de Fátima. Política de Assistência Estudantil: Um Estudo sobre os Principais Auxílios, Critérios de Concessão e Manutenção nos Institutos Federais de Educação. XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

VICENAL, Patrícia Régia de Oliveira. Sistematização da Prática do Assistente Social da Educação: atuação e perspectiva no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais...** Águas de Lindóia, MG, 14 a 18 de outubro de 2013. [CD-Rom]

Fonte eletrônica

CHRISTIAN, M. et al. **Casa de Estudantes do Ceará**. Homenagem dos 78 anos. YouTube [Arquivo audiovisual]. Fortaleza: 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TZkl-Ruk8fc> [Assistido em ago 2013]

JUC7.Casa de Estudantes Universitários JUC 7, História. Porto Alegre, 2005. Audiovisual. Disponível em: <http://www.juc7.com.br/v2/>

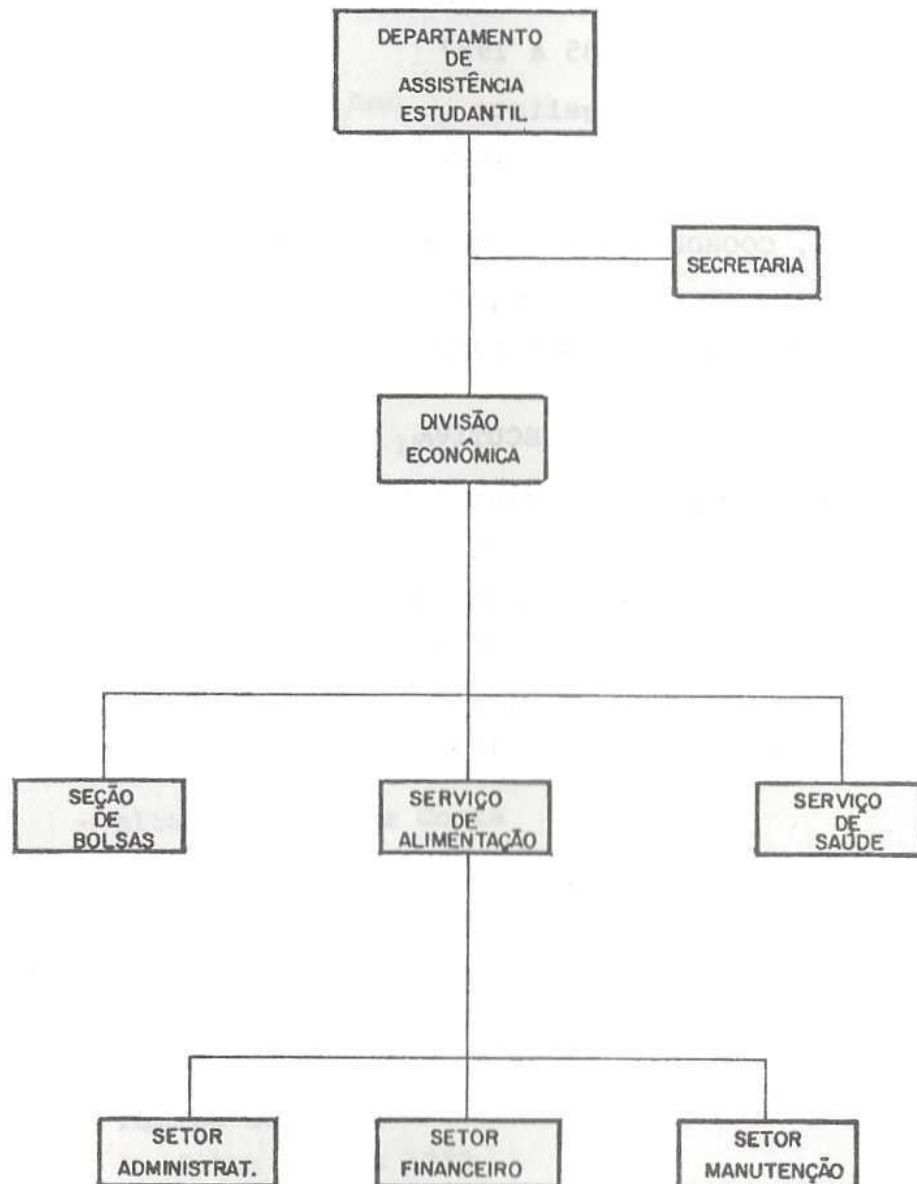
Fonte Oral

MARTINS, Omari Ludovico. **Entrevista** concedida a Beatriz C de Almeida. Goiânia, jan. 2015.

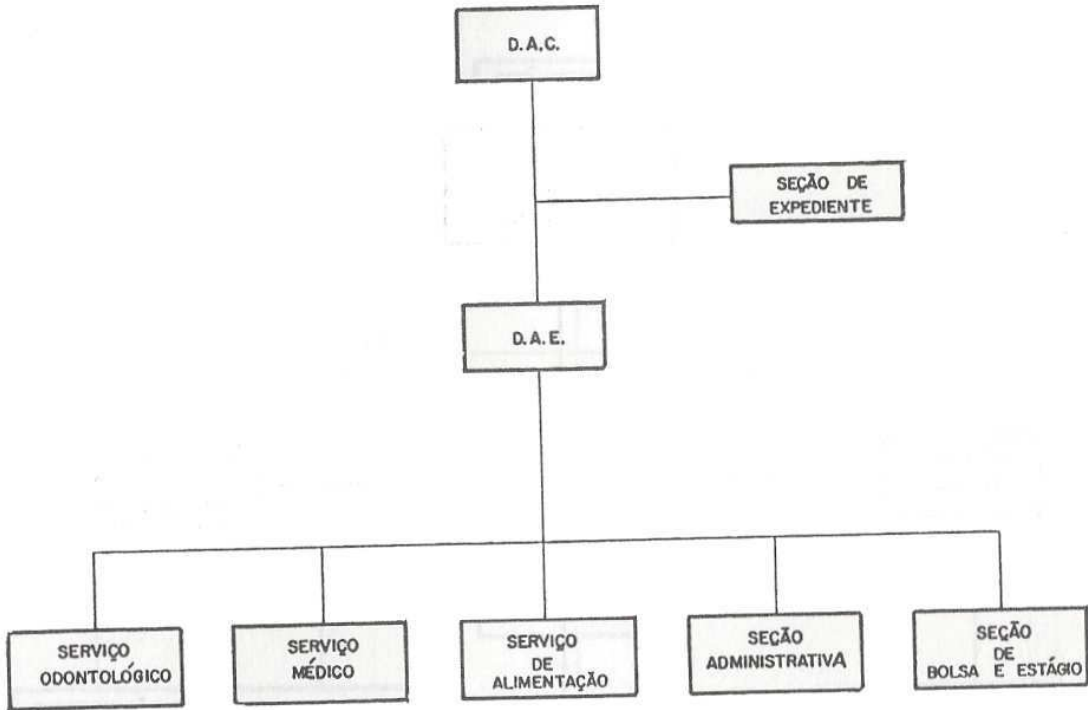
ANEXOS

Anexo 1 - Mudança do organograma 1 para o 2 - o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) passa a Departamento de Atividades Comunitárias (DAC)

ORGANOGRAMA Nº 01



ORGANOGRAMA Nº 02

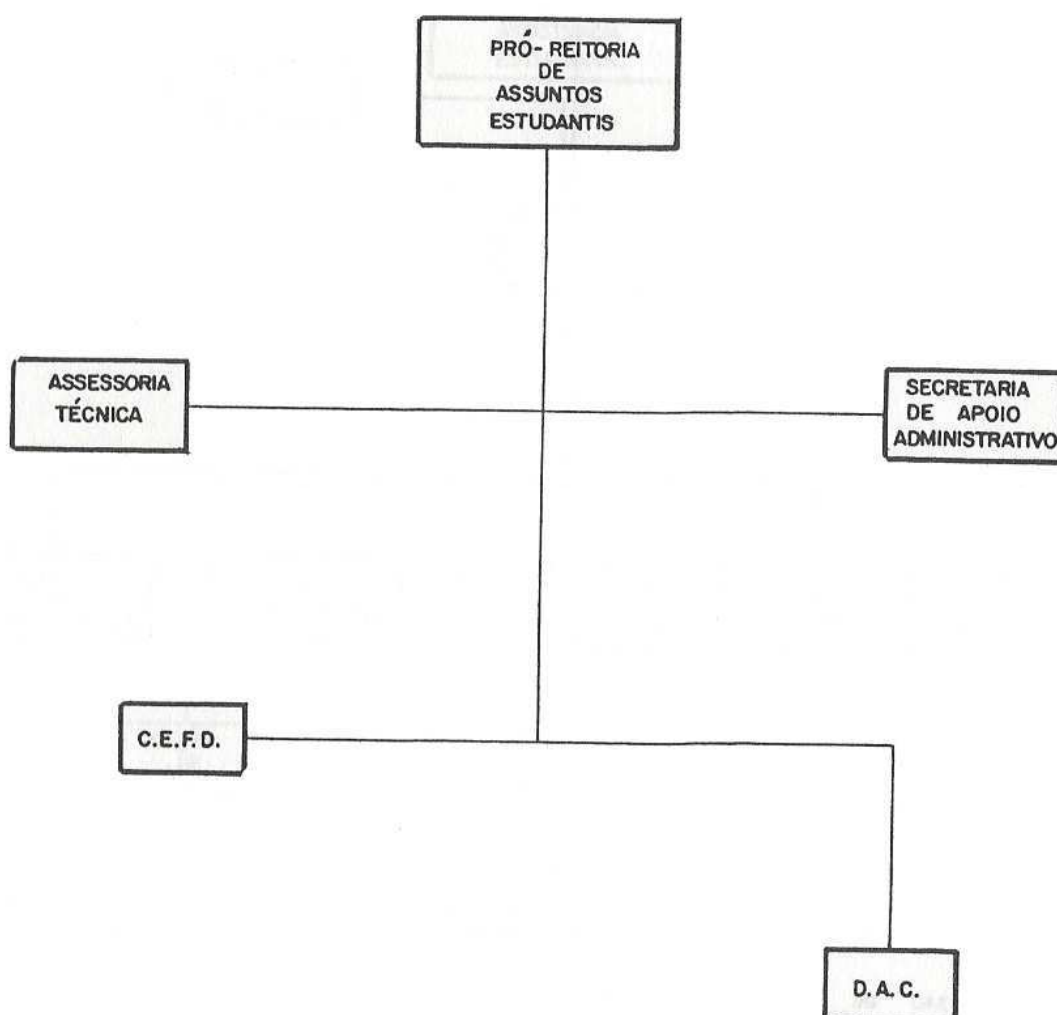


D. A. C. - DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

D. A. E. - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Anexo 2 - Organogramas – inversão da lógica do atendimento no tocante a atender toda a comunidade universitária, ou somente estudantes;

ORGANOGRAMA Nº 03

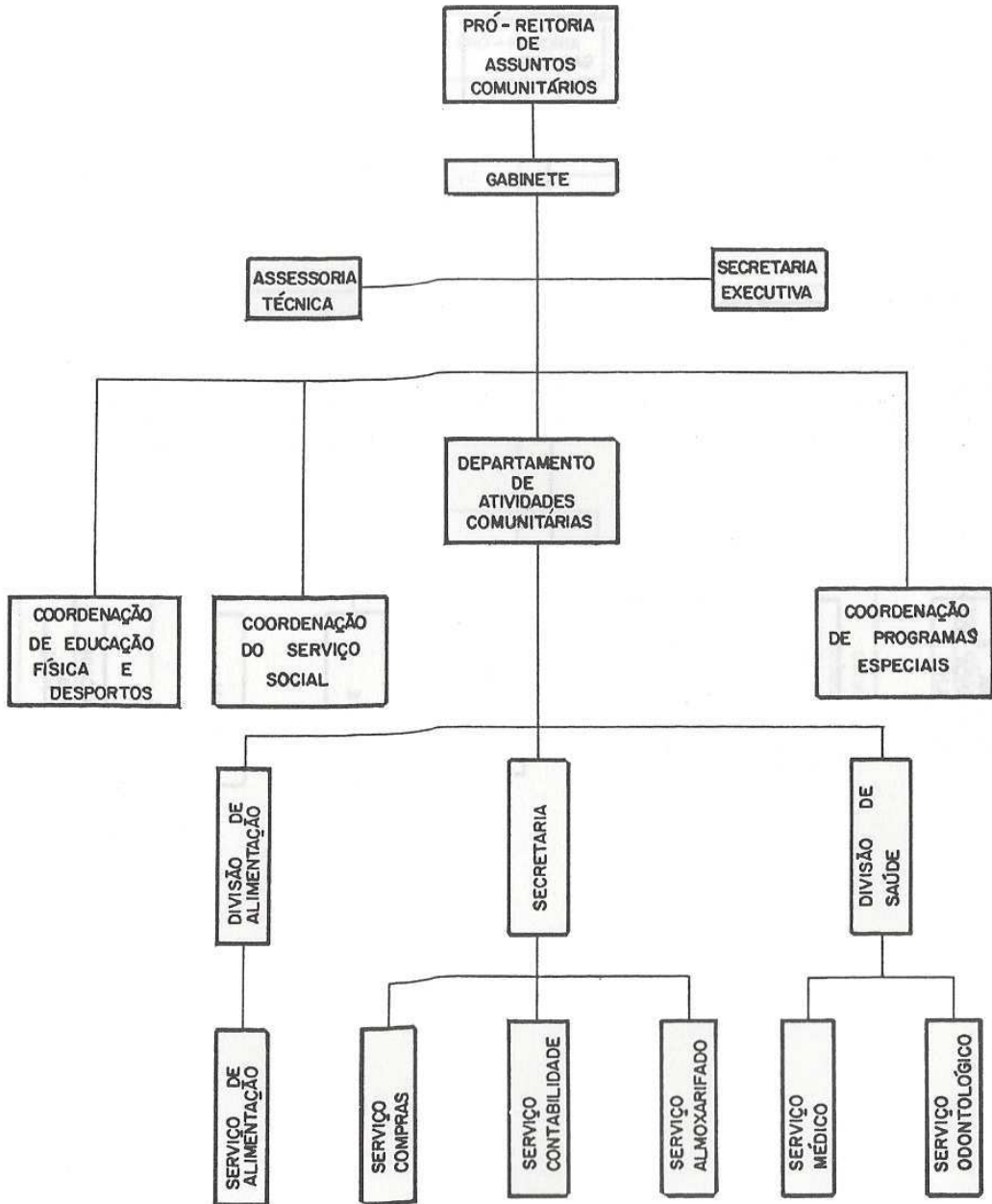


C.E.F.D - Coordenação de Educação Física e Desportos

D.A.C - Departamento de Atividades Comunitárias

**Anexo 3 - Organograma 4 - A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis passa a ser
Pro-reitoria de Assuntos Comunitários**

ORGANOGRAMA Nº 04



Anexo 4 - Centro Mídia Independente Brasil – episódio de tentativa de devolução da CEU I para a entidade estudantil UEE-Go

A reitoria da Universidade Federal de Goiás informou recentemente que seria devolvido à União Estadual do Estudante (UEE/UNE), como indenização, o espaço físico no qual está situada a Casa de Estudantes Universitários I (CEU I)

A reitoria da Universidade Federal de Goiás informou recentemente que seria devolvido à União Estadual do Estudante (UEE/UNE), como indenização, o espaço físico no qual está situada a Casa de Estudantes Universitários I (CEU I). Essa indenização é pelo fato da existência da Lei 7.718 de 1989 decretada pelo então Presidente da República José Sarney, que obriga o pagamento de indenização à UEE já que, antes da ditadura militar, esta era detentora de vários lotes da quadra 71, inclusive o da CEU I, que foram transferidos à UFG durante este período.

A CEU I como forma de pagamento dessa indenização, implicaria no fato de a UFG deixar de mantê-la, passando a responsabilidade à UEE, que não tem condições financeiras nem organizativas para manter a casa e garantir a assistência estudantil. É evidente que, a transferência do terreno da CEU I enquadra-se na política de Reforma Universitária do atual governo na qual isenta a universidade de garantir aos estudantes a assistência estudantil para a permanência destes nos seus cursos. Com isso, as/os estudantes moradores da CEU I, juntamente ao Diretório Central dos Estudantes da UFG (DCE) e alguns dos Centros Acadêmicos - CAs reivindicam às instâncias administrativas que seja ofertada outra forma de indenização, que a UFG garanta a permanência tutelar da Casa de Estudante I, com manutenção e melhorias na infra-estrutura.


As/os estudantes ocuparam o espaço físico da UEE, dia 20, na quarta-feira passada para negociar junto à UEE uma forma de indenização que não fosse o espaço da Céu I. "O motivo de continuarmos na ocupação é simplesmente a averbação do documento que oficialize o desinteresse e não aceitação da UEE em relação ao espaço físico da CEU I" diz o Robert de Oliveira Sousa morador e presidente da CEU I.

Foi enviada, na quinta feira última, dia 21, ao Reitor da Universidade Federal de Goiás uma petição que constava dez considerações listadas pela diretoria da CEU I que falava sobre questões de manutenção e melhorias da mesma e também questionava o fato da UEE administrar a CEU I. Seguidamente enviou-se um ofício assinado em conjunto, pelo presidente da UEE e pelo presidente da CEU I que solicitava uma nova negociação deste processo. Neste documento, que foi escrito em uma ata de reunião da UEE, a mesma afirmava não querer e nem aceitar receber a CEU I como indenização. Neste momento, as/os estudantes ainda ocupam o espaço físico da UEE e esperam o registro deste documento.

"É nato do ser humano reagir quando se está encurralado, não só do ser humano, talvez todos os seres vivos o faça. A reação dos moradores de ocupar a UEE é absolutamente plausível, uma vez que eles se viram diante da seguinte situação: de um lado a UEE que não se manifestou contra receber as áreas que incluem a CEU I como indenização, de outro, a UFG que julgava ser essa a melhor indenização e, concomitante a isso, estávamos nós, a própria indenização, a CEU I, que é um direito conquistado com mais de 46 anos de história. Fica então a pergunta: Seria correto consertar um erro (no caso indenizar justamente a UEE) cometendo outro muito maior, destruindo uma história que ajudou milhares de pessoas e ajudarão centenas de milhares ainda?" diz o morador e vice-presidente da CEU I, Rodrigo Ribeiro de Souza. Email: goiania@midia independente.org

Centro de Mídia Independente – CMI BRASIL. **Luta contra quem deveria lutar por nós**. Goiânia, 26/06/2007 às 18:55. Acesso em 10/07/2015. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/06/386756.shtml>

Anexo 5 - Periódico Une em Revista MEMOREX



Apesar de Judo
UNE REVISTA

MEMOREX

memorial B₆ "200"

200 mg de GLUTAMINA
20 drágeas

LABORATÓRIOS BALDACCI S. A.

Baldacci

**ELEMENTOS PARA
UMA HISTÓRIA
DA UNE**

INDICAÇÕES E MODO DE USAR:
VIDE BULA

1937. Na Casa do Estudante do Brasil a criação do primeiro Conselho Nacional

Em 1910, realizou-se, em São Paulo, o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, do qual se tem publicado uma "Polyanthea Comemorativa", mas só em 1937, às vésperas do Estado Novo, foi fundada a União Nacional dos Estudantes.

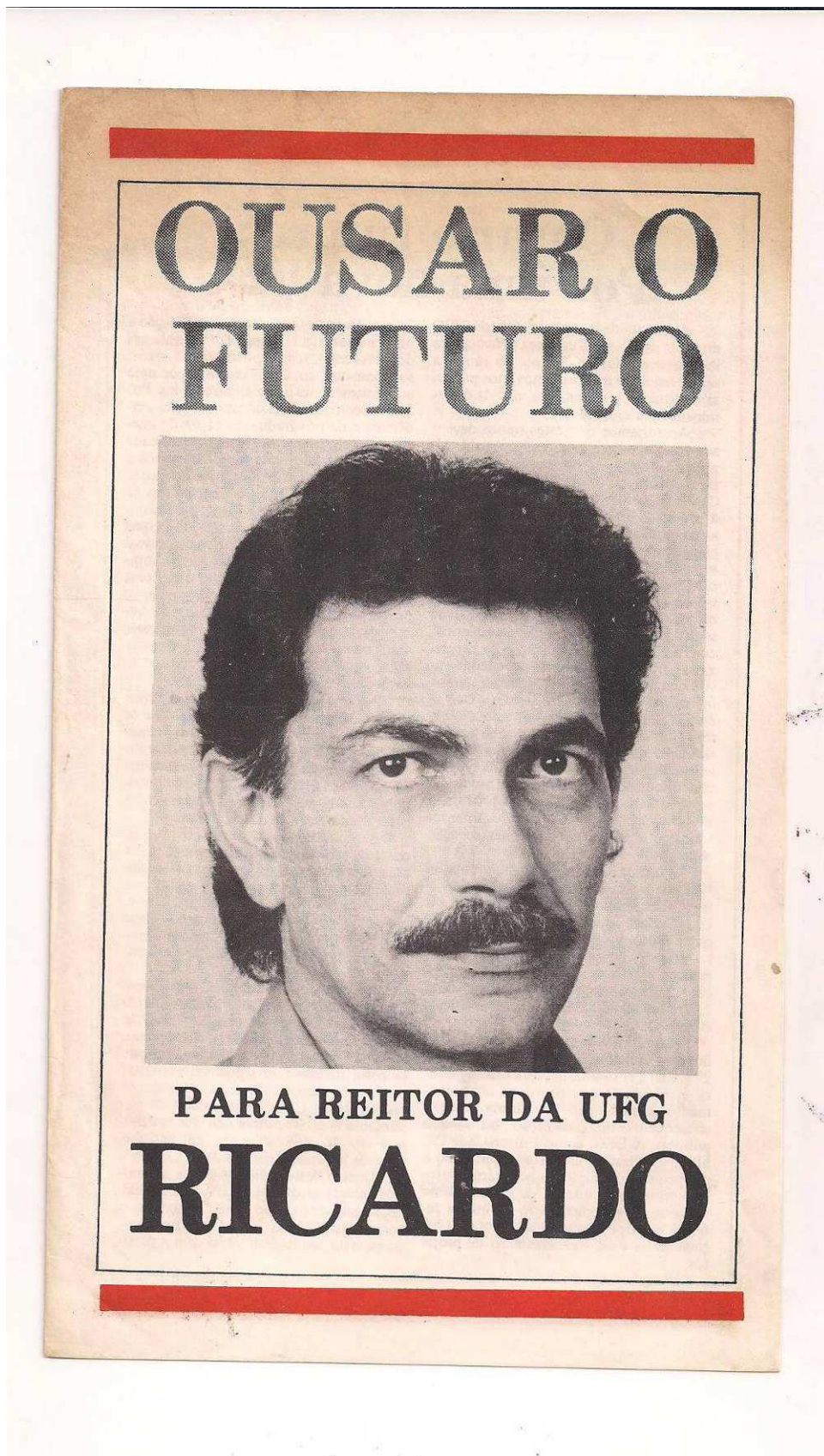
A idéia de se organizar uma entidade Nacional de representação estudantil era antiga. Faltava, contudo, condições materiais e políticas para sua concretização.

Em 1932, após a visita de dois estudantes poloneses, que impressionados com a atuação da Casa do Estudante do Brasil (C.E.B.), convidaram-na a participar dos

Congressos da "Confederation Internationale des Etudiant", sediada em Bruxelas. Atendendo também a uma exigência estatutária a C.E.B. resolveu convocar e eleger uma diretoria para o seu "Conselho Nacional de Estudantes", com o qual pretendia fazer-se representar internacionalmente como a União Nacional dos Estudantes.

A UNE, seria, assim, um órgão da C.E.B. e a presidência da UNE seria exercida pela presidente da CEB, cargo vitalício ocupado pela Sra. Ana Amélia Carneiro de Mendonça, juntamente com o presidente do seu Conselho Nacional de Estudantes.

Anexo 6 - Carta Proposta OUSAR O FUTURO



Ousar o futuro: Por uma nova UFG

A comunidade universitária da UFG está, em 1989, mais uma vez convocada a indicar o seu futuro Reitor. Os rumos a serem seguidos nos próximos anos por esta Instituição serão em boa medida determinados por esta escolha.

Acreditamos que estes rumos devem ser orientados por uma concepção de Universidade que, neste momento, privilegie o espírito de OUSADIA, COMPETÊNCIA E DINAMISMO, elementos essenciais à produção e difusão do conhecimento e a uma atuação mais destacada junto à sociedade na busca de soluções para os graves problemas sociais que hoje vivemos. O início da próxima década nos apresenta velhos e novos desafios: as preárias condições de educação, saúde e habitação da sociedade brasileira; a poluição ambiental, com a consequente degradação da natureza; as formas alternativas de energia; novos materiais; engenharia genética; informatização e automação; dívida externa, etc... Questões como estas estarão a exigir respostas criativas da comunidade universitária, o que só se tornará possível através de um sério trabalho acadêmico e amplas discussões, que devem não só ao necessário avanço científico, mas também ao estabelecimento de posicionamentos claros, e a definições de linhas de ação concretas.

O nosso país atravessa hoje uma de suas maiores crises, tanto do ponto de vista político-econômico como do social, e a Universidade Brasileira reflete esta crise, que é fruto do modelo de desenvolvimento baseado numa profunda dependência externa e de outros fatores como corrupção, interesses político-financeiros, falta de credibilidade das instituições políticas, etc...

Nos últimos anos aprofundou-se na educação superior (e também na de 1º e 2º graus) a contradição entre escola pública e privada, o que provocou um crescimento desordenado da última, com a consequente marginalização das escolas públicas. A UFG, como Universidade Pública, localizada num Estado periférico e de pequena tradição universitária, sofre de forma mais intensa os efeitos desse processo de marginalização no que se refere à política educacional, à dotação orçamentária e ao financiamento de proje-

Além dos efeitos da marginalização a nível nacional, a UFG enfrenta problemas de natureza interna, possíveis de serem solucionados, em larga medida, por uma administração disposta a enfrentá-los. Problemas como a falta de uma política acadêmica e de pós-graduação capaz de assegurar a melhoria permanente da qualidade do ensino; a falta de critérios objetivos e transparentes na distribuição e aplicação dos recursos da UFG, na distribuição de pessoal pelas Unidades, de vagas de docentes e de vagas ociosas dos diferentes Cursos; a falta de uma política de pessoal e de um plano diretor físico para o Campus; a burocratização excessiva e ineficaz; a defasagem de dados e informações; o arcabúzo arraigado dos procedimentos administrativos, entre outros, são problemas que podem ser enfrentados, de forma ouvida, corajosa e competente, com a utilização dos próprios recursos da UFG.

Por outro lado, é claro que a Universidade sozinha não conseguirá resolver os problemas gerais da nação. Porém, como uma de suas mais importantes instituições e como parte vital e integrante da sociedade em construção, ela pode e deve contribuir na indicação de novos rumos ao debater os grandes temas nacionais.

Assim, para ousar e avançar no processo de construção da UFG, exige-se, de seus dirigentes superiores, que tenham credibilidade, competência comprovada nos trabalhos acadêmicos e administrativos, coerência de posições, dedicação plena para com a vida universitária e participação ativa nas lutas em defesa da Universidade.

A proposta de Administração Superior que defendemos está comprometida com um projeto global para a UFG e não com reivindicações isoladas e clientelistas. So tendo como instrumento uma proposta desta natureza, será possível enfrentar com determinação, firmeza e justiça os problemas da UFG, muitos deles de responsabilidade exclusiva da Instituição, sem apelar para soluções imediatistas, pessoais ou casuísticas.

Dentro deste contexto é que assumimos integralmente os PRINCÍPIOS abaixo relacionados, que deverão nortear o nosso PROGRAMA DE AÇÃO. Este programa está sendo elaborado com a parti-

cipação de todos os segmentos da Comunidade Universitária e será complementada através dos debates com todos os setores da UFG.

PRINCÍPIOS

- I - uma Universidade Pública
- II - uma Universidade Gratuita
- III - uma Universidade Autônoma
- IV - uma Universidade Democrática
- V - uma Universidade Plural
- VI - uma Universidade Transparente
- VII - uma Universidade Competente e de Qualidade

I - UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A UFG é uma instituição mantida por verbas provenientes da sociedade e a esta sociedade deve servir e prestar contas. Portanto, a interação com a sociedade implica não só que busquemos respostas para os problemas da população, mas também que saibamos adotar nas ações internas critérios de decisão transparentes e públicos, que respeitem os interesses da maioria.

II - UMA UNIVERSIDADE GRATUITA

A educação pela qual professores, funcionários e alunos temos lutado, individualmente através de nossas entidades representativas, constitui uma educação que se realiza enquanto concretização de um direito de todos e de qualquer um.

Portanto, cabe ao Estado a garantia de meios para que a universidade tenha condições de cumprir com suas obrigações e realizar seus objetivos.

III - UMA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA

A ampliação da autonomia universitária é um ideal a ser buscado incansavelmente. A universidade como um todo deve ter autonomia para gerenciar seus cursos, criá-los e extingui-los, ampliar vagas, estabelecer a política acadêmica, etc...

A autonomia universitária, entretanto, supõe a inserção dos departamentos na Universidade e da instituição universitária na sociedade como um todo. Isto significa que a autonomia buscada exige um processo contínuo de avaliação e prestação de contas a nível interno e externo.

IV - UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

O espaço universitário é um espaço de liberdade. Para que a Universidade consiga realizar seus objetivos é necessário

de manifestação de opiniões e críticas. Devem ser garantidas formas e mecanismos para que os membros da comunidade universitária, individualmente ou através de suas entidades representativas, sejam ouvidos nos fóruns legítimos de decisão.

Além da garantia de manifestação e expressão de opiniões, a Universidade deve prover meios de participação do conjunto da comunidade e de seus vários setores na tomada de decisões e na definição das políticas a serem implementadas. O mecanismo mais importante desta participação deve ser a representação efetiva da comunidade universitária nos fóruns de decisão internos (conselhos superiores, de unidades e de departamentos) e nas eleições de dirigentes e representantes em seus vários níveis.

Dentro desta perspectiva o Reitor deve ter ser um elemento dinamizador deste processo, fazendo-o de forma clara e competente tendo sempre a orientá-lo as decisões emanadas dos Conselhos Superiores e demais fóruns de decisão.

V - UMA UNIVERSIDADE PLURAL

A existência de várias linhas de pensamento, de sua livre expressão em todos os assuntos da Universidade é vital para que ela possa se desenvolver e construir caminhos novos. Através do confronto das idéias poderão emergir iniciativas e propostas que a sociedade espera da Universidade.

A intolerância, o cerceamento à liberdade de expressão e pensamento são vênias que matam a capacidade criativa em todas as suas manifestações. Para superar tal situação o espaço universitário deverá ser acolhedor e aberto a livre expressão das diferenças.

VI - UMA UNIVERSIDADE TRANSPARENTE

A transparência no planejamento, na administração, na aplicação de recursos, na avaliação e na prestação de contas norteará a ação do nosso reitorado na sua relação com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral. Exercitar este princípio é condição indispensável para que se crie na comunidade universitária o sentimento de credibilidade e confiança essencial à prática da democracia.

VII - UMA UNIVERSIDADE COMPETENTE E DE QUALIDADE

A competência e a qualidade são atributos inerentes à idéia de Universidade. São a Universidade, portanto, que

Anexo 7 – Fundação da CEU IV - 1995

CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO - CEU IV

Fundada em 07.04.95

Goiânia, agosto/95

No Brasil, a cada dia que passa, a juventude tem mudado seu perfil. Cresceu o número de jovens com idade acima de 20 anos, e uma parcela dos mesmos tem procurando aperfeiçoar-se intelectualmente através das universidades, na perspectiva de assegurar melhores condições no mercado de trabalho. Nosso país não preparado para esta realidade, por viver momentos de desemprego, recessão e cortes nas verbas públicas para a educação, em especial, para a assistência estudantil e a concentração de instituições de ensino superior nos centros urbanos, tem levado a juventude a se deslocar de suas cidades, deixando suas famílias para se aventurarem, na esperança de terem conhecimento científico e um diploma de curso superior.

Nós, moradores da Casa de Estudante Universitário IV, condicionados a estas realidades e a falta de vagas nas Casas de Estudante Universitário existentes em Goiânia, ocupamos uma casa no Setor Sul, que se encontrava abandonada a mais de dois anos, e foi sede da União Estadual dos Estudantes (UEE), sendo atualmente propriedade do Estado de Goiás.

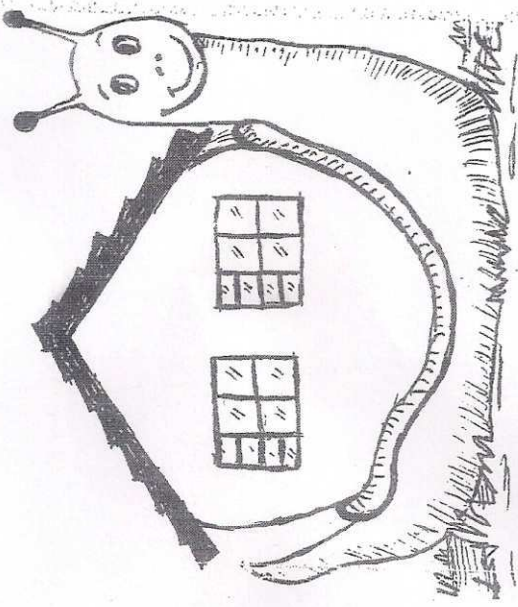
A situação da Casa caminha para a legalização, após o parecer favorável do Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás sobre a nossa permanência na mesma.

Através destas informações, pedimos apoio e compreensão. E aproveitando a oportunidade, queremos convidá-lo para a solenidade de inauguração da Casa, que se realizará no dia 25 de agosto de 1995, às 20 horas, Rua 83-E, Qd. F-21, Lt. 96, Setor Sul (próximo ao CEPAL).

Anexo 8 - I Seminário Moradia Estudantil e Cidadania (Folder/Programação)

ANEXO 8

**I SEMINÁRIO UNIFICADO
MORADIA ESTUDANTIL &
CIDADANIA**



DATA: 05 e 06 de abril de 1.997

LOCAL: Faculdade de Enfermagem e
Nutrição - FEN

ORGANIZAÇÃO: Secretaria Estadual
de Casas de Estudantes - de Goiás -
SECE-GO e PROCOM/UFG

*Omari Ludovico Martins
 *SECE-GO
 *Maria das Dores (Dolly)

**I SEMINÁRIO UNIFICADO
 MORADIA ESTUDANTIL &
 CIDADANIA**

DIA: 05 DE ABRIL - SÁBADO

08h00 - Abertura

- RECITAL

Odilon Chaves
 Carlos Alberto

08h30m - Palestra

- COMO E POR QUE FAZER
 ANÁLISE DE CONJUNTURA

Prof. Dr. Walderez Loureiro Miguel

- A REALIDADE DAS MORADIAS
 ESTUDANTIS GOIANIENSES

12H00 às 14h00 - Almoço

14h00 - DANÇA

14h30 - Palestra

- O MOVIMENTO DE MORADIA
 ESTUDANTIL

DIA: 06 DE ABRIL - DOMINGO

08h00 - Palestra

- A CONVIVÊNCIA NA MORADIA
 ESTUDANTIL

Alan Machado

10h00 - Início do Processo
 Identificação dos Novos Moradores

12h00 às 14h00 - Almoço Col. (CEU III)

14h00 - Continuidade do Processo
 Identificação dos novos moradores

17h30m - Identificação dos novos moradores

APRESENTAÇÃO:

A realização deste *I Seminário Unificado - Moradia Estudantil & Cidadania* - é resultado do processo de discussão e lutas do Movimento de Casas de Estudantes, fundamentado na concepção de moradia estudantil como espaço de construção da cidadania.

Nesta perspectiva, a concepção de morador de casa de estudante assenta-se não somente nas relações sociais travadas no espaço interno da casa, mas, sobretudo, na relação destes moradores com os demais movimentos sociais.

Anexo 9 - Resolução Consuni 07/2007



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 07/2007

Dispõe sobre o Programa de Moradia Estudantil (PMCE) e fixa normas para a ocupação das Casas de Estudantes Universitários – CEU's da Universidade Federal de Goiás.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, reunido em sessão plenária realizada no dia 20 de abril de 2007, valendo-se de sua competência conferida no art. 15-V e art. 9º-V do Regimento Geral, tendo em vista o que consta do processo nº 23070.005091/2007-26 e:

- a) considerando que o Programa de Moradia Estudantil compõe a Política de Assistência Social da Universidade, associada às políticas de ensino, pesquisa e extensão, buscando garantir a permanência dos estudantes de baixa renda com necessidade de moradia; e
- b) considerando a necessidade de normatizar a ocupação das Casas de Estudantes Universitários vinculadas à UFG,

R E S O L V E :

Art. 1º O Programa de Moradia Estudantil, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PROCOM e a ocupação das Casas de Estudantes Universitários – CEU's vinculadas à UFG reger-se-ão pelas normas fixadas nesta resolução.

Art. 2º O Programa de Moradia Estudantil destina-se a estudantes universitários de baixa renda com necessidade de moradia, oriundos do interior do Estado de Goiás, de outros Estados e Países.

Art. 3º O Programa de Moradia Estudantil tem como princípios:

- I - a concepção do Programa como espaço político-pedagógico, no qual as condições de vida dos estudantes e suas famílias e, nelas, a de moradia, constituem-se seu objeto, demarcando um contraponto ao modelo 'tradicional' de alojamento;

- II -o compromisso com a democratização das ações da Universidade, a defesa dos valores e respeito ao bem público e comum, às decisões coletivas, à igualdade e à liberdade;
- III -a participação real dos estudantes no Programa de Moradia Estudantil e seus projetos sócio-políticos e culturais como espaço de ações educativas e respeito às suas instâncias de organização e deliberação (Encontro Nacional de Casas de Estudantes – ENCE, Encontro Regional de Casas de Estudantes Universitários no Centro-Oeste - ERECEU, Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários - EGOMCEU, Assembléias, Conselho de Representantes, Coordenação da Associação de Moradores da Casa de Estudantes, Secretaria Nacional de Casas de Estudantes - SENCE e Secretaria Estadual de Casas de Estudantes – SECE/GO).

Art. 4º O Programa de Moradia Estudantil tem os seguintes objetivos:

- I - ampliar a cidadania dos estudantes originários da classe trabalhadora de baixa renda, à medida que, ao assegurar-lhes moradia, garante a permanência desses estudantes na Universidade;
- II -aprofundar a democracia, uma vez que possibilita o acesso dos estudantes às outras políticas públicas, como assistência social, saúde, alimentação, cultura e lazer;
- III -fortalecer a autonomia das CEU's no movimento estudantil, estimulando a sua articulação com outros movimentos sociais;
- IV -explicitar a necessidade de definição da dotação orçamentária para o desenvolvimento da Política de Assistência Social na Universidade.

Art. 5º A ocupação das Casas de Estudantes Universitários vinculadas à UFG dar-se-á mediante processo de seleção unificado coordenado pelo Serviço Social da PROCOM com a participação efetiva de representantes dos moradores, observados os critérios e condições estabelecidos nesta resolução.

Art. 6º Constituem-se condições para participação no Programa de Moradia Estudantil:

- I - ser estudante de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, prioritariamente da UFG, podendo ser de outra Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, comprovada a sua necessidade por moradia estudantil como condição de permanência;
- II -ser de baixa renda, conforme análise de condições de vida realizada pela Coordenação do Serviço Social da PROCOM.

Parágrafo único. Observadas as condições de participação referidas neste artigo, terão prioridade para ocupação da vaga na moradia estudantil os estudantes regularmente matriculados no seu primeiro curso de graduação.

Art. 7º O candidato selecionado deverá ocupar a vaga, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a homologação do resultado do processo de seleção.

Parágrafo único. Para ingressar na moradia estudantil, o estudante assinará um termo de ocupação junto à Coordenação do Serviço Social da PROCOM e receberá cópia da resolução do Programa, tornando-se, assim, morador regular da CEU.

Art. 8º São direitos do estudante morador:

- I - ter assegurado as condições de permanência na Universidade, dentre elas, a moradia estudantil;
- II -ter autonomia para organizar a administração e estabelecer Normas Internas de Funcionamento de cada CEU;
- III -ter acesso igualitário ao patrimônio da casa e demais conquistas alcançadas, com a participação de todos nos projetos sócio-políticos e culturais do Programa;
- IV -ter assegurado o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, compreendendo liberdade de expressão, credo religioso, ideologia política e sexualidade.

Art. 9º São deveres do estudante morador:

- I - participar das instâncias organizativas dos estudantes e/ou das reuniões agendadas pela Coordenação do Serviço Social da PROCOM, acatando as decisões tomadas pelo coletivo, em consonância com essa resolução;
- II -garantir um ambiente propício ao estudo, à convivência democrática, de respeito mútuo e solidário entre seus membros;
- III -cuidar do patrimônio das CEU's, garantindo seu bom estado de conservação, com zelo pela guarda e uso do bem público e comum, respondendo por qualquer tipo de dano;
- IV -zelar pela conservação das áreas comuns, bem como dos móveis e equipamentos, e limpeza no interior dos quartos;
- V -desocupar a casa, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, após o encerramento do período de permanência ou quando deixar de atender os critérios de acesso;
- VI -contribuir, efetivamente, com a execução e com a avaliação do Programa de Moradia Estudantil da Universidade;
- VII -fazer das Casas de Estudantes um espaço de exercício de direitos, de gestão planejada e participativa, orientando-se por princípios ético-políticos fundamentados em relações democráticas e igualitárias;
- VIII -comprovar, semestralmente, junto a Coordenação do Serviço Social da PROCOM, a sua matrícula e frequência regular no curso;
- IX -cumprir e fazer cumprir esta resolução.

Art. 10. O estudante morador perderá a vaga na Casa nas seguintes situações:

- I - quando se verificar, a qualquer tempo, a alteração das suas condições de vida, de modo a não mais atender os critérios estabelecidos para o acesso e permanência na moradia;
- II - nos casos de trancamento de matrícula, conclusão do curso ou desligamento da Universidade.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PROCOM, com a participação de representantes dos moradores.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor nesta data.

Goiânia, 20 de abril de 2007

Prof. Benedito Ferreira Marques
- Presidente em exercício -

Anexo 10 - Resolução Consuni 18/2009



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

RESOLUÇÃO - CONSUNI Nº 18/2009

Altera dispositivos da Resolução CONSUNI Nº 07/2007, que dispõe sobre o Programa de Moradia Estudantil (PMCE) e fixa normas para a ocupação das Casas de Estudantes Universitários – CEU's da Universidade Federal de Goiás.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, reunido em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2009, tendo em vista o que consta do processo nº 23070.005091/2007-26,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar dispositivos da Resolução CONSUNI Nº 07/2007, que dispõe sobre o Programa de Moradia Estudantil (PMCE) e fixa normas para a ocupação das Casas de Estudantes Universitários – CEU's da Universidade Federal de Goiás, na forma desta resolução.

Art. 2º Os artigos 2º, 5º e 6º da Resolução CONSUNI Nº 07/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Moradia Estudantil destina-se a estudantes da Universidade Federal de Goiás de baixa renda com necessidade de moradia, oriundos do interior do Estado de Goiás, de outros estados e países.”

“Art. 5º A ocupação das Casas de Estudantes Universitários vinculadas à UFG dar-se-á mediante processo de seleção unificado coordenado pelo Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PROCOM, com a participação de representantes dos moradores, observados os critérios e condições estabelecidos nesta resolução.”

“Art. 6º Constituem-se condições para participação no Programa de Moradia Estudantil:

- I - ser estudante de graduação ou pós-graduação *stricto sensu* da UFG;
- II - ser de baixa renda, conforme análise de condições de vida realizada pela Coordenação do Serviço Social da PROCOM.

§ 1º Observadas as condições de participação referidas neste artigo, terão prioridade para ocupação da vaga na moradia estudantil os estudantes regularmente matriculados na UFG, no seu primeiro curso de graduação.

§ 2º Àqueles estudantes de outras Instituições de Ensino Superior, que já residem nas CEU's, será assegurado o direito de concluir seus cursos em andamento, respeitando as condições acima especificadas.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Goiânia, 26 de junho de 2009

Profª. Sandramara Matias Chaves
- **Presidente em exercício** -

Anexo 11 - Jornal O POPULAR 06/08/1993 (recorte)

Nova Casa da Federal abriga 68 estudantes

O reitor da Universidade Federal de Goiás, Ricardo Bufaiçal, inaugurou ontem pela manhã, na Praça Universitária, a Casa do Estudante/UFG, a terceira de Goiânia, construída em sete meses pela administração direta e com recursos próprios da instituição, a partir de um projeto de seu Escritório Técnico Administrativo (ETA). Com uma área construída de 708 metros quadrados, a Casa do Estudante/UFG possui dois pavimentos, 17 quartos mobiliados com beliches para quatro pessoas cada um, cozinha coletiva, lavanderia, sala de estudos, hall de entrada, quatro banheiros coletivos e área de lazer. Um dos dormitórios, que contam com armários individuais embutidos, será reservado para alunos visitantes.

Uma das novidades da obra, que já se encontra toda mobiliada, é que suas instalações podem ser usadas por deficientes físicos. Segundo o reitor Ricardo Bufaiçal, os alunos da UFG colaboraram com o planejamento da Casa do Estudante, indicando prioridades e auxiliando na elaboração de seu regimento interno. No local deverão ser desenvolvidos ainda projetos culturais em siste-

ma de co-gestão, com o apoio da Reitoria e da Pré-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFG. A Casa do Estudante alojará homens e mulheres que comprovem a absoluta necessidade de sua utilização, que sejam oriundos do interior do Estado, não tenham parentes em Goiânia e estejam matriculados em cursos de período integral na UFG.

As inscrições para o local poderão ser feitas pelos interessados até o próximo dia 20, no Departamento de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, na Praça Universitária. Antes da seleção final, os alunos serão submetidos a uma entrevista, quando terão a oportunidade de comprovar a sua procedência e carência financeira. "A Casa do Estudante é um espaço de concretização de um trabalho de planejamento participativo, comprometido com a democratização da Universidade e a construção da cidadania", disse Ricardo Bufaiçal. A solenidade de inauguração da Casa do Estudante, a terceira de Goiânia, contou ainda com a presença da pró-reitora em exercício de Assuntos Comunitários, Luzia Silva Xavier, e de funcionários e alunos da UFG.

O Popular - 6-8-93,

Anexo 12 - Diário da Manhã 09/04/1995 (recorte) e O POPULAR 09/04/1995 (recorte)

DIÁRIO DA MANHÃ

Goiania, domingo, 9/4/95 7

Universitários ocupam um imóvel abandonado

Vários estudantes universitários vindos do interior e de outros Estados, como Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Tocantins e de Brasília, ocuparam na noite de ontem um sobrado localizado na Rua 83-E, Setor Sul, que estava abandonado há vários anos.

O imóvel, de acordo com o presidente da UEE — União Estadual dos Estudantes, Wladimir Vinicius Camargo, foi cedido em regime de comodato pelo Governo do Estado em 1984 para abrigar a sede da entidade. O sobrado, com oito cômodos, foi repassado à Emcidec tempos depois, e penhorado pelo INSS para garantir uma dívida da empresa.

Atualmente as instalações sanitárias estão danificadas, as paredes caídas e há infiltrações e o reboco em decomposição. "É um absurdo dezenas de estudantes sem lugar para morar, alguns até voltando para suas cidades, e o Governo com um imóvel abandonado", salientou o estudante Cícero Branco, 17, natural do Rio Grande do Sul e cursando Ciências Sociais

na UFG. A UEE, ainda de acordo com Wladimir, vai procurar a partir de segunda-feira os Governos estadual e federal para negociarem a ocupação do imóvel em definitivo. "A entidade vai tentar legalizar a ocupação e tentar executar as reformas", ressaltou o presidente da UEE, afirmando que toda a assistência necessária serão colocadas à disposição dos ocupantes do imóvel.

Os 14 estudantes, que passaram a ocupar a casa, cursam Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Física, Engenharia, Agronomia, Filosofia e Direito, na UCG e UFG, dispõe até agora de apenas alguns colchões e solicita a ajuda da população e dos demais estudantes de Goiás.

A princípio, eles priorizam materiais para reformas, gêneros alimentícios, produtos de limpeza e utensílios domésticos em geral. Quem dispuser colaborar com os estudantes podem se dirigir à Rua 83-E Qd. P-21, Lt. 96, Setor Sul ou então pelo telefone da UEE: (062) 261-5621 e 202-1322 Ramal 159. (Oloares Ferrelra)

DIÁRIO DA MANHÃ

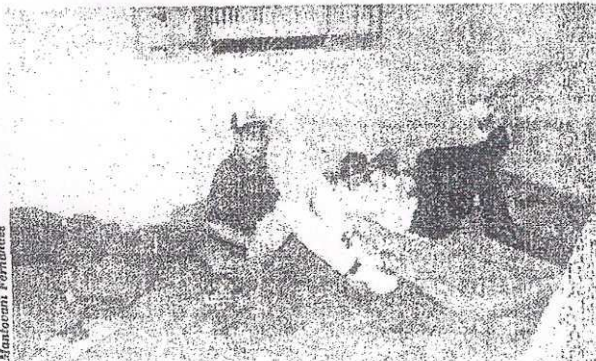
10 DIÁRIO DA MANHÃ

Estudantes carentes da UFG ocupam imóvel no Setor Sul

Estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG) ocuparam na noite de sexta-feira uma casa na via 83-E, Setor Sul. Eles alegam que não têm moradia em Goiânia e nem condições de pagar aluguel. O imóvel pertence à Emcidec - segundo informação dos alunos - e se encontrava fechado há mais de dois anos. Já serviu de sede para a União Estadual dos Estudantes (UEE), que, por sinal, está apoiando a iniciativa.

O imóvel foi batizado de Casa do Estudante Universitário (CEU) IV e nele pretendem morar 15 alunos, entre eles, três mulheres. "Todos nós participamos do processo de seleção das outras CEUs, mas não fomos aprovados por falta de vagas", comentou Argemilson Ribeiro Teixeira, o Garçomel, que cursa Geografia na UFG. Segundo ele, várias pessoas já voltaram para o interior por não conseguirem se manter na capital pagando aluguel.

"Ou tínhamos essa atitude ou seríamos obrigados a abandonar o curso", afirmou o estudante. Argemilson Ribeiro é de São Miguel do Araguaia e foi isentado da taxa de matrícula pela universidade em função de dificuldades financeiras. Segundo ele, mesmo com a ocupação,



A casa é da Emcidec e estava fechada há mais de dois anos.

cerca de 40 alunos continuarão sofrendo com os mesmo problema. "Tem gente da Universidade Católica de Goiás (UCG) querendo vaga aqui, mas infelizmente a casa já está ocupada", comentou.

A Polícia Militar esteve duas vezes no local para dialogar com os estudantes, que pretendem pleitear ao governador Maguito Vilela a libera-

ção oficial do imóvel. "Tentamos um acordo no ano passado com o ex-governador Agenor Rezende, mas nunca obtivemos resposta", contou o vice-presidente da CEU I, Tito Oliveira Coelho, que apóia os colegas. A casa conta com três quartos, dois banheiros e mostra sinais de abandono, como infiltrações. Os estudantes estão decididos a permanecer no imóvel.

O Popular - Pág. 11 - 09.04.95

**Anexo 13 - II EGOMCEU - Encontro Goiano de Moradores de Casas de
Estudantes Universitários - nov/ 2003 (Projeto)**

CASAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS I, II, III e IV.
SECRETARIA ESTADUAL DE CASAS DE ESTUDANTES DE GOIÁS

P R O J E T O

EVENTO: II EGOMCEU - Encontro Goiano de Moradores de Casas de
Estudantes Universitários

DATA: 15 e 16 de novembro de 2003

LOCAL: Quadra de Esportes da CEU I - Casa do Estudante Universitário
I

PROMOÇÃO: Secretaria Estadual de Casas de Estudantes e Casas de
Estudantes Universitários I, II, III e IV.

APOIO:

- ◆ Universidade Federal de Goiás
- ◆ Universidade Católica de Goiás
- ◆ Banco do Brasil
- ◆ Grupo Mabel
- ◆ Supermercado Marcos
- ◆ Tendas El Shaddai

**Anexo 15 - IV EGOMCEU – Encontro Goiano de Moradores de Casas de
Estudantes Universitários – set /2005. (convite)**

[2005]

C O N V I T E

Temos o prazer de convidá-lo(a) para participar do IV Encontro Goiano de Moradores de Casas de Estudantes Universitários - EGOMCEU, a ser realizado nos dias 17 e 18 de setembro a partir das 14:00 do sábado, na Casa de Estudantes Universitários 3, situada à Praça Universitária s/n - Setor Universitário. Gostaríamos de contar com V. Sa. para fazer parte da mesa de abertura, caso seja possível confirmar com Guilherme na CEU 2.

Esperamos contar com vossa presença.

***Comissão Organizadora do IV EGOMCEU - Moradia
Estudantil, uma construção coletiva.***

Anexo 16 - Aniversário 13 anos da CEU II – Comemoração – maio/1991
(Folder/Programação)

Coord. de S. Social

Comemoração dos 13 anos da Casa do Estudante Universitário de Goiás II

8 - 9 - 10 de maio/91

PROGRAMA


DIA 08/05 - Quinta-Feira
20 horas - Exposição de Fotos
- Conjunto de Câmara do Instituto de Artes da UFCG
Local - Rua 229 nº 246 - Setor Universitário

DIA 09/05 - Quinta-Feira
14 horas - Mostra de vídeo
• "André Lacerda", de Rosa Berardo
Local - Sala de vídeo da Faculdade de Educação/ UFCG
20 horas - Palestra: "História da Loucura"
• José Ternes - Filósofo, professor da UFCG e UCG
- Palestra: "Uma Abordagem Freudiana da Loucura"
• Norton Godinho J. são - Psicólogo, professor da UCG
Local - Auditório da Faculdade de Educação da UFCG

DIA 10/05 - Sexta-Feira
14 horas - Mostra de vídeo
• "O Humildade", de Stanley Kubrick
Local - Sala de vídeo da Faculdade de Educação/ UFCG
20 horas - Palestra: "Universidade e Moralidade Estudantil"
• Célia Maria Ribeiro - Socióloga, professora da UFCG
• Agneta Rodrigues Silva - Acadêmica do "Diário da UFMC", Presidente da Secretaria Nacional de Casas de Estudante (SENCE)
Local - Auditório da Faculdade de Educação da UFCG

LOCAL
- CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS II
Rua 229 nº 246 - Setor Universitário
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFCG

PROMOÇÃO
- CEU II - GESTÃO 91
- PROCOM/ UFCG
- NUC/AC/ UFCG



01

RELATÓRIO DO ENCONTRO DA SENCE COM AS CASAS GOIÁS

DEBATE DIA 10 DE MAIO DE 1991

A SENCE recebeu convite da Casa do Estudante Universitário I, para apresentar palestra no dia 10 de maio de 1991, nas comemorações de seu 13º aniversário de fundação, conforme programação em anexo. Na oportunidade parabenizamos a CEU II não somente pelo aniversário, mas pela forma como estruturou as comemorações e principalmente pela escolha dos temas, o que possibilitou um debate não somente com moradores, mas atingindo toda a comunidade universitária.

No debate em que tomou parte a SENCE, foi feita a seguinte exposição:

- 1 - Inicialmente foi feita uma apresentação do que é a SENCE, como se estrutura, sua missão e objetivos;
- 2 - Organização e estrutura do movimento: foi feito um histórico do movimento de casas de estudantes, desde o primeiro ENCE em 1976, deixando claro as linhas básicas que o movimento apresentou até os dias atuais. Foi também apresentado a organização que o movimento apresenta, suas instâncias, Secretarias Estaduais, etc;
- 3 - Foi amplamente discutido a atual política adotada pelo último ENCE - Belo Horizonte, que foi de procurar aliados para a nossa luta (principalmente o Fórum de Pró-Reitores) e mesmo de maior interação com outros movimentos sociais;
- 4 - Foi também discutido o Projeto de Educação do Governo Collor, e sua política de privatização do ensino público. Este tema foi bastante analisado nos seus pontos principais;
- 5 - Na última parte do debate a SENCE discutiu problemas específicos das moradias, tais como autonomia, reformas, convivência interna, moradores irregulares, estatuto, moradias mistas, etc. Foi apresentado o acúmulo de discussões que os últimos Encontros amadureceram. O ponto mais polêmico foi a questão da moradia mista, uma vez que Goiás passa por um grande debate acerca da questão, pois foi criado um grupo pró-moradia, e que pretende tornar a Casa do Estudante I em uma casa mista. Observamos que Goiás dispõe de duas moradias, a CEU I - somente masculina e a CEU II que é mista.

Após a palestra houve debate ficando claro que o problema de moradia em Goiás é grande, uma vez que as duas moradias não conseguem atender a demanda, sendo crítica a situação das mulheres, que na Universidade são 60% das vagas, conforme depoimento.

02

Até ao final o grupo tirou alguns encaminhamentos para a organização do movimento de Casas em Goiás. Foi então marcada uma reunião para as 10:00 horas do dia 11 de maio, entre a SENCE, as diretorias das duas Casas de Goiânia e também o movimento pró-moradia. Outra decisão do grupo foi a de realizar uma reunião ampliada na CEU I, com participação da SENCE e demais diretorias das Casas e também da PROCOM-UFG, às 19:30 horas.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DAS 10:00 HORAS - CEU II

No dia seguinte, 11 de maio às 10:00 horas, na CEU II, iniciamos uma reunião com o objetivo de discutir a estruturação do movimento em Goiás. Após longo debate o grupo decidiu que era o momento de criar uma comissão organizadora da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes de Goiás.

Foi então discutido os objetivos da Comissão e, ao final, concluímos que basicamente a Secretaria Estadual:

- 1 - teria a missão de representar e estruturar o movimento de Casas no Estado de Goiás e com vistas, no futuro, tornar uma Secretaria Regional, envolvendo Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília;
- 2 - desenvolver atividades culturais, esportivas, dentre outras, com o objetivo de interagir com a comunidade e levar à ela, a realidade das moradias, com o intuito de demonstrar a importância da sociedade em nossas bandeiras;
- 3 - organizar o movimento, buscando, não somente a melhoria das moradias existentes, mas também a democratização e ampliação das vagas, uma vez que a demanda por moradia em Goiás é muito grande.

A decisão pela criação, inicialmente, da Comissão organizadora da Secretaria Estadual veio no sentido de favorecer a discussão nas duas moradias, demonstrando à todos a importância da mesma e os benefícios que trariam na agilização dos objetivos das duas moradias de Goiás.

RELATÓRIO SOLENIDADE COMEMORATIVA DE 04 ANOS DO PROJETO

DE MORADIA DOS FUNCIONÁRIOS DA UFG

Às 12:00 horas do dia 11 de maio, participou, no conjunto residencial dos funcionários, das comemorações de 04 anos de luta e consolidação de habitações para os funcionários da UFG. A funcionária Emari da PHOCOM, fez um relato como se organizou o movimento, da participação da UFG, enfim de como se efetivou o projeto, que é pioneiro no Brasil.

moradores das duas casas, da técnica Omari-UFG, e SENCE. Primeiramente foi feita exposição da estrutura e objetivos da SENCE e como se organiza o movimento de casas, a nível nacional e estadual. Abordamos também os principais problemas que atingem as moradias, apontando os diversos encaminhamentos tomados pelos Encontros Nacionais. Demos um relato da atual situação das casas, além de aprofundar nas consequências que poderão advir: se o projeto do Colloir for aprovado, impondo a privatização do ensino público. Tivemos ainda longa discussão sobre muitos pontos polêmicos, principalmente sobre a moradia mista.

A questão central, no entanto foi a criação da Secretaria Estadual de Casas de Estudantes de Goiás, Esta teria vários objetivos além de organizar e representar as casas de estudantes, promover eventos diversos com o intuito de interagir com a comunidade e principalmente agilizar os interesses do movimento. Foi repassada para todos presentes a discussão da reunião 10:00 horas, que amadureceu estes pontos.

Após longa discussão sobre inúmeros pontos inclusivos relativos sobre a assistência estudantil e moradias em várias regiões do Brasil, o grupo delibrou o seguinte:

1 - Será formada inicialmente uma comissão organizadora da Secretaria Estadual de Casas de Goiás, que ficará incumbida de promover discussões, debates que culminem na elaboração do estatuto e consequente criação da Secretaria;

2 - Serão realizadas assembleias em cada casa para abordar a questão da Secretaria, sua missão e vantagens que tratá pra o fortalecimento da luta por mais moradias em Goiás;

3 - Ficou marcada uma reunião das diretorias de casas na quarta-feira, dia 15 de maio, para estabelecer a data de uma reunião conjunta entre as casas para avaliar e decidir sobre a SECEG.

Encerramos a reunião solicitando de todos um esforço no sentido da união das duas casas para criar a Secretaria Estadual, que será um grande passo na estruturação e fortalecimento do movimento de casas tanto para Goiás quanto para o Brasil. Solicitamos ainda que iniciassem os preparativos para que Goiás leve o maior número possível de moradores para o próximo ENCE - Ilha Solteira/SP, entre os dias 15 a 20 de julho de 1991.

Ressaltamos que os problemas internos que enfrentam as casas não podem constituir em uma arma contra os próprios moradores, e que um trabalho coletivo, entre as duas casas na Secretaria Estadual, contribuirá em muito para a resolução dos pequenos problemas internos.

Após Rodrigues da Silva
Secretaria Nacional de Casas



Basicamente, os funcionários adquiriram o terreno e aos poucos, foram, eles mesmos, construindo suas casas, sendo que a UFG participou com os projetos e apoio técnico.

Os representantes da comunidade dos funcionários vão nos enviar um documento que explica como começou o grupo e como chegaram ao ponto atual, é em seguida a SENCE distribuirá a todas as moradias. Entendemos que a luta por moradia dos funcionários, vem de encontro aos nossos ideais, constituindo também nossa bandeira, e tratando-se de um projeto pioneiro dos funcionários da UFG, onde não houve o conhecido paternalismo e sim luta da própria comunidade, que aos poucos adquiriu uma condição de vida melhor e com seu próprio esforço, cabe a nós, apoiar e principalmente divulgar esta experiência.

RELATÓRIO REUNIÃO COM O REITOR DA UFG

Prof. Ricardo

Nas comemorações, acima relatada, pudemos manter contato com o Reitor da UFG, com a diretoria da CEU II e com a técnica Omari da PROCOM-UFG, que viabilizou a reunião. Digamos as propostas que a UFG tinha para a questão da moradia, uma vez que a demanda em Goiás é muito grande, principalmente por alunas (que são 60% das vagas da UFG). Apresentamos nossa opinião contrária ao aluguel de casas, pois além de não solucionar definitivamente a questão, acarreta instabilidade em momentos de crise financeira, além de constituir grave ameaça para os alunos. Aponhamos como sugestão a construção ou compra de casas por parte da Universidade, que para nós, é a única forma de resolver definitivamente a demanda por moradia. O Reitor demonstrou preocupação em resolver a situação de forma rápida e tentava assim, defender a proposta de aluguel de casas em um primeiro momento. Todos fizeram intervenções no sentido da construção e mesmo aquisição de imóveis, pelas razões já expostas. A decisão para solucionar o problema de moradias na UFG, agravada pelo impasse entre o movimento que tenta viabilizar a moradia mista na CEU I e moradores da CEU I (que se encontra em julgamento na Justiça), ficou para uma discussão posterior entre os segmentos da UFG.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA SENCE COM AS CASAS DE GOIÁS

PROCOM-UFG E MOVIMENTO PRÓ-MORADIA - CEU I

A reunião iniciou às 20:00 horas do dia 11 de maio, na CEU I, contando com a presença de um grande número de

Anexo 17 - Termo de fundação da CEU IV (1995)

Secretaria Estadual de Casas de Estudantes – Goiás.

**PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA
SECE-GO**

Atividades de emergência.

Legalização da Secretaria.

Reconhecimento por parte de todos os moradores.

Encontro Estadual de Casas de Estudantes.

Eleição para a nova Coordenação.

Rearticulação com o movimento Nacional de Casas de Estudantes e com a Secretaria Nacional.

Negociações com todas as Universidades e Faculdades de Goiânia e de Goiás para elaboração de uma política estadual de assistência estudantil.

Negociações com as Prefeituras Municipais de Goiás.

Organizar-se enquanto referência em Assistência Estudantil.

Participar ativamente do Movimento Estudantil.